



Samara Souza dos Santos

Sustentabilidade Hoteleira no Município de Anadia

Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios, orientada pela Doutora Adélia Jesus Nobre Nunes, apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sustentabilidade Hoteleira no Município de Anadia

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Sustentabilidade Hoteleira no Município de Anadia
Autor/a	Samara Souza dos Santos
Orientador/a	Adélia Jesus Nobre Nunes
Júri	Presidente: Norberto Nuno Pinto dos Santos Vogais: 1. Adélia Jesus Nobre Nunes 2. Luís Eduardo Ávila da Silveira
Identificação do Curso	2º Ciclo em Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios
Área científica	Turismo e Sustentabilidade
Especialidade/Ramo	Lazer, Turismo e Sustentabilidade Territorial
Data da defesa	18-10-2017
Classificação	14 valores



Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem ajuda de várias pessoas que se cruzaram no meu caminho durante os últimos 5 anos de estudo na Universidade de Coimbra. Por isso, quero agradecer a todos que direta ou indiretamente me influenciaram neste meu percurso académico.

A nível pessoal, quero agradecer a minha família, nomeadamente a minha mãe que sempre me apoio em todo meu percurso de vida. Agradeço as minhas amigas e amigos que fizeram este percurso académico comigo: Érika, Gessica, Humberto, Jorginho, Nádia, Diana, Silvia, Bia, Leila e Andreia. Em especial a Diana que no último ano foi a minha companheira de biblioteca e de dúvidas.

A nível académico quero agradecer a todos os professores que me influenciaram e ajudaram ao longo da minha licenciatura e mestrado. Quero dar um enorme agradecimento a minha orientadora Adélia Nunes por ter me guiado e apoiado nesta investigação, sempre com muito atenção, disponibilidade e simpatia.

Em relação a investigação quero agradecer aos responsáveis dos hotéis em estudo. Um agradecimento especial aos funcionários e a diretora do Hotel Cabecinho pela sua disponibilidade e simpatia. Agradeço também a técnica da Câmara de Anadia, Ana Castanheira, pela sua atenção e disponibilidade.

Agradeço também a todos os funcionários da Universidade de Coimbra com que tive oportunidade de trabalhar e conviver. Quero agradecer a dona Amélia por toda ajuda e apoio que me proporcionou neste percurso académico.

A todas as pessoas que não nomeei, mas que tenho no meu coração com carinho e gratidão: Muito Obrigada

Resumo

O desenvolvimento sustentável é um dos grandes desafios do século XXI. O turismo pode ser um potenciador da sustentabilidade social, económica e ambiental, pois este envolve vários setores económicos que interagem diretamente com a população nas suas atividades. O turismo sustentável é, assim, uma meta, um objetivo a atingir e manter a longo prazo. As unidades hoteleiras podem ter um papel importante na diminuição dos impactos negativos do turismo e na promoção do turismo sustentável através, por exemplo, da utilização equilibrada das fontes de energia e de água. A certificação de sustentabilidade, ou ecolabels, no turismo é uma forma dar a conhecer e autenticar atividades turísticas “eco-friendly”. Este trabalho trata de três ecolabels aplicadas Portugal: Green key, Green Project Awards e Eco Hotel TÜV.

Este estudo pretende perceber se a preocupação com sustentabilidade da atividade turística constitui uma das preocupações dos alojamentos do município de Anadia. Analisam-se, assim, três dos principais hotéis do concelho, procurando caracterizar-se e compreender as suas práticas e atividades. O principal objetivo é perceber se os hotéis estudados promovem práticas sustentáveis.

A metodologia utilizada foi um inquérito por entrevista aos responsáveis dos três hotéis estudados. O guião da entrevista é baseado nos regulamentos das três ecolabels estudadas. Na sequência desta investigação, foi possível perceber que os hotéis estudados não promovem práticas e atividades suficientes para obter uma “ecolabel”. Apesar disso, os hotéis em questão promovem algumas medidas para poupar recursos como por exemplo a água, tendo um importante impacto social e económico na comunidade de Anadia. Em função dos resultados desta investigação, foi também possível sugerir métodos mais sustentáveis a implementar nos hotéis estudados.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Turismo, Equipamentos Hoteleiros, Ecolabels, Município de Anadia

Abstract

Sustainable development is one of the great challenges of the 21st century. Tourism can be an enhancer of social, economic and environmental sustainability, since it involves several economic sectors that interact directly with the population in its activities. Sustainable tourism is thus a goal, a goal to be achieved and maintained over the long term. Hotels can play an important role in reducing the negative impacts of tourism and in promoting sustainable tourism through, for example, the balanced use of energy and water sources. Certification of sustainability, or ecolabels, in tourism is a way to make known and authenticate tourist activities "eco-friendly". This work deals with three ecolabels applied Portugal: Green key, Green Project Awards and Eco Hotel TÜV.

This study intends to understand if the concern with sustainability of the tourist activity is one of the concerns of the accommodation of the municipality of Anadia. Three of the main hotels of the county are analyzed, seeking to characterize themselves and to understand their practices and activities. The main goal is to see if the hotels studied promote sustainable practices.

The methodology used was an interview survey of the three hotels studied. The script of the interview is based on the regulations of the three ecolabels studied. Following this investigation, it was possible to notice that the hotels studied do not promote enough practices and activities to obtain an ecolabel. Despite this, the hotels in question promote some measures to save resources such as water, having a significant social and economic impact in the community of Anadia. Based on the results of this research, it was also possible to suggest more sustainable methods to be implemented in the studied hotels.

Key-words: Sustainability, Tourism, Hotel Equipment, Ecolabels, Anadia City

Lista de Abreviaturas

CNUAD- Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento

OMT - Organização Mundial do Turismo

PENT- Plano estratégico Nacional do turismo

UNESCO – Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PIB- produto interno bruto

WWF – World Wide Fund for Nature

CFC – Clorofluorocarboneto

CO₂ - Dióxido de carbono

EDS- Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável

ENDS -Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável em Portugal

CMDS-Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento sustentável

APA -Agência Portuguesa do Ambiente

UE- União Europeia

FMI- Fundo Monetário Internacional

OMC -Organização Mundial do Comércio

RNET - Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos

ASAE- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

HER -Hilton Environmental Reporting

GG21- Green Globe 21

GTBS- Green Tourism Business Scheme

GPA- Green Project Awards

FEE -Foundation for Environmental Education

ABAE- Associação Bandeira Azul da Europa

GSTC- Global Sustainable Tourism Council

UNEP- Programa das Nações Unidas para o Ambiente

ERSUC- Resíduos Sólidos do Centro

ETAR- Estação de Tratamento de Águas Residuais

OAU- Óleos Alimentares Usados

Índice Geral

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract	III
Lista de Abreviaturas	IV
Índice Geral	VI
Índice de Figuras	VIII
Índice de Tabelas	IX
Índice de Figuras (Apêndice e Anexo)	X
1. Introdução	I
1.1 Tema da Investigação	I
1.2 Objetivos	2
1.4 Estrutura.....	4
2. Turismo: conceito(s)	6
3. Turismo internacional e nacional	9
3.1 Turismo Internacional	9
3.2 Turismo em Portugal	10
3.3 Impactes do turismo Positivos e Negativos	13
3.3.1. Positivos	13
3.3.2. Negativos	16
4. Desenvolvimento e Turismo sustentável: Um Desafio Comum	21
4.1 Desenvolvimento Sustentável: conceitos, acordos e encontros internacionais	21
4.2 Turismo sustentável - uma conceção	26
4.3 Políticas Internacionais para um Turismo Sustentável	29
4.4 Desenvolvimento do Turismo Sustentável: dificuldades e limitações	33
5. A Sustentabilidade na Hotelaria	40
5.1. Estabelecimentos Turísticos: definições e enquadramento legislativo	40
5.2 Unidades hoteleiras e sustentabilidade	43
5.3. As certificações e Eco etiquetas: Um Impulso para sustentabilidade no turismo	47
5.4 Certificações e Eco etiquetas: Exemplos em Portugal	53
5.4.1. Eco-hotel- TÜV Rheinland	55
5.4.2 Green Key	55
5.4.3. Green Project Awards	57

6. Concelho de Anadia: território, sociodemográfica e princípios ambientais	59
6.1. Cidade Sustentável- Um Objetivo	61
7. Turismo em Anadia – principais infraestruturas, atrações e serviços turísticos	64
7.1. Eventos	64
7.2. Infraestruturas de Lazer	65
7.3. Atrações Turísticas do Município	68
7.3.1. Património Arquitetónico	70
7.3. 2. Recursos turísticos naturais de importância no concelho	72
7.3.3. Património Termal	72
7.3.4. Gastronomia	75
7.3.5. Enologia/ Enoturismo	77
7.4 . Oferta de alojamentos turístico no Concelho	81
7.5. Outros serviços de Lazer e Turismo no Município	83
8. Hotéis em Anadia	85
8.1. Curia Palace Hotel SPA & Golf (4 estrelas)	85
8.2. Hotel Termas da Curia (3 estrelas)	91
8.3. Hotel Cabecinho (3 estrelas)	94
9. Sistematização e Apreciação dos Dados Qualitativos	96
9.1. Entrevista- Curia Palace Hotel	96
9.2. Análise SWOT Curia Palace Hotel	99
9.3. Entrevista- Hotel Cabecinho	100
9.4. Análise SWOT- Hotel Cabecinho	102
9.5. Entrevista- Hotel Termas da Curia	102
9.6. Análise SWOT- Hotel das Termas da Curia	105
10. Sugestões e ideias de implementação nos três hotéis estudados	105
11. Considerações Finais	109
11.1. Síntese conclusiva	109
11.2. Resposta aos objetivos e limitações a pesquisa	112
11.3. Futuras investigações académicas	114
12. Bibliografia	116
Apêndice e Anexo	125

Índice de Figuras

Figura 1-Principais impactes positivos do turismo	14
Figura 2- Três pilares do desenvolvimento sustentável	22
Figura 3-Cronograma: acordos para um turismo sustentável	32
Figura 4- Mapa da Região de Anadia.....	60
Figura 5- Campo de Golfe da Curia.....	65
Figura 6- Centro de rendimento de Sangalhos- Anadia.....	66
Figura 7- Entrada do Museu do Vinho Bairrada.....	69
Figura 8- Utensílios agrícolas do manejo do vinho	69
Figura 9- Património arquitetónico civil de Anadia	70
Figura 10– Termas do Vale do Mó	73
Figura 11– Bouvette das Termas da Curia	74
Figura 12-Doenças e respetivos tratamentos realizados nas Termas da Curia	75
Figura 13- Exemplos de Pratos Típicos da Bairrada	76
Figuras 14 e 15 -Leitão da Bairrada	77
Figuras 16 e 17 -Imagens da Aliança Underground	79
Figura 18 e 19- Imagens da Adega Campolargo	80
Figura 20 e 21- Exemplo de vinhos da Caves de São João	80
Figura 22 -Número turistas que pernoitaram em nos estabelecimentos turísticos do Concelho de Anadia no ano 2015	82
Figura 23 -Número de nacionalidades que pernoitaram em no Concelho de Anadia no ano 2015	83
Figura 24- Logotipo do projeto B-AND	84
Figura 25– Bicicleta do projeto B-AND	84
Figura 26- Rota da Vinha	85
Figura 27- Ilustração da Fachada do Curia Palace Hotel	86
Figuras 28, 29, 30 – Ilustrações do Interior do Curia Palace Hotel.....	87
Figura 31 e 32- Espaço exterior de Curia Palace Hotel	88
Figura 33- Localização do Curia Palace Hotel	90
Figura 34- Ilustração de uma das fachadas do Hotel Termas da Curia	91

Figura 35, 36, 37 e 38 Ilustrações do espaço externo do Hotel Termas da Curia.....	92
Figura 39- Localização Hotel Termas da Curia.....	93
Figura 40- Ilustração da fachada do Hotel Cabecinho.....	94
Figura 41- Localização Hotel Termas da Curia	96

Índice de Tabelas

Tabela I: Propósitos do PENT	11
Tabela II -Meta Turística Portuguesa para 2020.....	13
Tabela III- Aspetos negativos do turismo.....	20
Tabela IV- Agenda 21 para o Turismo	31
Tabela V- Três tipos de Capacidade de Carga	35
Tabela VI- Quadro Comparativo entre sistemas baseados em Processo em Desempenho.....	51
Tabela VII- Comparação entre as certificações estudadas	54
Tabela VIII- Áreas temáticas do Green Key	57
Tabela IX -Dados demográficos da população do concelho de Anadia.....	61
Tabela X- Medidas de sustentabilidade energética do município de Anadia	63
Tabela XI- Modalidades Desportivas de Anadia: locais, clubes ou associações	67
Tabela XII -Museus do Concelho	68
Tabela XIII -Património Arquitectónico Religioso	71
Tabela XIV -Património Natural do Concelho	72
Tabela XV- Adegas e Caves do Concelho.....	78
Tabela XVI- Alojamento Turístico do Concelho por freguesia.....	81
Tabela XVII – Características técnicas do Curia Palace Hotel	89
Tabela XVIII – Características técnicas do Hotel Termas da Curia	92

Tabela XIX – Características técnicas do Hotel Cabecinho	95
Tabela XX- Análise da entrevista ao Curia Palace Hotel	98
Tabela XXI- Análise da entrevista ao Hotel Cabecinho	101
Tabela XXII- Análise da entrevista ao Hotel Termas da Curia	104
Tabela XXIII- Sugestões e ideias para a Sustentabilidade Hoteleira do Curia Palace Hotel.....	106
Tabela XXIV- Sugestões e ideias para a Sustentabilidade Hoteleira do Hotel Cabecinho.....	107
Tabela XXV- Sugestões e ideias para a Sustentabilidade Hoteleira do Hotel Termas da Curia.....	108

Índice de Figuras (Apêndice e Anexo)

Figura 1, 2, 3 e 4- Espaço exterior do Curia Palace Hotel.....	127
Figura 5, 6, 7 e 8- Espaço exterior do Hotel Termas da Curia.....	128
Figuras 9 e 10- Cartazes de eventos em Anadia	131

Índice de Tabelas (Apêndice)

Tabela I - Horário “Tschu Tschu”	129
--	-----

I. Introdução

I.1. Tema da Investigação

A diminuição dos recursos naturais e as alterações climáticas têm sido tema de debate mundial. O desenvolvimento sustentável tornar-se a melhor opção para um progresso equilibrado. Segundo o Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável, na sua essência, é “um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (CMAD, 1987;ONU, 2017).

A nível mundial, turismo mundial é influenciado pelas alterações climáticas e pela diminuição dos recursos naturais, nomeadamente a água potável. Cunha (2013) considera o turismo com “conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”. O turismo é uma atividade que tem criado grandes impactes tanto em Portugal, como no resto do mundo. Estes podem ser positivos ou negativos, por isso um dos grandes desafios da atualidade é tornar o turismo sustentável. A sustentabilidade económica, social e ambiental é fundamental para assegurar a atividade turística a longo prazo.

O ano de 2017 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como “Ano internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento”, tendo como objetivo fomentar políticas, práticas e comportamentos sustentáveis desta atividade (Governo da República Portuguesa, 2017). A OMT tem fomentado e formulado programas e estratégias para um desenvolvimento sustentável do turismo. O turismo sustentável deve garantir o crescimento económico da atividade mantendo e salvaguardando o ambiente, o património e os recursos naturais (OMT, 1999). Neste sentido, todos os intervenientes do turismo devem procurar minimizar os efeitos negativos das suas atividades. Entre os vários intervenientes no turismo, podemos destacar os estabelecimentos turísticos que também consomem alguns recursos naturais e geram impactes sociais e económicos na comunidade.

As certificações sustentáveis ou ambientais podem ser importantes impulsionadoras para os estabelecimentos turísticos. Para além de certificar, estas “ecolabels” também promovem e funcionam como ações de marketing para os estabelecimentos turísticos, nomeadamente os hotéis. As “ecolabels” são uma forma de diferenciação entre as unidades hoteleiras.

O presente trabalho de investigação pretende estudar a sustentabilidade hoteleira do concelho de Anadia. Anadia é um pequeno concelho do distrito de Aveiro. Este concelho tem vindo a apostar no turismo como uma fonte de receita e dinamização do território. Há poucos estudos académicos sobre este concelho, por isso esta investigação é pioneira na investigação sobre o concelho e sobre o turismo neste território.

1.2 Objetivos

Os objetivos deste trabalho passam por perceber a sustentabilidade de três principais hotéis de Anadia. O principal objetivo é perceber se os hotéis estudados têm práticas sustentáveis. No caso de terem práticas sustentáveis, pretende-se verificar se estes têm requisitos suficientes para obter alguma das três certificações de sustentabilidade hoteleira. Este trabalho centra-se mais sustentabilidade ambiental e social, não tendo como objetivo desenvolver detalhes económicos dos hotéis estudados.

Estes objetivos gerais conjugam-se com outros objetivos mais específicos. Os objetivos complementares são os seguintes:

- Analisar os recursos bibliográficos e *online* sobre o tema do turismo e de desenvolvimento sustentável;
- Identificar os principais acordos e programas sobre o desenvolvimento sustentável, a nível nacional e internacional;
- Esclarecer os principais aspetos do turismo sustentável;
- Verificar os regulamentos dos alojamentos portugueses, nomeadamente as unidades hoteleiras;
- Compreender o funcionamento das certificações sustentáveis (prémios), especificando as particularidades de três delas;
- Dar a conhecer o concelho de Anadia, descrevendo as suas potencialidades turísticas;
- Caracterizar três hotéis do concelho de Anadia, avaliando os seus procedimentos;
- Sugerir ideias a implementar nos hotéis estudados de acordo com as potencialidades turísticas do concelho.

1.3 Metodologia

A investigação científica é uma base importante para o conhecimento e avanço da ciência. Este tipo de investigação permite que novas teorias sejam incorporadas, que antigos conhecimentos e paradigmas sejam revistos, sempre de acordo com a análise de resultados verídicos das pesquisas (Goldenberg, 2004, p. 105). A base da investigação científica é a metodologia. Esta integra um sistema de técnicas, métodos e procedimentos que conduzem à realização da pesquisa científica (Reis, 2010). Neste sentido a metodologia deste trabalho vai ao encontro de uma investigação científica válida e benéfica. Para isso foi necessário uma parte teórica e outra empírica.

A parte teórica desta dissertação baseia-se na revisão literária sobre os temas como turismo, desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, certificação e hotelaria. Também foram valorizadas informações através de sites e de plataformas online de organização internacionais, como forma de complementar as informações de obras literárias e artigos científicos. Outra estratégia pode passar por análises de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, quando possível, como instrumento importante para comparação e suplemento.

Na parte empírica foi realizada através da utilização do método qualitativo de recolha de dados. O método qualitativo é muito utilizado nas ciências sociais e humanas, nomeadamente no turismo, e tem como objetivo compreender o comportamento de uma atividade de lazer ou do turista (Veal, 2006). Neste caso, o método tem como objetivo a compreensão dos comportamentos ambientais e sustentáveis de três alojamentos do concelho de Anadia. A recolha de dados aplicada nesta pesquisa é o Inquérito por Entrevista, pois pretende-se que o investigador contacte diretamente com a população estudada, isto é, contactar diretamente com os responsáveis dos hotéis estudados de Anadia (ver Apêndice). Na Entrevista, o investigador recolhe os dados através de uma conversa com o entrevistado, tornando mais flexível a interação entre o entrevistador e o entrevistado, e ainda, propiciando o surgimento de novos dados e de informações mais complexas (Bell, 2004; Abreu, 2006).

A entrevista semiestruturada é a técnica escolhida e mais apropriada, pois permite um guião de entrevista com perguntas fixas e predeterminadas, mas também perguntas com respostas mais abertas e que surjam ao longo da entrevista (Goldenberg, 2004; Abreu, 2006). O guião de entrevista é baseado nos critérios e padrões das três certificações de sustentabilidade estudados (Green key, Eco-hotel TUV, GPA). Depois da análise das certificações estudadas, é estruturado um guião de perguntas divididas em três seções: económica, social e ambiental. Para a que entrevista não se torna exaustiva para o entrevistado, optou-se por perguntas gerais, simples e diretas. Os dados obtidos foram posteriormente examinados e compilados. O objetivo dessa a entrevista exploratória é perceber se a unidades hoteleiras estudadas possuem algum tipo de atividade amiga do ambiente e sustentável, se possuem algum tipo de certificação ambiental ou sustentável, e se abrangem alguns critérios e normas para obter os certificados estudados. Para complementar a investigação, também serão analisados outros dados importantes sobre hotéis e o concelho de Anadia (localização e demografia, atrações e infraestruturas turísticas). Outra forma de complementar está pesquisa é uma análise SWOT realizada sobre os hotéis estudados. De forma suplementar à parte prática da pesquisa recorre-se as informações online, livros e revistas localizados maioritariamente na Biblioteca Municipal de Anadia.

1.4 Estrutura

A estrutura desta Dissertação está fundamentada em duas partes, uma primeira parte mais teórica e uma segunda mais prática. A estas acrescentam-se as componentes complementares habituais: agradecimentos, resumo, lista de abreviaturas, etc.

A parte primeira parte divide-se em duas temáticas, que se dividem em subtópicos. A primeira temática é sobre turismo e os seus conceitos (turismo internacional e nacional; desenvolvimento sustentável e turismo sustentável) e a segunda sobre sustentabilidade na Hotelaria e certificações de sustentabilidade turísticas. Nos subtópicos são desenvolvidos com maior detalhe os temas estudados.

A segunda parte desenvolve tópicos sobre Anadia e sobre as unidades hoteleiras deste concelho, tais como: caracterização sociodemográfica; principais infraestruturas, atrações e serviços turísticos; caracterização de três hotéis; análise de dados obtidos; análise SWOT e sugestões e ideias implementar nos hotéis estudados.

Por último, é feita uma conclusão baseado na avaliação geral de pesquisa. A conclusão é dividida em três assuntos principais: síntese conclusiva, resposta aos objetivos, limitações à pesquisa e futuras investigações acadêmicas.

2. Turismo: conceito(s)

O turismo é muitas vezes descrito como um fenómeno moderno com raízes nas mudanças socioeconómicas dos séculos XIX e XX, mas de certa forma o turismo sempre existiu. Houve sempre pessoas a viajar com fins educacionais, comerciais, exploratórios, espirituais e outros. Embora o turismo sempre tenha existido, foi a partir de meados do século XX que chegou a mais pessoas, que se democratizou (Sharpley, *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?*, 2009). Essa democratização do turismo foi influenciada pela melhoria e maior acessibilidade aos meios de transportes, nomeadamente o avião. Começa, assim, o período do turismo de massas, como as suas influências económicas, sociais e culturais em todo o processo da viagem.

Ao longo da investigação turística as definições de turismo diferenciam-se e vão ao encontro entre elas. Entre as várias definições do turismo, as mais defendidas são o turismo como uma indústria, fenómeno e uma atividade / setor. Segundo Beni (2001) pode-se considerar o turismo como a “soma das operações, principalmente de natureza económica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. O autor também defende que as definições principais do turismo são: “indústria, fenómeno económico e social, setor económico ou atividade social económica”.

A definição do turismo como uma indústria é bastante usual na literatura técnica. Este é considerado uma “indústria” de viagens, que transforma espaços em destinos turístico, gerando receitas, emprego e comércio. É visto como um modificador de recursos naturais e culturais, originando produtos turísticos (Cunha L. , 2003; Leiper, 2004).

Sharpley (2009) afirma que a ideia do turismo como uma “indústria” está associada a certos subsectores económicos do turismo, tendo em conta todos os aspetos do turismo, este não pode ser considerado como uma indústria. O autor defende que o termo "indústria" refere-se habitualmente a uma atividade económica única e claramente identificável, com métodos de produção específicos, cadeias de abastecimento reconhecíveis e com produtos específicos. Para o mesmo autor o turismo é um fenómeno complexo e multidimensional que é quase impossível de definir, mas especificamente, um fenómeno social que se manifesta através dos

deslocamentos nacionais ou internacionais de indivíduos, podendo ser por motivos de lazer ou não (Sharpley, *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?*, 2009).

O turismo é um sistema de produção amplo, e que contém elementos que fazem parte de outras estruturas e processos. Tanto a procura como a oferta turística influenciam e são influenciadas por fatores e poderes externos como fatores políticos, económicos, tecnológicos, socioculturais, legislativos e ambientais. Cunha (2003) é mais específico, defendendo que o turismo deve ser entendido como um fenómeno que gera riqueza, aumenta o bem-estar e cria novas oportunidades de emprego, um meio de evasão e de ocupação de tempos livres, um ato lúdico do qual retiram prazer.

O turismo entendido como uma indústria pressupõe uma materialização da ideia de turismo, algo que pode ser visível que se possa qualificar ou quantificar. Podemos quantificar o número de turistas, nacionalidade dos visitantes e a receita gerada por eles, porém o efeito multiplicador do turismo abrange setores económicos, a comunidade e o espaço onde se desenvolve. Pode-se qualificar uma paisagem, um hotel, um monumento, mas não se qualifica os efeitos da relação do visitante com a comunidade, com o espaço. No turismo são reproduzidos encontros culturais, humanos, sociais e ambientais, que gera efeitos diferentes nas pessoas e no espaço, não é uma fábrica que transforma uma matéria-prima em produtos. Ao mesmo tempo, definir o turismo como um fenómeno é demasiado intangível, porque na conceção de fenómeno subentende-se um evento que seja observado, visto pelos nossos olhos. O turismo é composto por experiências visuais, táteis ou mesmo olfativas, que criam impactes nas pessoas, na económica e na sociedade. Em turismo há uma influência entre o tangível e o intangível, que cria experiências físicas ou afetivas nas pessoas, e impactes sociais, económicos e ambientais. Podemos dizer que o turismo é composto por relações complexas e interdependentes.

Hunter (2002) afirma que o turismo também envolve *tour* grossistas, e uma variedade de outros serviços e instalações do setor público e privado, abrangendo vários outros ofícios e indústrias, incluindo; Linhas aéreas, trens, hospedagem e serviços alimentares. Além disso, muitos serviços necessários para o turismo, como os associados com a restauração e transporte, também são utilizados pelos moradores locais. Os turistas podem viajar por muitas razões (por exemplo, para atrações específicas, para comungar com a natureza, para várias atividades desportivas, para relaxar ou para realizar algum tipo de negócio). O turismo é, portanto, um fenómeno nebuloso, caracterizado por uma amálgama de negócios, organizações

e atividades fragmentadas, operando da fonte, passando pelo trânsito, até as áreas de destino (Hunter, 2002).

Beni (2001) também critica a ideia do turismo como uma indústria, pois na indústria há uma transformação tangível e concreta da matéria-prima, o mesmo não acontece quando falamos do turismo. Ele afirma que os deslocamentos, especialmente para turismo, incluem gastos e receitas. Há uma geração de riqueza através do processo produtivo típico de uma atividade económica. Ao longo do processo turístico, natural ou cultural, agregam-se valores, não existe uma transformação tangível e concreta da matéria-prima. O autor ainda propõe que na aquisição de atrativos turísticos é iniciada o processo de agregação de valores, posteriormente vão se agregando os meios de transportes, alojamento, alimentação, serviços de lazer e diversão. Nessa perspectiva pode-se considerar o turismo como uma atividade económica, baseada em consumo de bens e serviços turísticos. O turismo é entendido como um sistema aberto que permite a identificação das suas características básicas e dos seus elementos constituintes, dividido algumas componentes essenciais: oferta, mercado e procura, sendo valorizado a dimensão económica da Procura e da Oferta (Beni, 2001; Cunha L. , 2003).

As três noções turismo têm os seus fundamentos lógicos, podendo ser contestadas ou consentidas. O turismo é algo multidisciplinar, interdisciplinar e dinâmico, que é difícil de ser definido com exatidão. A definição do turismo com uma atividade económica e social é que mais se aproxima da complexidade desse tipo de ocupação. O turismo é um tipo de ocupação dos tempos livres, composto por atividades de lazer e entretenimento e serviços. O turismo é uma atividade económica que oferece vários serviços ao visitante. Esse move-se do seu local de origem e permanece por variados motivos, profissionais, férias, negócios, atividades lazer ou desporto, saúde, assuntos de familiares, culturais ou por outra razão. Os serviços oferecidos ao visitante constituem uma corrente de “produção, distribuição, consumo e valor” (Beni, 2001).

Os serviços turísticos são fornecidos por variadas organizações, empresa e instituições para os visitantes, estes consomem experiências e usufruem desses serviços, estimulando o desenvolvimento intersectorial, devido ao seu efeito multiplicador de investimentos e de crescimento económico. Nessa perspectiva, o turismo é uma atividade que cria impactes positivos e negativos, duas linhas, uma negativa e uma positiva, que muitas vezes se intercetam. Essa interceção desenvolve-se ao longo de toda atividade humana, e principalmente turística.

A percepção negativa ou positiva depende sempre da posição do valor do observador, dos atores e dos resultados do que se pretende com atividade.

3. Turismo internacional e nacional

3.1. Turismo Internacional

A nível mundial, as chegadas de turistas internacionais têm crescido de forma constante ao longo de anos. Em 2012 as chegadas de turistas internacionais foram de 1035 milhões em todo o mundo. Em 2015, o turismo internacional representava 7% das exportações mundiais de bens e serviços, contra 6% em 2014. O turismo chegou a crescer mais rápido que o comércio mundial nos últimos quatro anos. Foi o sexto ano consecutivo de crescimento acima da média do turismo internacional na sequência da crise económica mundial de 2009. Segundo os dados de 2015 da Organização Mundial do Turismo (OMT), as Américas, a Ásia e o Pacífico registaram cerca de 6% de crescimento nas chegadas de turistas internacionais, sendo a Europa a região mais visitada, registrando 5% das chegadas internacionais. As chegadas ao Médio Oriente aumentaram 2%, enquanto em África diminuíram 3%, principalmente no Norte da África. França, Estados Unidos, Espanha e China continuaram no topo do ranking nas chegadas internacionais e nas receitas (UNWTO, 2016).

O turismo tem crescido de forma quase permanente ao longo do tempo, apesar dos choques ocasionais, demonstrando a força e a resiliência do setor. As chegadas de turistas internacionais globalmente aumentaram, passando de 25 milhões em 1950 para 278 milhões em 1980, 674 milhões em 2000 e 1186 milhões em 2015 (UNWTO, 2016). A OMT (2013) prevê que as tendências de crescimento do turismo mundial irão continuar, com chegadas totais a atingir 1,8 mil milhões até 2030. As economias emergentes, incluindo os países em desenvolvimento, apresentam a taxa de crescimento mais elevada.

O número de investimentos em destinos em todo mundo é cada vez maior, transformando o turismo em um motor essencial do progresso socioeconómico, criando empregos e empresas, receitas de exportação e desenvolvimento de infraestruturas. O turismo é uma das atividades mais importantes da economia da União Europeia, sustenta o crescimento económico e gera emprego. Segundo dados do Eurostat os europeus realizaram um total de viagens ligeiramente

superior a mil milhões em 2011. Em 2014, o número de noites pernoitadas nos alojamentos turísticos dos 28 países da União Europeia foram 2.7 mil milhões, uma subida de 1.8% comparado a 2013 (Eurostat, 2016; Comissão Europeia, 2013).

As estatísticas demonstram que o Europa é a região mais visitada do mundo e com um crescimento positivo ao longo dos anos. Portugal está integrado em uma das maiores regiões de turismo mundial, com muitas potencialidades para poder crescer e desenvolver-se. Neste sentido, acompanhando a tendência europeia, turismo em Portugal também está a crescer e entrar no ranking mundial do turismo. Segundo os dados da Fórum Económico Mundial, Portugal está no 15º lugar do ranking *Global Travel & Tourism Competitiveness Index*, e entre o *Top-10* dos destinos mais competitivos europeus (World Economic Forum, 2017) (Turismo de Portugal, 2016). Os dados referidos salientam que Portugal é 10º destino turístico mais seguro do mundo, um dado bastante importante no contexto atual de instabilidade política e de ataques terroristas pelo espaço europeu e por várias regiões do globo, nomeadamente nos países do Médio Oriente.

3.2. Turismo em Portugal

O turismo em Portugal está a crescer e a desenvolver-se cada vez mais e representa quase 10% do PIB nacional, gerando 8% de emprego de forma direta (Turismo de Portugal, 2015). Se considerarmos os efeitos multiplicadores do turismo, podemos afirmar que o turismo gera muito mais 8% de empregos, representando um grande fornecedor de receitas para Estado. Entre 2007-2013 as receitas turísticas internacionais cresceram, em termos médios anuais, 8,2% em Portugal, superando a concorrência espanhola (4,5%), mediterrânica e europeia (5,4%) e mundial (6,5%) (Turismo de Portugal, 2015b). Em 2015, as estatísticas do turismo indicam que as receitas aumentaram 9,3 %, atingindo 11,4 mil milhões de euros. Os principais países a contribuírem para essa receita são Reino Unido, França, Espanha e Alemanha (Instituto de Estatística Nacional, 2016).

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, expresso no Decreto-Lei n.º 191/2009, sendo desenvolvido para o horizonte temporal 2006-2015, e adotado pelos agentes do setor, previa a revisão periódica dos seus objetivos, políticas e iniciativas, no sentido de melhorar a resposta à evolução do

contexto global e do setor turístico (Turismo de Portugal , 2013). O PENT foi um documento importante para estabelecer um plano estratégico para o turismo, uma linha que guiou os investimentos nos principais segmentos turísticos de Portugal. Em cada região, Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores, foram definidos os segmentos turísticos a desenvolver com base nos recursos e características locais. Os principais segmentos que foram apoiados foram o turismo de saúde e bem-estar, o turismo náutico, o turismo de natureza, o *touring* cultural e *citybreak*, assim como o turismo de golfe.

Posteriormente, as bases da políticas públicas em Portugal de turismo são estabelecidas no Decreto-Lei n.º 191/2009. Esse Decreto define os instrumentos e princípios gerais de execução para turismo a nível nacional. Os princípios gerais afirmados são a sustentabilidade económica, social e ambiental do turismo, tendo em conta a transversalidade do sector que permite a articulação de várias políticas setoriais. Nesse contexto são definidos três princípios: sustentabilidade; transversalidade, e competitividade.

Tabela I: Propósitos do PENT

❖ Aumentar os fluxos turísticos, bem como a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País, através da promoção e do apoio ao desenvolvimento dos produtos e destinos turísticos regionais
❖ Contribuir para o desenvolvimento económico e social do País, para a criação de emprego, para o crescimento do produto interno bruto e para a redução de assimetrias regionais
❖ Promover o reforço da organização regional do turismo, contribuindo para uma efetiva aproximação às comunidades locais e às empresas (...) a generalização do acesso dos Portugueses aos benefícios do turismo” e “a acessibilidade às atividades e empreendimentos turísticos de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade condicionada
❖ Estimular a competitividade internacional da atividade turística portuguesa através da qualificação da oferta e, nomeadamente, do incentivo à inovação e à criatividade
❖ Criar as condições mais favoráveis para o aumento do investimento privado no turismo

Fonte: elaboração própria com base em Turismo de Portugal (2015c)

O Decreto-Lei n.º 191/2009 institui políticas governamentais para o turismo que resultam em diretrizes, metas e linhas de ação para o Plano Estratégico Nacional do Turismo (ver Tabela I). O Plano Estratégico Nacional do Turismo engloba interesses económicos, sociais, culturais e ambientais, assegurando a participação das entidades representativas do setor turístico e uma visão a longo prazo que permita uma estabilidade temporal.

O PENT e Decreto-Lei n.º 191/2009 foram, e ainda são, diretivas importantes para regular a atividade turística em Portugal. Ambos foram atualizados ao longo dos anos para se adaptar aos desafios e à dinâmica turística nacional e mundial. Os dois documentos procuram estabelecer um desenvolvimento sustentável da atividade turística, de acordo com os recursos e as limitações que o turismo possui a nível nacional. Algumas instruções dadas, em ambos os documentos, podem ser consideradas muito gerais, não especificando as práticas e impedimentos para chegar um horizonte mais sustentável do turismo. Atualmente, os projetos e planos de ações são construídos no horizonte do “Turismo 2020” (ver Tabela II).

O Turismo de Portugal (2015c), em conjunto com outras organizações privadas e públicas, criou um plano de ação do turismo para Portugal - Plano de Ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal- para o período de programação comunitária 2014-2020, com o objetivo de melhorar o aproveitamento e utilização dos fundos comunitários no setor do turismo. Esse plano de Ação procura refletir aquilo que os agentes empresariais do turismo, do desenvolvimento regional, do sistema científico e tecnológico nacional e da promoção turística de todo o território nacional consideraram prioritário ser apoiado pelos fundos comunitários para o turismo do país. Neste plano são incluídas também as perspetivas setoriais, integrando as diferentes especificidades e estratégias regionais.

O Turismo de Portugal (Turismo de Portugal, 2015b) estabeleceu também 5 princípios estratégicos para o horizonte 2014-2020. Estes princípios são: Pessoa, Liberdade, Abertura, Conhecimento e Colaboração. Estes princípios serão a base para Portugal se tornar “um destino turístico ágil e dinâmico” e “o mais ágil e dinâmico da Europa”. As estimativas apontam que Portugal tem ao seu alcance um crescimento médio anual de 3,6% das receitas turísticas internacionais até 2020, gerando um crescimento na ordem dos três mil milhões de euros entre 2014 e 2020 (Turismo de Portugal, 2015b).

Tabela II -Meta Turística Portuguesa para 2020

Competitivo
•Um destino de empresas competitivas, onde um ambiente saudável para a iniciativa privada promove a concorrência e inovação na atividade turística
Empreendedor
•Um destino empreendedor, munido de todas as competências e conhecimentos que lhe permita ser o país campeão do empreendedorismo turístico
Internacional
•Um destino ligado ao Mundo, onde a conectividade e a mobilidade dos turistas são ferramentas importantes na ativação da procura
Eficiente
•Um destino gerido de forma eficaz, onde a definição clara das competências de cada agente não deve ser um entrave à iniciativa privada, à exploração de sinergias e intensificação da transversalidade do turismo
Marcante
Um destino que marca, cujas estratégias de promoção e comercialização devem resultar de visões técnicas e não políticas no sentido de almejar a eficiência

Fonte: Elaboração própria com base em Turismo de Portugal (2015b)

3.3 Impactes do turismo Positivos e Negativos

3.3.1. Positivos

O turismo possui um conjunto de atividade com grandes impactes económicos, sociais e culturais. O impacte económico é, talvez o de maior importância, pois cria emprego, receitas fiscais, negócios, e muitas vezes, até potencializa a proteção do património natural e cultural. Os múltiplos benefícios económicos originado pelo turismo, leva a que muitas regiões e países invistam e estimulem essa atividade, particularmente os países em desenvolvimento e as pequenas ilhas, que continuamente criam políticas que apoiem o seu desenvolvimento (Budeanu, 2005). O turismo pode repercutir-se no bem-estar social das comunidades de

muitas maneiras. Além de proporcionar empregos, o investimento adicional e as despesas trazidas pelo turismo podem apoiar uma grande variedade de serviços que aumentam a qualidade da vida das pessoas locais. Estes incluem serviços essenciais como água e energia, estradas e serviços de transporte, serviços de saúde, lojas, garagens, instalações de lazer e entretenimento e amenidades ao ar livre (UNEP/WNTTO, 2005). Por outro lado, a presença de visitantes pode exercer pressão sobre as instalações e os serviços, aumentando o custo da sua provisão e manutenção.

Os factos demonstram que o turismo também pode trazer benefícios para proteção ambiental e conservação sociocultural (ver Figura 1). A OMT (2005) afirma que o turismo é uma fonte crescente de oportunidades para o desenvolvimento empresarial e a criação de emprego, bem como estimula o investimento e o apoio aos serviços locais, mesmo em comunidades remotas.

Para além de trazer valor económico tangível aos recursos naturais e culturais, as receitas dos visitantes podem resultar em renda direta para as despesas com conservação e em aumento no apoio à conservação das comunidades locais. O desenvolvimento do turismo constitui uma boa oportunidade para ajudar a aliviar a pobreza, porque muitas vezes é uma nova fonte de receitas nas zonas rurais, onde se encontram três quartos dos pobres do mundo. O desafio é encontrar melhores formas de canalizar os gastos dos visitantes com as pessoas pobres, inclusive através da economia informal (UNEP/WNTTO, 2005).

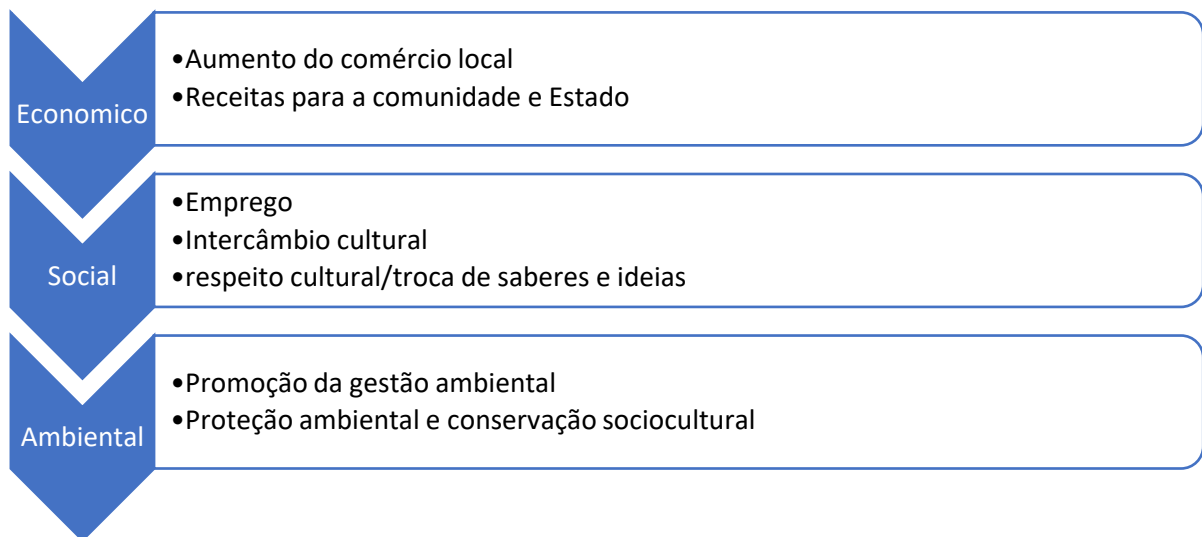


Figura 1: Principais impactes positivos do turismo

Fonte: Elaboração própria com base em Budeanu (2005) WTO/UNEP (2005) Mason (2003)

A necessidade de encontrar mais recursos financeiros para apoiar a conservação é uma questão mundial, embora a gravidade do problema varie de país para país. O turismo já faz uma importante contribuição direta para o rendimento de áreas protegidas e sítios patrimoniais, através de taxas de entrada, licenças, concessões, etc., e isso pode ser estendido. Mais amplamente, o turismo pode tornar-se uma força para uma gestão mais sustentável da terra em todas as partes do mundo, proporcionando uma forma alternativa de subsistência para os agricultores e comunidades rurais que depende de recursos naturais bem conservados (UNEP/WNTTO, 2005). Mason (2003) acrescenta que o turismo estimula algumas medidas para a proteção do meio ambiente, paisagem e vida selvagem, promovendo o estabelecimento de Parques Nacionais ou Reservas de Vida Selvagem. Para o autor, o turismo é uma forma de promover a preservação de edifícios e monumentos como por exemplo os que são considerados Património Mundial da UNESCO, funcionando muitas vezes como fornecedor de receitas para manter edifícios históricos, locais de património e habitats selvagens.

O contacto com os turistas internacionais pode levar que a comunidade local mude comportamentos e atitudes. Pode originar uma abertura política em regimes totalitários, ou mesmo uma maior conscientização para do Direitos Humanos, das mulheres e dos animais, maior cuidado com a limpeza e higiene dos locais. O turismo tem um papel importante em

realçar trocas culturais, melhorando os padrões humanos, suportando a preservação cultural (museus, monumentos, etc.) e estimula orgulho local. O turismo permite intercâmbios culturais que desenvolve o respeito e a compreensão mútua dos valores éticos e morais. Porém, Budeanu (2005) insiste que as relações entre turistas e habitantes locais estão cada vez mais superficiais e desequilibradas devido às barreiras linguísticas, às diferenças de estatuto financeiro e ao pouco tempo que os turistas gastam em destinos. Em muitos casos os habitantes tornam-se "atrações" para os turistas, alterando suas próprias tradições e cultura para explorar seu potencial comercial. Para Cravidão (2006) a expansão da atividade turística, quase sempre rápida e não planeada, originou conseqüentemente em muitas regiões do mundo a rutura com o território, tensões ambientais e conflitos com as populações locais de difícil solução.

Portanto, a atividade turística possibilita enriquecimento económico, cultural e ambiental, gerando receitas que apoiam a comunidade local. Aos benefícios económicos juntam-se as trocas e as relações culturais que as atividades turísticas proporcionam. Como qualquer tipo de atividade, o turismo deve ser pensado e planeado, pois a utilização excessiva dos recursos naturais, culturais e humanos pode originar um desequilíbrio da atividade. Esse desequilíbrio pode resultar em impactes negativos difíceis de controlar ou reverter, podendo mesmo contribuir para o fim ou diminuição da atividade turística na região.

3.3.2. Negativos

A atividade turística pode impulsionar o desenvolvimento económico, social e cultural, mas também pode gerar impactes negativos de curto e longo prazo. Em várias ocasiões, as dimensões dos impactes negativos do turismo são difíceis de especificar ou prever, sendo necessário examinar a atividade e seus efeitos durante alguns anos. Há sempre casos em que atividade turística é tão excessiva e prejudicial que em um ou dois anos conseguimos perceber algum tipo de degradação ambiental ou perda de autenticidade cultural. Além disso, a atividade turística é instável, uma catástrofe natural ou humana pode fazer diminuir bastante a entrada de visitantes no país e região. Este foi o caso de vários países do mediterrâneo, onde a estabilidade política e religiosa originou a migração da população local e afastou muitos visitantes das áreas turísticas, como por exemplo em Istambul. O turismo acaba por estar dependente de algum capital estrangeiro.

É necessário algum tempo para perceber os impactos ambientais causados pelo turismo, mas já há sinais visíveis em muitos destinos turísticos. Ironicamente, uma vez que os efeitos se tornam totalmente evidentes, eles desvalorizam os destinos turísticos. Um dos exemplos de degradação ambiental que afeta o turismo é o aquecimento global, ameaçando as áreas costeiras, pequenas ilhas e estâncias de neve e esqui. De acordo com o World Wildlife Fund (WWF), se o aquecimento global continuar a aumentar, em aproximadamente 100 anos alguns dos destinos turísticos mais populares situados em regiões mais quentes do globo, tornar-se-ão indesejáveis devido ao aumento severo da temperatura (Budeanu, 2005). Os danos ambientais podem ser causados, por exemplo, pela utilização ou eliminação de produtos químicos presentes em produtos de limpeza, combustíveis, tintas, fungicidas e pesticidas ou produtos de cloração para piscinas. A atividade turística também contribui para o esgotamento da camada de ozônio, liberando Clorofluorcarbonetos (CFC's) para a atmosfera de sistemas de refrigeração e condicionadores de ar, espuma de embalagem e isolamento. Os governos devem estar vigilantes na aplicação de normas elevadas para a eliminação de resíduos perigosos. Sempre que possível, o uso de produtos químicos prejudiciais ao meio ambiente deve ser eliminado através de políticas de compra cuidadosa (UNEP/WNTTO, 2005).

O transporte é uma das fontes mais significativas de poluição ambiental resultante do turismo, principalmente através de viagens aéreas e o uso de carros particulares. Viajar de barco é muito menos poluente. Além do impacto global das emissões de gases com efeito estufa, as emissões e o congestionamento afetam o meio ambiente local e a comunidade. Uma das políticas que podem ser implementadas é favorecer formas de transporte de baixo impacto. Isto aplica-se tanto a viagens de e para o destino, e dentro dele. Este último pode ser mais fácil de influenciar. A promoção de caminhadas e ciclismo oferece uma oportunidade particular em muitos destinos. Isso pode ser facilitado pela provisão de infraestrutura adequada, incluindo trilhas e serviços de transporte público, horário mais integrado e marketing criativo (UNEP/WNTTO, 2005; UNWTO, 2013).

Segundo Mason (2003) quando discutimos os impactos do turismo, conceitos como turista ou excursionistas não são importantes. As pegadas dos visitantes na paisagem natural vão ter sempre o mesmo impacto, seja ele turista ou excursionista. Quando se mede os impactos do turismo no espaço natural ou cultural, deve-se incluir todos os visitantes, pois cada um contribuir na economia, no ambiente, na cultura e na comunidade visitada. Os efeitos económicos do turismo também incluem aumentos dos preços de produtos alimentares, terrenos e casa nos destinos turísticos, que se tornam particularmente evidentes durante a

época turística. O elevado número de procura turística pode causar aumento do custo de vida para a comunidade local e a perda da identidade cultural. A sazonalidade turística de vários destinos turísticos, como os Alpes suíços ou o Algarve, cria impactes demográficos e ambientais negativos para as comunidades. Esses impactes traduzem-se, na época alta, com mais visitantes, mais poluição sonora e atmosférica, por outro lado mais emprego e mais atividades de lazer para a comunidade local. Épocas baixas com menos visitantes, menos poluição e menos emprego.

A criação de emprego e de renda para a comunidade de destino é umas características exaltadas no incentivo do turismo. No entanto, a maioria dos empregos são sazonais, com salários baixos, sem garantias para emprego futuro. Os funcionários recebem pouca formação, não recebem reconhecimento das habilidades, qualificações e experiência que trazem para o setor (Budeanu, 2005). Beni (2001) afirma que o setor turístico diminui e retira as qualidades de espaços naturais, exemplificando que “os hotéis que descarregam seus esgotos diretamente em rios, lagos, praias, etc. sem nenhum processo de tratamento”, sendo que muitos estabelecimentos de hoteleiros “escondem” a paisagem. Para o autor, o visitante também é responsável, consciente ou inconscientemente, por graves danos em espaços naturais e culturais como a destruição da vegetação, agressão à fauna silvestre, pontas de cigarros acesas e apagadas, todo o tipo de lixo, plástico, vidros e papel.

Os ambientes que atraem visitantes podem ser os mais vulneráveis. Por exemplo, o seu desenvolvimento em zonas costeiras levou a uma grande perda de habitat e destruição de dunas. Ambientes marinhos, como recifes de corais, foram seriamente danificados por excesso de uso ou má prática associada a operações de mergulho. Barcos e instalações em zonas costeiras também causaram danos extensos através de destruição física e poluição. Todos os ecossistemas, quer sejam montanhas, desertos, florestas tropicais, zonas húmidas ou águas internas, têm as suas próprias sensibilidades especiais que devem ser consideradas no planeamento de atividades turísticas (UNEP/WNTTO, 2005). Após as visitas ficam resíduos, os recursos hídricos e energéticos são utilizados e as comunidades recetoras são de alguma forma afetadas. Os destinos turísticos para serem viáveis a longo prazo são necessárias medidas promovidas pelos responsáveis e intervenientes na atividade turística (Comissão Europeia , 2013)

A cultura ao ser utilizada no mercado turístico também pode ser afetada negativamente. O aumento do turismo cultural em alguns destinos pode levar a deturpação de costumes e

tradições, levando a que o residente olhe para o turista como invasor ou destruidor da paz e da cultura do seu destino.

O turismo sexual é exemplo de como o turismo pode causar impactos nos valores e comportamentos morais da comunidade local. Muitas vezes os turistas são vistos como os causadores dos impactos negativos do turismo, mas a maior parte dos impactos turísticos estão relacionados com a falta de planejamento turístico (Mason, 2003). Apesar do turismo de massa ser considerado uma das maiores fontes de degradação dos recursos naturais e culturais, recentemente na literatura do turismo já são vistas algumas potencialidades que tornam essa atividade mais responsável e capaz de integrar princípios de sustentabilidade. Budeanu (2005) defende que as investigações se devam focar mais na sustentabilidade do turismo de massas, em vez de continuar a incidir no ecoturismo ou no turismo responsável.





As alterações climáticas são uma questão importante para a sustentabilidade a longo prazo do turismo em dois sentidos: as alterações climáticas terão consequências para o turismo e o turismo contribui para as alterações climáticas. Os efeitos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar, o aumento da frequência de epidemias e tempestades, erosão costeira, branqueamento de corais e o abastecimento de água potável ameaçam muitos destinos costeiros. Os estabelecimentos de montanha também vão ser atingidos com o aumento da temperatura e consequentemente com a diminuição da temporada de neve e de desportos de inverno. O turismo também pode ser afetado por outros eventos, como a propagação de doenças tropicais e a disponibilidade de água. Alguns desses impactos já estão sendo sentidos. Estima-se que o turismo possa contribuir até 5,3 % nas emissões antropogênicas globais de gases com efeito de estufa, sendo que os transportes representam cerca de 90% destas emissões (UNEP/WNTTO, 2005). Estas estimativas sugerem que a aviação responde por 2-3% da utilização total mundial de combustíveis fósseis e até 3,5% do efeito estufa antropogénico. Com base nas tendências atuais, esses impactos devem aumentar significativamente (WTO/UNEP, 2005).

A ameaça de um futuro negativo para o turismo deveria servir como um incentivo para todas as atividades turísticas, reduzirem ou evitarem atividades que aumente o aquecimento global e outras que prejudiquem o meio ambiente (ver Tabela III). Tendo em conta que o turismo pode duplicar nos próximos 20 anos, é expectável que seus impactos ambientais negativos também aumentem de forma bastante significativa. Se considerarmos a complexidade dos

impactes ambientais, socioculturais e económicos que ocorrem especialmente em destinos sobrecarregados, há uma clara necessidade de uma abordagem holística, preventiva e sustentável (Budeanu, 2005). Deveria ser ainda dada ênfase à redução dos resíduos e à reciclagem sempre que possível. Sempre que a eliminação for necessária, esta deve estar em conformidade com as melhores práticas disponíveis. Isso pode ser ajudado por governos que fornecem infraestruturas adequadas e legislação contra a eliminação inadequada de resíduos (UNEP/WNTO, 2005). Os operadores turísticos e órgãos responsáveis pelo turismo devem contribuir discursos mais eficientes que promovam a ideologia de sustentabilidade turística.

Todos os aspetos negativos do turismo já mencionados sublinham a necessidade de o turismo ser cuidadosamente planeado e gerido, principalmente nos países em desenvolvimento. Isso exige que os governos estabeleçam e implementem políticas claras sobre o controle e a gestão do setor, em conjunto com todas as partes interessadas no turismo, procurando conquistar os objetivos de desenvolvimento sustentável (UNWTO, 2013). A participação do turismo no

Tabela III: Aspetos negativos do turismo

	A atividade turística é contributo significativo e crescente para as alterações climáticas, representando atualmente cerca de 5% das emissões globais de CO₂. Essas emissões são maioritariamente geradas pelos transportes, mas também em serviços turísticos como alojamento.
	Limitação do acesso à terra e aos recursos e levando a um aumento da criminalidade, exploração sexual e ameaças às tradições e valores sociais e culturais
	O desenvolvimento do turismo e as atividades inadequadas podem ser muito prejudiciais para a biodiversidade em áreas sensíveis. Os impactes negativos no património cultural podem ocorrer quando há uma má gestão dos visitantes
	A política da comunidade em termos de tratamento da água, resíduos sólidos e líquidos pode ser deficiente ou não existir. As empresas turísticas estão a consumir um bem importante, a água, e não participam no seu tratamento, podendo causar grandes problemas futuros para a comunidade local

Fonte: elaboração própria com base em UNWTO (2013)

progresso mundial é tão fundamental que qualquer esforço para alcançar o desenvolvimento sustentável global ou local está condenado ao fracasso sem considerar a implicação do turismo.

Portanto, as preocupações com práticas turísticas responsáveis devem ter o mesmo enfoque na correção de erros passados e na prevenção de ocorrências futuras (Budeanu, 2005). O turismo deve ir ao encontro de abordagens preventivas claras, incorporadas nas políticas e estratégias atuais a todos os níveis, para que turismo possa ajudar a sociedade a progredir em direção à sustentabilidade.

4. Desenvolvimento e Turismo sustentável: Um Desafio Comum

4.1 Desenvolvimento Sustentável: conceitos, acordos e encontros internacionais

Atualmente, desenvolvimento sustentável é uma expressão bastante utilizada. Muitas vezes, esta expressão pode ser empregue de forma abstrata, sem se perceber realmente os limites e alcances da mesma. O “Desenvolvimento” pode ser considerado como um processo de mudança estrutural económica, abrangendo melhorias a nível social, cultural e político. A palavra “Desenvolvimento” é várias vezes entendida como um sinónimo de progresso (Sancho-Perez, 2000). É comum ler e ouvir os países serem caracterizados como “em desenvolvimento” ou “desenvolvidos”. Uma caracterização, grande parte das vezes, baseada na economia do país e na sua riqueza.

A palavra sustentável está intimamente ligada ao conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade é um “conceito sistémico”, devendo ter como base uma gestão durável dos recursos ao longo, ou até indefinido prazo, com objetivo de manter ou produzir o bem-estar humano e dos ecossistemas (DGA, 2016).

Segundo Wall (2000), desenvolvimento sustentável pode ser definido como um desenvolvimento onde o usufruto das necessidades presentes não compromete as necessidades das gerações futuras. O desenvolvimento sustentável requer a manutenção e conservação da integridade e diversidade ecológica e das necessidades básicas humanas, tentando sempre reduzir as injustiças sociais e económicas de um determinado espaço ou região (ver Figura 2). O conceito de desenvolvimento sustentável foi consagrado em 1987 no Relatório de Brundtland, onde se acentua a preocupação de garantir o futuro das novas

gerações, indo contra o desenvolvimento que não reflete sobre as consequências das suas ações a longo prazo (DGA, 2016).

Desenvolvimento Sustentável também implica a criação de bem-estar humano, que será viável no futuro, tal como é viável no presente. Podemos dizer que um dos princípios por trás do conceito de desenvolvimento sustentável é o de equidade no uso e na distribuição dos benefícios dos recursos mundiais (UNEP; UNWTO, 2005).

Em 1991, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento associa o conceito de desenvolvimento sustentável a objetivos como: crescimento renovável, satisfação das necessidades básicas (emprego, água, energia, alimento e saneamento básico), a garantia de um nível sustentável da população e melhoria das relações económicas internacionais (DGA, 2016).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), no Rio de Janeiro, também conhecida por Cimeira da Terra criou um plano de ação, a Agenda 21. Na Agenda 21 dá-se ênfase a adoção de abordagens estratégicas, centrando-se na ligação do ambiente com as questões sociais e económicas (DGA, 2016). A Agenda 21 é um documento de orientação para os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil, aspirando um desenvolvimento económico e a coesão social. Na Cimeira da Terra também é aprovada a Declaração de Princípios do Rio, documento que foi base de políticas internacionais, nacionais, regionais e locais (Cupeto & Marcos, 2007).

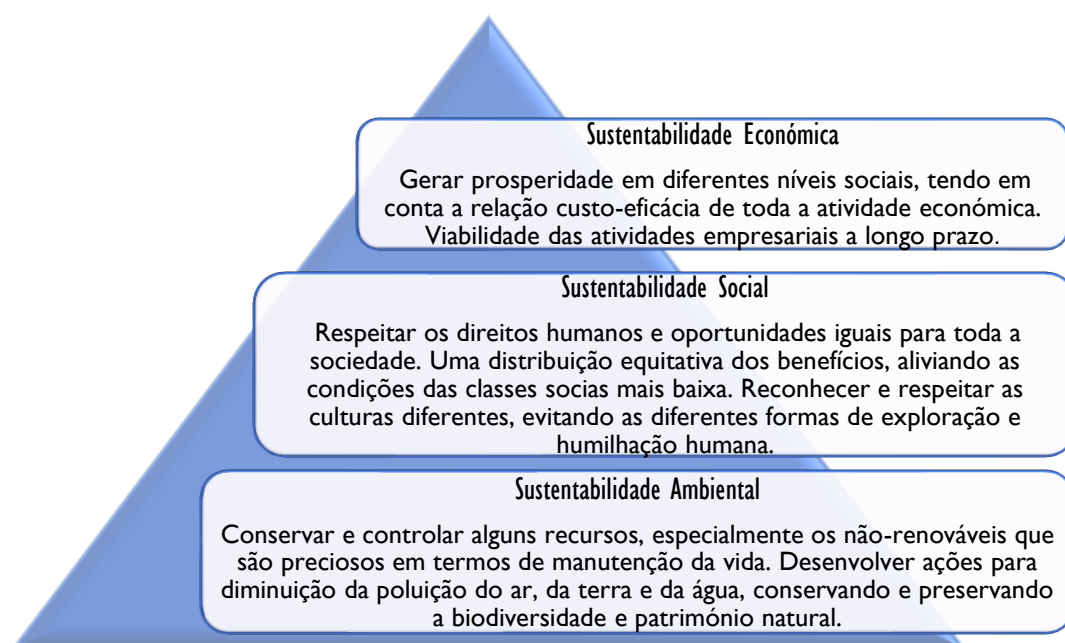


Figura 2- Três pilares do desenvolvimento sustentável

Fonte: elaboração própria com base em UNEP & UNWTO (2005)

Um dos focos da Agenda 21 é a redução e a obtenção de energia de forma eficiente. Os setores energéticos e o dos transportes são os grandes responsáveis pelas emissões de CO₂ e, conseqüentemente, do agravamento do Efeito Estufa. Grande parte da energia obtida é através de combustíveis fósseis, como o petróleo ou gás natural. A desflorestação agrava os efeitos provocados por esses combustíveis não renováveis e suas emissões de CO₂. Um dos Princípios de Ação da Agenda 21 tem como objetivo “alargar a provisão de tecnologias de maior eficiência energética e energias alternativas/renováveis aos estabelecimentos humanos e reduzir os impactos negativos da produção e uso de energias sobre a saúde humana e sobre o ambiente” (Agenda 21 : programa de acção para o desenvolvimento sustentável : declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento : declaração de princípios sobre florestas , 2005). Uma eficiente utilização de energias resulta na redução dos efeitos poluidores, sendo que a promoção de energias renováveis deve ser uma das prioridades para ambientes urbanos.

Em 2000, a Comissão Europeia organizou o Conselho Europeu de Lisboa, também conhecido como a estratégia de Lisboa. O Conselho teve como principal objetivo tornar a Europa mais competitiva e dinâmica a nível mundial, mantendo e promovendo ao mesmo tempo a coesão social e a sustentabilidade ambiental (Cupeto & Marcos, 2007). Em 2001, realizou-se Conselho Europeu de *Göteborg*, onde foi aprovada a primeira estratégia europeia para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). A EDS tem principais horizontes “salvaguardar a capacidade da Terra de sustentar a vida em toda a sua diversidade e baseia-se nos princípios de democracia, igualdade entre homens e mulheres, solidariedade, primado do direito e respeito pelos direitos fundamentais, incluindo a liberdade e a igualdade de oportunidades para todos “ (Conselho da União Europeia, 2006). O seu principal objetivo é a melhoria contínua da qualidade de vida e do bem-estar na Terra, tanto para as gerações atuais como para as vindouras, promovendo:

- Uma economia dinâmica com pleno emprego
- Um elevado nível de educação
- Proteção da saúde
- Coesão social e territorial
- Proteção ambiental num mundo seguro
- Respeito da diversidade cultural (Conselho da União Europeia, 2006)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável em Portugal (ENDS) foi um dos contributos europeus para Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento sustentável de

Joanesburgo, em 2002 (Conselho da União Europeia, 2006; Cupeto & Marcos, 2007). Esta Cimeira do Rio, organizada pelas Nações Unidas, estabelece um plano de implementação, no qual todos os Estados devem realizar evoluções na formulação e elaboração das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (Cupeto & Marcos, 2007; UNEP & UNWTO, 2005)

A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável também foi um evento importante para o turismo mundial. No seu Plano de Implementação, a CMDS apelou especificamente para a promoção do turismo sustentável como uma das várias estratégias para proteger e gerir a base dos recursos naturais para o desenvolvimento económico e social. Embora não muito prescritivo, o plano dá ênfase à cooperação internacional, assistência técnica às comunidades, gestão de visitantes e acesso melhorado ao mercado. O desenvolvimento do turismo também foi especificamente referido entre as medidas para o desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados insulares e da África, bem como para a gestão da conservação da energia e da biodiversidade (WTO/UNEP, 2005).

Passados 10 anos, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável reconheceu a necessidade de apoiar as atividades de turismo sustentável, pois apresenta uma “consciência ambiental, conserva e protege o meio ambiente, respeita a fauna, a flora, a biodiversidade, os ecossistemas e a diversidade cultural, e melhora o bem-estar e o sustento das comunidades locais, apoiando as suas economias locais e o ambiente natural como um todo” (CNUDS, 2012).

A nível de políticas ambientais nacionais, as diretrizes da Agenda 21 e as orientações da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável impulsionaram Portugal para a criação de planos de ação, salvaguarda e conservação ambiental. Em Portugal, a ENDS tem vindo a ser implementada como forma de cumprir os objetivos internacionais no âmbito das Nações Unidas e da União Europeia (Cupeto & Marcos, 2007).

No último relatório do ambiente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) destaca-se alguns vetores importantes para o plano de implementação do desenvolvimento sustentável. Um deles é “Melhoria da Eficiência Energética e de Uso de Recursos Naturais nos Sectores da Energia, Indústria, Comércio e Serviços, Contribuindo para Reduzir as Emissões de Gases com Efeito de Estufa”, este vetor visa apoiar de forma seletiva as “grandes instalações de transformação” de energia ou “utilizadoras intensivas de energia” com objetivo de reduzir as

emissões de gases com efeito de estufa, ordenando os incentivos “conforme a contribuição para a instalação em Portugal de competências e capacidades produtivas para o fornecimento das soluções tecnológicas adequadas”. Outro vetor importante é “Desenvolvimento das Políticas e Medidas Preconizadas no Programa Nacional de Alterações Climáticas”. Neste vetor abrange-se a oferta e procura de energia, promovendo a eficiência energética dos edifícios, e a utilização das potencialidades solares para o aquecimento de águas e para a produção de eletricidade (Relatório do Estado do Ambiente 2015). O relatório do ambiente ainda inclui várias medidas importantes com o objetivo de sustentabilidade nacional tais como (Relatório do Estado do Ambiente 2015) :

- Desenvolvimento de Novas Políticas e Medidas, apostando numa Descarbonização da Economia Portuguesa;
- Conservação da Biodiversidade Marinha e Gestão Sustentável das Pesca”;
- Gestão Sustentável dos Recursos Florestais e sua Proteção Adequada”;
- Promoção da Educação Ambiental e da Sensibilização da População Portuguesa para as Temáticas do Desenvolvimento Sustentável, em particular para a Conservação dos Recursos Naturais e da Biodiversidade.

Segundo Brito (2015) “as políticas para a promoção da sustentabilidade exigem a integração dos objetivos económicos, sociais, ambientais e institucionais numa estratégia coerente que salvaguarde os interesses de cada dimensão, a introdução de orientações normativas para promover a justiça nos e entre os países, no que concerne às políticas económicas, sociais, comerciais, da saúde e do desenvolvimento, entre outras, e, por último, uma perspetiva abrangente no tempo e no espaço, contemplando regiões distantes e gerações futuras”.

A política global pode incentivar os governos e entidades privadas a criarem práticas sustentáveis nos destinos turísticos. O incentivo por parte do governo local é central no desenvolvimento de um turismo sustentável, criando leis que regulem atividade ou apoiando financeiramente entidades que queiram diminuir os impactes negativos da sua atividade turística. A regulamentação da atividade turística é essencial para um turismo sustentável, mas deve ser sempre acompanhada por uma fiscalização da atividade, e se for o caso, uma penalização dos infratores. As políticas globais devem ser seguidas por políticas estatais que regulem a atividade turística, buscando sempre informar os agentes sobre a importância da prática destes regulamentos. Embora a regulamentação e a informação sejam atributos

importantes para um turismo sustentável, isto não quer dizer que os turistas ou os agentes turísticos mudem substancialmente os seus comportamentos no sentido de um desenvolvimento sustentável do turismo.

4.2. Turismo sustentável - uma conceção

O grande desafio do turismo, e de qualquer outra atividade humana, é o desenvolvimento sustentável. Um desenvolvimento sustentável implica que a utilização no presente dos recursos naturais, ambientais e culturais não implique o uso no futuro dos mesmos recursos pelas gerações futuras. Este é a única opção viável a longo prazo para manter os recursos de forma equilibrada, tais recursos que são indispensáveis para a atividade turística. O desenvolvimento sustentável do turismo acarreta um equilíbrio entre os interesses dos turistas e da comunidade recetora, garantindo a proteção ambiental, cultural e estimulando a economia local. O turismo sustentável é a forma mais equilibrada para manter a atividade turística a longo prazo, sem criar prejuízos para as comunidades locais no presente e no futuro. No quadro de renovação de desenvolvimento Rio + 20, o turismo sustentável aparece como um importante sector de apoio para se atingir a meta desenvolvimento sustentável da Agenda 21 (Mowforth & Munt, 2009).

Segundo Hunter (1997) o termo "turismo sustentável" passou a representar e a englobar um conjunto de princípios, políticas e métodos de gestão que traçam um caminho para o desenvolvimento do turismo, baseado em recursos ambientais de uma região de destino. Este não deve ser considerado como uma moldura rígida, mas como um paradigma adaptativo que legitima uma variedade de abordagens de acordo com circunstâncias específicas. Para ele o "center ground" do espectro de sustentabilidade em grande parte gira em torno da compatibilidade do desenvolvimento sustentável com crescimento económico continuado.

A confusão sobre o significado de turismo sustentável tem sido agravada em alguns países pelo uso do termo "ecoturismo" como espelho do "turismo sustentável". O ecoturismo, de facto, abraça os princípios da sustentabilidade, mas refere-se explicitamente a um nicho de produto. Trata-se de turismo em áreas naturais, envolvendo normalmente alguma forma de experiência interpretativa do património natural e cultural, apoiando positivamente a conservação e as comunidades indígenas, e normalmente organizado para pequenos grupos (UNEP/WNTD, 2005).

O termo “turismo alternativo” também é muitas vezes confundido com o de turismo sustentável. O turismo alternativo surgiu como uma reação às crescentes preocupações sobre as consequências negativas da produção e consumo de uma determinada forma de turismo, rotulado de turismo de massa (Sharpley, *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?*, 2009). O turista está no centro do turismo alternativo, ele cria a suas próprias rotas e horários, procurando um maior contacto com a cultura e o ambiente. No turismo alternativo, o turista faz uma busca pela autenticidade e experiência singular, o que pode criar impactes positivos ou negativos na comunidade visitada. A diferença significativa entre o turismo de massa e o alternativo é a proporção. Os impactes negativos e positivos podem ser maiores ou menores, conforme a educação e cultura de cada turista. Apesar dos inquéritos que sugerem que os turistas estão cada vez mais conscientes dos impactes das suas atividades e, por conseguinte, afirmam que adaptam o seu comportamento em conformidade (por exemplo, a seleção de produtos / férias turísticas segundo critérios ambientais), há poucas evidências empíricas da adoção desse comportamento na prática (Sharpley, *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?*, 2009).

O turismo sustentável pressupõe um equilíbrio entre os principais intervenientes no turismo, na vertente económica, cultural, ambiental e social. Estas quatro vertentes devem desenvolver-se com coerência, adaptando objetivos em conjuntos de acordo com necessidade de cada comunidade e com o interesse da atividade turística. Por equívoco há uma interpretação equiparável entre os termos ecoturismo, turismo alternativo e turismo sustentável. O turismo sustentável é um ajustamento dos princípios da sustentabilidade para todos os tipos de turismo, desde o turismo de massa ao turismo de natureza.

Mowforth e Munt (2009) evidenciam a necessidade refletir como os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” se reproduzem no contexto do turismo atual. Para os autores o termo “sustentabilidade” é ambíguo, podendo significar ações e objetivos diferentes para empresas e ambientalistas. O gestor de uma empresa pode interpretar a sustentabilidade como uma forma de criar valor a um produto e de aumentar o consumo deste. Um ambientalista pode pensar o termo como uma forma de “salvar” e proteger a natureza.

Longe de fornecer orientação sobre a relação mais desejável entre as ações das sociedades humanas e o mundo natural, o conceito de desenvolvimento sustentável é maleável e pode ser moldado para se ajustar a um espectro de visões do mundo. Se há um consenso crescente na definição do desenvolvimento sustentável, então pode estar na rejeição frequente de

paradigmas "extremos" (Hunter, 1997; Hunter, 2002). No paradigma de "sustentabilidade fraca" não há uma definição clara sobre a conscientização da tradicional exploração dos recursos ambientais. Enfatiza-se a importância do crescimento económico continuado do sector do turismo e da manutenção de uma qualidade ambiental suficiente na área de destino para assegurar a sobrevivência dos produtos turísticos existentes e o desenvolvimento de novos produtos em locais existentes e novos.

Na posição de "sustentabilidade forte", uma posição extrema da preservação, no sentimento da redução da atividade económica, dos níveis populacionais e da rejeição de muitas inovações tecnológicas recentes é tão abrangente que desafia a ação concertada e, talvez, algumas atividades humanas inatas (Hunter, 1997; Hunter, 2002). Defende-se a importância do princípio de precaução, a necessidade de planeamento pró-ativo ou antecipado do desenvolvimento do turismo e o monitoramento sistemático das mudanças no ambiente natural / stock de capital dos recursos naturais. No entanto, ao lado dessas noções vagas, existem argumentos convincentes para uma visão mais central do significado e das implicações do desenvolvimento sustentável. A crítica pode ser direcionada tanto à extrema exploração de recursos assim como à extrema preservação dos recursos naturais (Hunter, 1997; Hunter, 2002).

No campo do turismo, o termo "sustentabilidade" pode ser e tem sido "usurpado" por muitos para dar ideia de retidão moral, e as credenciais "verdes" têm sido utilizadas para atrair mais visitantes e valorizar o "produto". E não é de forma alguma apenas o operador turístico e outras empresas com fins lucrativos que podem ganhar com a atividade que usaram o termo para seus próprios fins. Autoridades governamentais, empresas privadas, políticos, organizações comunitárias locais e os próprios turistas manipulam o termo de acordo com sua própria definição (Mowforth & Munt, 2009).

A OMT define alguns princípios que devem ser respeitados e praticados no turismo sustentável (UNEP/WNTTO, 2005; WTO, 2013):

- Melhorar o uso dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar os recursos naturais e a biodiversidade;

- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar o património cultural construído e vivo, e os valores tradicionais, contribuindo para a compreensão intercultural e a tolerância;
- Assegurar que as operações económicas sejam viáveis a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos a todas as partes interessadas que sejam equitativamente distribuídos pela comunidade, aumentando as oportunidades de emprego estáveis e redução da pobreza.

O desenvolvimento sustentável do turismo implica uma utilização consciente dos recursos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis. Deve-se procurar diminuir os impactes negativos e estimular os impactes positivos na comunidade recetora, tendo conta sempre os aspetos culturais, sociais, económicos e ambientais do destino. O destino turístico pode ser pensado de forma local, regional e global, existindo a necessidade de criar e adequar acordos a nível internacional que regulem de forma sustentável a atividade turística em todos os destinos, independentemente da escala. De certa forma, todas as regiões do mundo têm algum tipo atividade turística, os impactes desta atividade podem prejudicar ou aprimorar as regiões vizinhas. Devido a isso é necessário desenvolver medidas conjuntas para a sustentabilidade do turismo a nível mundial.

4.3. Políticas Internacionais para um Turismo Sustentável

O turismo é uma atividade mundial, com impactes em todas as regiões do mundo. Este é resultado da globalização, onde há mais trocas de costumes, informações, produtos e pessoas. Este aspeto globalizante da atividade e dos seus impactes pode influenciar a adoção de práticas sustentáveis no turismo. Há várias organizações internacionais interessadas no impacto que o turismo pode ter no desenvolvimento sustentável. As bases do desenvolvimento sustentável podem ser aplicadas à atividade turística. Os acordos e os princípios internacionais podem ser decisivos para a manutenção da atividade turística em várias regiões do mundo.

Atualmente, o ambiente político mais globalizado tornou-se parte da nossa experiência quotidiana. A Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as organizações ambientais internacionais (como o *Greenpeace*) são exemplos de organizações cujas relações

políticas ultrapassam os limites dos Estados nacionais. Essas instituições e organizações tiveram um impacto importante no desenvolvimento global e sua influência em termos de turismo (Mowforth & Munt, 2009). A sustentabilidade é percebida e descrita como uma parte essencial da ideologia mundial e todas as tendências que estão associadas com isto. Essas tendências incluem um "novo" consumismo, cujo aliado semântico é sustentabilidade.

No âmbito do turismo, a Organização Mundial do Turismo é uma das mais importantes na regulação da atividade turística a nível mundial. A OMT e o Programa ambiental das Nações Unidas desenvolveram uma adaptação da Agenda 21 para o turismo (ver Tabela IV). A ONU reconhece a importância e necessidade de uma circulação eficiente de pessoas e bens, um transporte “ambientalmente” saudável.

O transporte é dos meios mais poluentes e que despende ainda bastante combustível fóssil, sendo que na atividade turística é a base para circulação das pessoas. Neste sentido é importante que na atividade turística seja incentivado um transporte sustentável, indo ao encontro dos propósitos estabelecidos por várias organizações mundiais.

A nível europeu, uma das políticas mais importantes no âmbito do turismo sustentável é Carta Europeia de Turismo Sustentável (ver Figura 3). O objetivo principal desta Carta afirma-se “no desenvolvimento sustentável da região, de modo a permitir responder às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras”. As Áreas Protegidas e os parceiros aderentes, empresas turísticas e operadores turísticos delinearam uma estratégia para o turismo baseada em quatro objetivos elementares (EUROPARC, 2010) (Turismo de Natureza , 2016):

- Conservação e valorização do património;
- Desenvolvimento social e económico;
- Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes locais;
- Gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística.

Tabela IV: Agenda 21 para o Turismo

1) Viabilidade económica	Garantir a viabilidade e a competitividade dos destinos turísticos e empresas, para que possam continuar a prosperar e a proporcionar benefícios a longo	7) Bem-estar comunitário	Manter e fortalecer a qualidade de vida das comunidades locais, incluindo estruturas sociais e acesso a recursos, evitando qualquer forma de degradação ou exploração social
2) Prosperidade e local	Maximizar a contribuição do turismo para a prosperidade económica do destino de acolhimento, incluindo a proporção dos gastos dos visitantes que são mantidos localmente.	8) Riqueza cultural	Respeitar e valorizar o património histórico, a cultura autêntica, as tradições e o carácter distintivo das comunidades de acolhimento
3) Qualidade do Emprego	Reforçar o número e a qualidade dos postos de trabalho locais criados e apoiados pelo turismo, incluindo o nível de remuneração, condições de serviço e disponibilidade para todos sem discriminação por género, raça, deficiência.	9) Integridade Física	Manter e melhorar a qualidade das paisagens, tanto urbanas como rurais, e evitar a degradação física e visual do meio ambiente
4) Equidade Social	Procurar uma distribuição generalizada e justa dos benefícios económicos e sociais do turismo em toda a comunidade beneficiária, incluindo a melhoria das oportunidades, rendimentos e serviços disponíveis aos pobres	10) Diversidade Biológica	Apoiar a conservação de áreas naturais, habitats e vida selvagem, e minimizar danos a esses
5) Satisfação do visitante	Proporcionar uma experiência segura, satisfatória e gratificante para os visitantes, disponível para todos, sem discriminação por sexo, raça, deficiência ou de outras maneiras.	11) Eficiência de Recursos	Minimizar o uso de recursos escassos e não-renováveis no desenvolvimento e operação de instalações e serviços turísticos
6) Controle local	Envolver e capacitar as comunidades locais no planeamento e tomada de decisões sobre a gestão e o desenvolvimento futuro do turismo na sua área, em consulta com outras partes interessadas.	12) Pureza Ambiental	Minimizar a poluição do ar, da água e da terra e a geração de lixo por empresas de turismo e visitantes

Fonte: elaboração própria com base em WTO/UNEP (2005)

O “Código Global de Ética para o Turismo” da Organização Mundial do Turismo também é um dos documentos mais importantes do turismo sustentável (ver Figura 3). Este código, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2001, contém muitos dos princípios de desenvolvimento sustentável do turismo articulados pela Comissão Desenvolvimento Sustentável. Destaca também o papel especial do turismo na contribuição para a compreensão mútua e respeito entre os povos, como veículo de realização individual e coletiva (UNEP/WNTTO, 2005).



Figura 3: Cronograma: acordos para um turismo sustentável

Fonte: Elaboração própria com base em WTO/UNEP (2005); EUROPARC (2010)

Outro acordo importante no âmbito do turismo sustentável foi a Declaração de Québec sobre Ecoturismo (ver Figura 3). Esta declaração da Direção Mundial de Ecoturismo apresenta recomendações aos governos, à “indústria” do turismo e a outras partes interessadas, sobre as várias medidas que devem tomar para promover o desenvolvimento do ecoturismo. A declaração reconhece explicitamente a relevância das abordagens desenvolvidas para o ecoturismo para a tarefa mais ampla de tornar o turismo mais sustentável (UNEP/WNTTO, 2005).

Uma economia baseada em turismo sustentável garantiria benefícios ambientais significativos, incluindo reduções no consumo de água, uso de energia e emissões de CO₂ (UNWTO, 2013). Os governos devem incentivar e permitir a criação de iniciativas sustentáveis por parte do setor privado, turistas e a própria comunidade (UNEP/WNTTO, 2005). Neste sentido, os governos e organizações internacionais devem facilitar o investimento no setor do turismo, priorizando investimentos e gastos em áreas que estimulam a ecologia. Subsídios e incentivos fiscais são apenas algumas das ferramentas que os governos podem colocar em prática. Através de parcerias público-privadas, os governos podem ajudar a distribuir os custos e riscos dos grandes investimentos em turismo “verde”.

4.4. Desenvolvimento do Turismo Sustentável: dificuldades e limitações

A atividade turística é bastante dinâmica, podendo ser difícil implementar as políticas internacionais. O desafio será sempre adaptar as políticas internacionais às realidades do destino e à comunidade local. Muitas vezes é difícil consciencializar a sociedade para a importância da sustentabilidade das diferentes atividades humanas, desde agricultura aos serviços. Neste sentido, os chefes de estado e as instituições públicas devem criar condições para implementação de um turismo sustentável, desde o apoio às empresas “amigas do ambiente” até à educação da comunidade local para utilização sustentável dos recursos.

O ano de 2017 foi eleito pela Organização Mundial do Turismo como “Ano Internacional do Turismo Sustentável” (Turismo de Portugal, 2017). Esta é uma medida que visa estimular o desenvolvimento sustentável do turismo segundo três pilares economia, sociedade e ambiente, apoiando também alterações em políticas, práticas empresariais e no comportamento dos consumidores. O desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todas as partes interessadas, bem como uma forte liderança política para garantir uma ampla participação e construção de consensos. A consecução de um turismo sustentável é um processo contínuo e exige uma monitorização constante dos impactos, introduzindo as medidas preventivas e / ou corretivas sempre que necessário. O turismo sustentável deve também manter um elevado nível de satisfação turística e garantir uma experiência significativa aos turistas, sensibilizando-os para questões de sustentabilidade e promovendo práticas de turismo sustentável entre eles (UNEP/WNTTO, 2005).

A condição de sustentabilidade económica não é menos importante do que todas as outras em qualquer desenvolvimento turístico. Sustentabilidade nestes termos refere-se a um nível de ganho económico da atividade suficiente para cobrir o custo de quaisquer medidas especiais tomadas para atender o turista e para amenizar os efeitos da presença do turista ou para oferecer um rendimento apropriado ao inconveniente causado à comunidade local (Mowforth & Munt, 2009). Em países em desenvolvimento, estabelecer um ambiente que forneça instituições eficientes para o arranque económico de pequenas empresas que produzem bens e serviços baseados na cultura pode ser a chave para o desenvolvimento alicerçado em recursos locais. Muitas vezes, no caso das regiões menos desenvolvidas, o turismo cultural ou

criativo são apenas uma solução potencial, que precisa de ser transformada numa estrutura eficaz de relações industriais territoriais (Santagata, Russo , & Segre, 2007)

Evans (2016) afirma que o dinamismo da “indústria turística” é indicado por mercados altamente contestáveis, rápidas mudanças nas preferências dos consumidores e o surgimento de novos mercados e destinos internacionais. Consequentemente, embora a vantagem competitiva possa ser alcançada através de decisões de recursos que os gestores turísticos podem fazer, a sua sustentabilidade é difícil de alcançar. Os concorrentes são rápidos para replicar empreendimentos bem-sucedidos e os gestores têm que entender, antecipar e responder às mudanças do mercado. A sustentabilidade turística acaba por repousar sobre os gestores que adotam uma flexibilidade, inovação e a absorção de conhecimento atuais sobre a atividade turística.

A implementação de medidas sustentáveis na atividade é um processo contínuo, que exige uma fiscalização e um acompanhamento por parte das entidades responsáveis. As entidades e as comunidades devem ser informadas sobre as práticas sustentáveis e, em alguns casos, pode ser fundamental uma formação sobre os impactos e sustentabilidade da atividade turística. É necessário que os intervenientes entendam motivos e benefícios de um turismo sustentável, a informação deve ser trabalhada em conjunto e as medidas devem ser resultado de um consenso. O consenso é um resultado bastante difícil de conseguir quando está em cima da mesa a perda de alguns benefícios económicos. Os benefícios económicos são sobrevalorizados, grande parte das vezes, na atividade turística. A maioria das empresas não querem abrandar a utilização dos recursos, pois implica uma diminuição do consumo e consequentemente do dinheiro obtido neste consumo. Porém, um consumo sustentável é a base da sustentabilidade económica a longo prazo. A sustentabilidade económica é muitas vezes sublinhada como uma das mais importantes, servindo de base para a amenizar os efeitos negativos do turismo.

A manutenção de um ambiente saudável e atrativo é essencial para o sucesso a longo prazo do turismo, tanto em seu próprio direito como, mais importante, como um potencial veículo de desenvolvimento social e económico em todo o sistema turístico. A sustentabilidade ambiental é um pré-requisito para otimizar o potencial de desenvolvimento do turismo. A relação entre turismo e meio ambiente tem, obviamente, sido reconhecida há muito tempo (Sharpley, *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?*, 2009). O surgimento do turismo nacional e internacional em grande escala a partir dos anos 60 derivou

na procura excessiva de alguns destinos, atraindo um elevado número de turistas para um determinado local. O turismo sustentável só é possível baseado numa preservação do ambiente, em conservá-lo e protegê-lo, na tentativa de criar um equilíbrio, onde os turistas e os operadores turísticos respeitem a capacidade de carga e um rendimento sustentável dos locais, havendo sempre limites para a utilização dos recursos renováveis e não renováveis (Hunter, Sustainable development as an adaptive paradigm, 1997).

A definição dos limites da capacidade de carga de um destino é um indicador importante para a planificação turística e promoção da sustentabilidade de um destino (ver Tabela V). A capacidade de carga pretende determinar um limite dos recursos naturais e culturais de um destino turístico, sem provocar efeitos negativos nestes mesmos recursos nem diminuir a satisfação dos turistas. A capacidade de carga procura quantificar o número de visitantes numa área natural protegida, um património cultural ou uma cidade, sempre com o objetivo de preservar os recursos e comunidade de destino. A “pegada ecológica” também pode ser um instrumento importante para avaliar o impacto da atividade turística. A pegada ecológica é uma forma medir a quantidade de recursos naturais que usamos para manter o nosso modo de vida, incluindo alimentação, roupa, móveis, transportes e passatempos.

Tabela V- Três tipos de Capacidade de Carga

- **A capacidade de transporte ambiental (ou física), refere-se ao número de pessoas (ou ao número de carros) num determinado lugar.**
- **A capacidade de carga ecológica é uma medida limitadora que avalia a possibilidade de danos reais em plantas e animais.**
- **Capacidade de carga percetiva, o nível de aglomeração que um turista está disposto a tolerar antes que ele / ela decida que um determinado local está repleto e decida ir para outro lugar.**

Fonte: Elaboração própria com base em (Mason, 2003)

A "pegada ecológica" fornece um meio de quantificar os impactes ambientais num único indicador facilmente compreensível. Calcula-se no pressuposto de que a terra é uma reserva de capital natural, produzindo anualmente juros sob a forma de recursos naturais renováveis

como peixes, solo, água doce e muitos mais. A sustentabilidade ecológica exige que vivamos desse interesse, em vez de consumir o "capital" subjacente. O interesse é quantificado em unidades de área. Atualmente, existem cerca de duas unidades de área disponíveis por pessoa no planeta por ano (Mowforth & Munt, 2009). A análise da pegada ecológica poderia fornecer um novo veículo para aumentar a base de conhecimento sobre os efeitos ambientais da atividade turística, ajudando a comparação com outras atividades, de forma pró-ativa ou retrospectiva. Além disso, a análise da pegada ecológica também poderia lançar luz sobre o impacto diferencial de distintas formas de turismo, auxiliando no processo de tomada de decisão e poderia até mesmo formar uma componente rotineira e crítica das avaliações globais do impacto do turismo (Hunter, Sustainable Tourism and the Touristic Ecological Footprint, 2002). A pegada ecológica é um meio importante para quantificar os efeitos turísticos reais e potenciais no ambiente.

A pegada ecológica e a capacidade de carga podem e devem ser utilizadas no planeamento turístico. Ambas são ferramentas importantes para quantificar o consumo turístico, uma expressa o impacto da atividade no ambiente e a outra limita o número de visitantes em espaços naturais e ambientais de forma a reduzir os impactos negativos desta visita. Embora ambas sejam boas ferramentas para o planeamento turístico, muitas vezes não são utilizadas na gestão dos recursos. Talvez seja porque são necessários cálculos e uma observação do comportamento dos visitantes, posteriormente análise destes cálculos e da observação, colocando medidas a longo prazo que necessitam de ser fiscalizadas. Os resultados dados por estas ferramentas podem não interessar às entidades responsáveis pela gestão do turismo. As empresas, as entidades públicas, população e turistas precisam de reconhecer a importância de um desenvolvimento do turismo sustentável, cada um e todos devem fazer a sua parte para que a atividade turística não acabe com os recursos naturais e culturais a longo prazo.

Por isso, a eficiência na utilização dos recursos turísticos será alcançada em grande medida pela alteração dos padrões de consumo dos turistas e das empresas relacionadas com turismo. As ações devem abordar todos os aspetos da prevenção e controlo da poluição ao longo do ciclo de vida do desenvolvimento do turismo, durante e após a utilização das instalações, bem como os impactos dos próprios turistas. As empresas devem ser encorajadas a estabelecer sistemas de gestão ambiental para minimizar os impactos e conduzir um processo de melhoria contínua. Os governos precisam de reconhecer as responsabilidades para com o ambiente global e local que são inerentes à manutenção da autenticidade ambiental (UNEP/WNTO, 2005)

O desenvolvimento sustentável do turismo é multidimensional, requer uma estratégia planeada que tenha conta a viabilidade económica, ambiental e cultural do destino recetor. As diretrizes e práticas de gestão do turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os vários segmentos de turismo de nicho. Todas as formas de turismo podem maximizar os efeitos positivos da atividade com nos princípios do turismo sustentável, na prática, baseiam-se nos seguintes fatores (Oliveira & Manso, 2010) (Erdogana & Baris, 2007):

- Mudança dos padrões de consumo de recursos;
- Utilização eficaz dos recursos naturais da Terra através da conservação e gestão da água e da energia;
- Proteção de nossos bens comuns globais através de uso eficiente de energia, transporte ambientalmente amigável, uso eficiente da terra e desenvolvimento de recursos, e proteção e manejo do ar, terra e oceanos;
- Gestão de produtos químicos e resíduos através da prevenção, redução e gestão de resíduos perigosos, redução de resíduos sólidos, reutilização e reciclagem e gestão de águas residuais;
- Planeamento, utilização e gestão do sítio;
- Inclusão de pessoal, clientes e sociedade em questões ambientais;
- Desenvolvimento de parcerias para promover o desenvolvimento sustentável;
- A manutenção de atividades viáveis a longo prazo, com benefícios socioeconómicos a todos os agentes;
- A manutenção de atividades viáveis a longo prazo, com benefícios socioeconómicos a todos os agentes;
- Planeamento sustentável.

Um futuro sustentável depende da gestão cuidadosa dos recursos, garantindo a sua disponibilidade para as gerações presentes e futuras. Os recursos não renováveis, de oferta limitada ou essenciais para o apoio à vida são uma preocupação particular. Estes incluem terra, água doce, florestas, minerais e combustíveis fósseis. A conservação da energia é importante, especialmente quando é derivada de recursos não renováveis. O turismo é um importante

utilizador de recursos em muitas áreas. Garantir que ele usa recursos eficientemente é importante tanto para o bem-estar do ambiente local e da comunidade de acolhimento e da manutenção de recursos globais (UNEP/WNTTO, 2005). A utilização eficiente dos recursos, nomeadamente a energia proveniente dos combustíveis fósseis, é também importante na redução das emissões poluentes.

O turismo sustentável necessita de um planeamento eficiente, tendo em conta a multidimensionalidade da atividade turística e os seus impactes positivos e negativos a longo prazo no espaço geográfico. Segundo Marujo e Carvalho (2010) o turismo é um “consumidor” de território, cujo planeamento deve ter como base objetivos sociais e económicos a atingir e a demarcação dos espaços a ser explorado e ser protegidos. Os mesmos autores ainda defendem que o planeamento e a gestão sustentável são fatores importante para a sustentabilidade dos espaços e viabilidade turística, por isso, a não existência desses fatores origina maiores impactes negativos do turismo. Souza e Sampaio (2006) defendem a promoção do planeamento para o “ecodesenvolvimento” com base em dimensões da sustentabilidade social; económica; ecológica; espacial e cultural.

O requisito fundamental para o turismo sustentável é que os vários intervenientes colaborem ativamente no planeamento e gestão do setor e na implementação de projetos e atividades. O governo local tem o importante papel de criar legislação e regulamentar políticas para o setor, tendo em conta os aspetos culturais, ambientais e económicos. As Organizações Não Governamentais podem desempenhar uma função relevante no reforço da coordenação entre as partes interessadas, fornecendo apoio, aconselhamento e vários conhecimentos à comunidade local, setores privados e governo (UNWTO, 2013). A intervenção de todos os protagonistas no planeamento da atividade turística pode potencializar a diminuição dos impactes negativos do turismo e desenvolver maiores impactes positivos para a comunidade local, turistas, empresas e organizações relacionadas com o turismo.

Todos os agentes do sistema turístico causam impactes no destino, os estabelecimentos turísticos são responsáveis pelos maiores impactes ambientais no espaço e na comunidade. Segundo Silveira e Cunha (2012) existe uma grande difusão de empreendimentos turísticos que são geridos de forma não sustentável, sem ter em atenção os recursos naturais dos territórios onde estão localizados, porém há soluções muito eficientes na gestão dos recursos naturais. Ambos defendem que as soluções foram desenvolvidas e adaptadas para lidar com a

escassez de recursos ou reduzir a dependência de recursos externos, aumentando a autossuficiência dos alojamentos.

As empresas de alojamento são muitas vezes grandes utilizadoras de recursos não renováveis e preciosos, como a terra, a energia e a água. Em algumas áreas, um *resort* pode consumir muitas vezes mais água por pessoa do que a comunidade local (UNWTO, 2013). As instalações turísticas são fatores imprescindíveis e decisivas para o desenvolvimento turísticos, essas instalações são utilizadas também por moradores locais, diurnos e outros tipos de visitantes. Problemas surgem quando são fornecidos em menor quantidade do que a exigida ou sua baixa qualidade repele turistas e outros usuários de alto poder aquisitivo. Esses problemas repercutem-se em toda a gama de acolhimento, especialmente quando o turismo tem fortes vínculos a jusante e montante com outros setores económicos. Instalações turísticas experimentam problemas de uso que variam entre dois extremos: pouca ocupação ou congestionamento extremo. Ambos implicam custos económicos, ambientais e sociais para o turismo e para os alojamentos, para o todo (Briassoulis, 2002). Os recursos mais utilizados pelos empreendimentos turísticos são água e a energia. Estes recursos são importantes para qualquer tipo de alojamento, sendo necessário soluções alternativas e eficientes para usufruir desses recursos a longo prazo, tais como (Silveira & Cunha, 2012):

- Água: aproveitamento de águas pluviais; reaproveitamento de águas cinzentas para rega; a aplicação de redutores de caudal em torneiras; sistemas de extração de água por força eólica e/ou solar; técnicas de poupança de água de rega pela minimização da evapotranspiração; técnicas biológicas de purificação de água;
- Energia: aquecimento solar de águas sanitárias; produção de energia por diversas fontes renováveis; utilização de equipamentos de maior eficiência energética; fornos solares e formas de produção de energia a partir de biomassa e outros combustíveis sólidos.

Existem diversas soluções práticas e rentáveis para os empreendimentos turísticos administrarem os recursos naturais, cada alojamento deve adequar as suas limitações, objetivos e necessidades às opções sustentáveis do consumo de recursos renováveis e não renováveis. Para atingir um resultado eficaz é necessário um planeamento, como em toda a atividade turística sustentável. Neste planeamento deve se ter em conta os recursos ambientais, culturais, sociais e humanos. O planeamento hoteleiro baseado no equilíbrio entre atores, recursos e as necessidades pode originar graus de eficiência e poupança superiores aos pedidos pelas certificações e políticas existentes.

5. A Sustentabilidade na Hotelaria

5.1. Estabelecimentos Turísticos: definições e enquadramento legislativo

Na vanguarda do turismo sustentável, todas as atividades e serviços podem criar impactes positivos no ambiente. Os serviços de alojamentos têm enfrentado uma crescente pressão para prestar atenção adequada às questões ambientais. As regulamentações governamentais, organizações internacionais e organizações não-governamentais e as iniciativas por associações profissionais exercem pressão sobre a hoteleira (Erdogana & Baris, 2007). Como resultado, alguns gestores entendem agora que a sustentabilidade económica e o crescimento a longo prazo dependem da natureza de suas políticas ambientais. Os hotéis têm sido foco de muitas ações, não só pela sua dimensão e presença visual, mas também pela oportunidade relativamente fácil de reduzir impactes, reduzindo custos e melhorando a experiência do cliente. O desenvolvimento hoteleiro não planeado e descontrolado pode gerar uma grave degradação ambiental (Dief & Font, 2010). Erdogana e Baris (2007) afirmam que um ambiente limpo é um componente básico de um serviço de qualidade e, portanto, é importante para o desenvolvimento do turismo e hotelaria. A prosperidade sustentável das empresas de viagens, turismo e hotelaria também exige a inclusão de componentes de proteção ambiental em todas as fases de seu empreendimento, desde a preparação e aplicação de planos locais e programas e políticas de negócios até práticas rotineiras.

Nos serviços de alojamentos são incluídas várias tipologias de estabelecimentos turísticos. É importante perceber as características desse tipo de serviço e a legislação que a rege. Mamede (2002, p. 38) considera que os meios de hospedagem são empreendimentos que alojam e albergam pessoas que estão temporariamente de passagem, e muitas vezes, longe das suas residências.

As normas relativas aos estabelecimentos turísticos servem para definir padrões de distinção entre os variados tipos e categorias deste serviço turístico. Podem ser consideradas condições como: clientela, localização do empreendimento, infraestrutura do edifício, aspetos arquitetónicos, condições de atendimento e conforto aos clientes, equipamentos e serviços disponíveis (Mamede, 2002, p. 63). As unidades hoteleiras podem estar vinculadas ao cumprimento de requisitos mais minuciosos e exigentes, mas também, em regra, oferecem

um maior número de serviços e acolhem mais hóspedes. Podem oferecer serviços parciais ou completos, dependendo da capacidade das instalações e da procura pelo serviço. De acordo com o Dec. Lei n.º 39/2008 de 7 de Março, com modificações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 228/09 de 14 de setembro, pode-se considerar empreendimentos turísticos “os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares”, nos edifícios considerados empreendimentos turísticos são aplicadas normas técnicas nas construções referentes segurança contra incêndio, saúde, higiene, ruído e eficiência energética. Há diferentes tipologias de empreendimentos turísticos, as seguintes são consideradas por lei:

- Estabelecimentos hoteleiros;
- Aldeamentos turísticos;
- Apartamentos turísticos;
- Conjuntos turísticos (*resorts*);
- Empreendimentos de turismo de habitação;
- Empreendimentos de turismo no espaço rural;
- Parques de campismo e de caravanismo;
- Empreendimentos de turismo da natureza.

Segundo a lei portuguesa, os estabelecimentos hoteleiros são “empreendimentos turísticos destinados a proporcionar alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, e vocacionados a uma locação diária” Os estabelecimentos hoteleiros são identificados segundo 3 conjuntos:

- Hotéis;
- Hotéis-apartamentos (*aparthotéis*), quando a maioria das unidades de alojamento é constituída por apartamentos;
- Pousadas

Segundo a mesma lei portuguesa, todos os empreendimentos turísticos com a tipologia de: Estabelecimentos hoteleiros; Aldeamentos turísticos; Apartamentos turísticos e Hotéis rurais podem ser classificados nas categorias de uma a cinco estrelas, de acordo com a qualidade de serviço e as instalações. Os requisitos recaem sobre:

- Características das instalações e equipamentos;
- Serviço de receção e portaria;

- Serviço de limpeza e lavandaria;
- Serviço de alimentação e bebidas;
- Serviços complementares.

Alguns requisitos são mínimos e outros opcionais. O somatório desses requisitos permite alcançar uma pontuação que determinará a categoria do empreendimento. Por lei, a classificação dos empreendimentos turísticos deve ser revista em 5 em 5 anos (Decreto Lei n.º 39/2008 de 7 de Março). Legalmente, as entidades exploradoras dos empreendimentos turísticos têm o dever de:

- Publicitar os preços de tabela dos serviços de alojamento oferecidos;
- Manter em bom estado de funcionamento todas as instalações e equipamentos do empreendimento, incluindo as unidades de alojamento, efetuando as obras de conservação ou de melhoria necessárias, tendo em vista o cumprimento dos requisitos gerais de instalação, bem como os requisitos obrigatórios comuns exigidos para a respetiva classificação em matéria de segurança, higiene e saúde pública;
- Garantir que o empreendimento turístico mantém as condições e requisitos necessários para manter a sua classificação;
- Facilitar às autoridades competentes o acesso ao empreendimento e o exame de documentos, livros e registos diretamente relacionadas com a atividade turística.

O Livro de Reclamações é uma das formalidades que os empreendimentos turísticos devem possuir. O original da folha de reclamação deve ser enviado à ASAE, posteriormente esta instituição deverá facultar a folha de reclamação ao Turismo de Portugal. Ao Turismo de Portugal cabe analisar as reclamações. O Turismo de Portugal também é responsável por uma página online denominada como Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (RNET). Na página da RNET são disponibilizadas informação atualizadas sobre os empreendimentos turísticos, tais como: título de abertura válido, da qual consta o nome, a classificação, a capacidade, a localização do empreendimento, as respetivas coordenadas geográficas, a morada e os períodos de funcionamento, bem como a identificação da respetiva entidade exploradora.

As normas hoteleiras pretendem certificar que os nos estabelecimentos turísticos haja algumas condições mínimas como proteção contra incêndios, segurança alimentar, saneamento e salubridade, proteção do meio ambiente. Além disso, os estabelecimentos turísticos devem ter um sistema de prevenção para roubo e furtos. Os estabelecimentos hoteleiros também devem proteger os dados e a privacidade dos clientes. Os estabelecimentos hoteleiros têm

algumas obrigações legais do próprio setor. Pode-se destacar a entrega periódica dos dados dos clientes estrangeiros que pernoitam no hotel ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Os empreendimentos turísticos mensalmente devem enviar ao Instituto Nacional de Estatística o número de dormidas e de clientes que se hospedam do hotel, por nacionalidade (salvo exceções em que lhes sejam pedidos outro critério de listagem). Os hotéis, muitas vezes, também têm de responder a alguns inquéritos periódicos feitos pela Direção-Geral de Turismo e pelo Banco de Portugal (Costa, 2012).

5.2 Unidades hoteleiras e sustentabilidade

Entre as várias tipologias de estabelecimentos turísticos, as unidades hoteleiras constituem um elemento-chave da cadeia organizada de atividades das viagens e do turismo e ocupam um lugar crucial nas preocupações com a proteção do ambiente relacionadas com o turismo e as viagens. A “indústria hoteleira”, devido à natureza das suas funções, características e serviços, consome quantidades substanciais de energia, água e produtos não-renováveis (Erdogana & Baris, 2007). Esse serviço turístico pode procurar sistemas de poupança de energia e água, através das melhorias nas instalações e equipamentos, mas também sensibilizar funcionários e clientes para o bom uso desses bens essenciais. As unidades hoteleiras podem dar preferências a produtos “amigos do ambiente” na higienização das instalações e dos têxteis das unidades.

As unidades hoteleiras, em Portugal, são obrigadas a executar uma recolha seletiva de lixo, encaminhando esse lixo para o Ecoponto (Costa, 2012). A utilização de práticas mais sustentáveis pode ser rentável, tanto a médio como a longo prazo. Além das práticas serem mais sustentáveis, também podem ser mais eficientes e económicas para os hotéis. Porém, os dados de 2015 demonstram que a gestão e o tratamento de resíduos são uma ação praticada por 66% das unidades hoteleiras portuguesas, uma subida mais acentuada na quota de adesões face a 2012 (+16 %.). Inclui-se a separação de resíduos como vidro, papel e embalagens. Os hotéis-apartamentos e os hotéis de 5* são os que mais fazem separação de material elétrico para reciclagem. 38% dos estabelecimentos turísticos disponibilizam nos quartos produtos recarregáveis (+4% que em 2012). A Madeira a região onde mais estabelecimentos turísticos fazem uma boa gestão de resíduos (Turismo de Portugal, 2015) .

A maneira mais eficaz e amplamente utilizada e sustentável para o meio ambiente consiste na reutilização das toalhas e da roupa de cama (Dief & Font, 2010). Outra maneira muito

“popular” para reduzir o consumo de água é o uso dos aparelhos atuais com eficiência de água, incluindo-os em lavanderia, banheiros, chuveiros e torneiras. Outra medida comumente adotada pelos hotéis são os sistemas inteligentes de irrigação dos Jardins (Bruns-Smith [et al.](#) 2015). Segundo dados de 2015, a gestão racional do recurso de água é uma preocupação de aproximadamente 50% das unidades hoteleiras portuguesas. Dessas unidades hoteleiras, com destaque para hotéis de 4 e 5*, hotéis-apartamentos e pousadas, mais de 60% já envolvem os clientes no sentido de comunicarem quaisquer perdas de água, têm autoclismos de baixo consumo de água (ou seja, com cargas diferenciadas) e redutores de caudal nas torneiras e chuveiro. Essas técnicas de gestão racional da água são praticadas por mais de 70% dos estabelecimentos hoteleiros em Lisboa, Madeira e Açores. Alguns também utilizam água de qualidade inferior em regas ou lavagens (água da chuva ou proveniente de ETAR própria) (Turismo de Portugal, 2015) .

É bem-sabido que a gestão da energia e a da água são componentes importantes de um programa global de gestão ambiental. O consumo de água depende do tipo, padrão e tamanho da instalação, dos serviços e instalações oferecidos, das necessidades de clima e irrigação e das práticas de conservação de água existentes. A gestão da água e da energia é normalmente organizada de forma semelhante nos hotéis (Erdogana & Baris, 2007). Em Portugal, muitos hotéis gerem de forma racional os recursos energéticos, uma preocupação que envolve aproximadamente 60% das unidades turísticas, mantendo um nível de adesão estável nos últimos anos. 80% dos hotéis de 3, 4 e 5* e hotéis apartamentos utilizam sistemas de climatização cuja intensidade é regulada pelo próprio cliente e cartões para acionar a eletricidade nos quartos, possuindo isolamento eficiente das janelas, sob o ponto de vista térmico e acústico e com boa estanquicidade da caixilharia. O Norte, Lisboa, Alentejo e Madeira são as regiões que, de uma forma global, mais contribuem para otimizar consumos energéticos (Turismo de Portugal, 2015).

Muitas empresas hoteleiras internacionais têm desenvolvido vários programas para proteger o meio ambiente. Por exemplo, a fim de melhorar o monitoramento do desempenho ambiental de suas instalações, a gestão corporativa da Hilton Hotels decidiu criar o Hilton Environmental Reporting (HER), um sistema de relatório e benchmarking ambiental para todas as suas instalações (Dief & Font, 2010). A Accor pratica o Programa "Earth Guest" para preservar e proteger o ambiente natural e apoiar o desenvolvimento local. A Marriott implementou o programa "Green Marriott" para operações ambientais ambientalmente responsáveis para apoiar a proteção ambiental e o envolvimento da comunidade, em 2011 foi

nomeada a empresa hoteleira "mais verde" no Reino Unido (Bruns-Smith et al.,2015; (Dief & Font, 2010). O Grupo Rezidor conta com o programa "Responsible Business", dedicado a três áreas principais de responsabilidade: saúde e segurança dos colaboradores e clientes, respeitando as questões sociais e éticas na empresa e na comunidade e reduzindo os impactos negativos sobre o meio ambiente (Dief & Font, 2010).

Em Portugal, um dos hotéis reconhecido internacionalmente como um exemplo de sustentabilidade é o Inspira Santa Marta Hotel, em Lisboa (Fonseca, 2015; Hotelandia, 2014). Por exemplo, entre 2012 e 2013, Este hotel poupou 4,91% kwh no consumo de eletricidade, 1,18% m³ no consumo de gás por cliente, e 77% dos resíduos foram reciclados (Dormir, 2017). Além disso, existe no topo edifício dispõe de 70 m² de painéis solares e termoacumuladores, protegidos por uma barreira de som. A claraboia do hotel é revestida por uma película refletora em vinil, conseguindo manter cerca de 40% do calor. Devido às suas iniciativas sustentáveis, foi eleito “*Melhor Hotel Sustentável de Portugal 2013/2014*” pela *International Hotel Awards*. Em 2014 foi premiado como “*Green Hotel of the Year 2014* “ no *European Hospitality Awards*.

Em 2015, recebeu o prémio do *Green Project Awards Portugal 2015* na categoria de *Turismo, Mar e Agricultura*. Na edição do *Luxury Eco Hotel 2016*, organizado por *World Luxury Hotel*, ganhou um prémio na categoria de “*Country’s top Luxury Eco Hotel 2016*” (ISMH, 2017).

Os operadores hoteleiros estão bem conscientes dos potenciais benefícios da sustentabilidade, e muitos deles promovem publicamente a conservação dos recursos. Os investidores também valorizam a sustentabilidade, devido ao impacto favorável no valor de longo prazo de um hotel (Bruns-Smith et al., 2015). Embora os esforços de sustentabilidade dos hotéis sejam essenciais para poupar energia e recursos, um elemento-chave de qualquer programa “verde” é a reação e participação dos hóspedes. A satisfação dos hóspedes com os programas de sustentabilidade dos hotéis é vista como essencial para o seu sucesso. Os hóspedes, em alguns casos, resistem, no entanto, a pagar mais por práticas ecológicas (Bruns-Smith et el. 2015).

A certificação pode ser uma forma de distinção de boas práticas na hotelaria. Em Portugal, segundo dados de 2015, 41% das unidades hoteleiras possuíam pelo menos uma tipologia de certificação, tendência que aumentou desde 2013 (32%) (Turismo de Portugal, 2015). Os aldeamentos turísticos, pousadas e hotéis de 5* são os estabelecimentos que mais possuem a

certificação relativa à higiene e segurança alimentar. Os hotéis-apartamentos detêm o maior número de certificações ambientais ou sustentáveis, com destaque para o “Green Key”. As regiões do Centro, Algarve, Lisboa, Madeira e Alentejo apresentam as maiores quotas de certificações legais (Turismo de Portugal, 2015). O rótulo ecológico pode funcionar como marketing para muitos estabelecimentos turísticos. Esse marketing “verde” é uma ferramenta vital para a promoção de padrões mais ecológicos de consumo, bem como a venda de novos estilos de vida. O marketing verde hoteleiro envolve decisões estratégicas e funcionais, por isso, a empresa precisa de considerar o impacto da “ecologização” em *branding*, na segmentação e posicionamento de produtos (Dief & Font, 2010). A preocupação com o meio ambiente e a vontade de agir também dependem fortemente da atitude do gerente hoteleiro em relação à mudança e ao meio ambiente, ao conhecimento sobre os benefícios das práticas ambientais, a percepção e as relações com o ambiente externo e variáveis organizacionais como tamanho, localização e situação financeira (Erdogana & Baris, 2007).

5.3. As certificações e Eco etiquetas: Um Impulso para sustentabilidade no turismo

Os princípios da sustentabilidade podem aplicar-se a qualquer tipologia de turismo, de massa, personalizado, cidade, praia, natureza, pequena ou grande escala. Também podem aplicar-se a todos os setores da atividade turística: alojamentos, restauração, agências de viagens, operadores de transporte terrestre e de ar. Uma forma de determinar quais as empresas que realmente praticam o ecoturismo ou turismo sustentável é a certificação. A certificação é uma forma de garantir que uma atividade ou produto cumpre com certos padrões (Bien, 2015). Diferentes organizações desenvolveram programas de certificação que medem distintos aspetos do turismo.

A certificação de serviços turísticos começou na Europa com a campanha Bandeira Azul para as praias da Dinamarca, em 1987 (FEE, 2017). No ano seguinte, a Áustria estabeleceu a etiqueta “Silberdistel” para alojamentos e restaurantes em Kleinwalsertal (Hamele, 2001; Bien, 2015). Segundo um estudo da “Ecotrans” realizado para OMT, entre a Cimeira da Terra, em 1992, e o Ano Internacional do Ecoturismo, em 2002, desenvolveram-se mais de 50 programas de certificação do turismo ambiental (WTO, 2003). A maioria estavam no espaço europeu, e

poucos tinham em conta os fatores sociais e culturais, todos eram voluntários (Bien, 2015; WTO, 2003). Uns quantos são programas que operam a nível mundial, alguns são regionais e a maioria são nacionais e locais (WTO, 2003). A certificação de qualidade, a categorização por meio de estrelas, existe por décadas, apesar disso a certificação ambiental no turismo é relativamente nova e só existe desde 1987. A partir do ano 1996, algumas empresas norte-americanas de certificação sustentável ou ambiental agregaram-se aspetos sociais e culturais, no caso, das empresas de certificação europeia só em 2000. A grande maioria dos programas de certificação sustentável ou ambiental somente avaliam o alojamento, sendo poucos os que avaliam ou certificam todos os aspetos do turismo (Bien, 2015; WTO, 2003)

Em 2007 existiam pelo menos 80 programas (Bien, 2015). Os novos programas de certificação turística, e alguns já existentes, têm começado a ter em conta todos os aspetos da sustentabilidade: ambiente, sociedade, cultura e economia. Com frequência os programas mais novos incorporam critérios de qualidade, gestão, saúde e segurança junto com critérios de sustentabilidade (WTO, 2003). Muitos destes programas estão desenhados para trabalhar paralelamente com a classificação de qualidade de 5 estrelas e a regulamentações governamentais ligadas a saúde e segurança.

Os rótulos ecológicos e as certificações ambientais são um mecanismo para a escolha do consumidor. A certificação, ou uma etiqueta, ambiental não é um fim em si mesma. É uma das várias ferramentas para motivar as empresas e outras organizações a melhorar seu desempenho ambiental, social e económico (Bien, 2015). Eles colocam a responsabilidade pela melhoria da gestão ambiental no turismo, principalmente nas mãos de clientes individuais. Certamente, são os fornecedores do turismo que fazem realmente as melhorias e colocam produtos etiquetados no mercado. Para Buckley (2002), esses fornecedores só mudam de práticas quando seus próprios clientes particulares estão dispostos a pagar por tais melhorias. Os governos estão envolvidos apenas num nível secundário, em alguns casos nem estão envolvidos de forma nenhuma. Segundo o mesmo autor, os governos podem usar os rótulos ecológicos como um auxílio na sua própria tomada de decisão, ou podem até operar a logística diária do esquema de rótulo ecológico, mas não são sua principal força motriz (Buckley, *Tourism Ecolabels*, 2002).

O rótulo ecológico e a certificação visam informar os consumidores sobre os efeitos no ambiente das fases de produção, consumo e desperdício dos produtos ou serviços consumidos. Consequentemente, procuram cumprir dois objetivos (Gallastegui, 2002). Um

deles é fornecer aos consumidores mais informação sobre os efeitos ambientais do seu consumo, gerar uma mudança para padrões de consumo mais respeitadores do ambiente. O outro é incentivar produtores, governos e outros agentes a aumentarem as normas ambientais dos produtos e serviços. A proteção do ambiente e a sustentabilidade do comportamento do consumidor são as razões mais importantes que justificam a introdução de sistemas de rotulagem ecológica. O rótulo ecológico exerce, em muitos casos, algum tipo de pressão, por um lado, podendo afirmar-se que os bens não duráveis e rotulados são os que têm maior probabilidade de serem comprados (Gallastegui, 2002). Por outro lado, é provável que a procura de bens etiquetados pelo consumidor seja maior, inicialmente pelo menos, no caso de bens não duráveis frequentemente utilizados e consumidos de forma mais visível

No contexto do consumo como integração, é evidente que o rótulo ecológico ou a certificação podem desempenhar um papel poderoso na adequação de determinados turistas a determinados destinos ou formas de turismo. O teste mais básico de um rótulo ecológico turístico é se ele é aceito pelos turistas, como significativo, confiável e útil na escolha de produtos individuais (Buckley, *Tourism Ecolabels*, 2002). Certamente, aqueles que se consideram "bons" turistas serão sensíveis às mensagens verdes e podem ser influenciados para comprar "férias" ou usar empresas que lhes permitam integrar-se em vez de criar conflito com o ambiente e culturas locais. No entanto, as certificações e etiquetas ecológicas aqui são essencialmente para "pregar aos convertidos" (Sharpley, *The Consumer Behaviour Context of Ecolabelling*, 2001). Elas permitirão que certos turistas consumam de acordo com próprias convicções, mas não influenciarão outros a alterar as suas convicções ou comportamentos. Parece, então, que os sistemas de eco rotulagem e certificação no turismo foram operacionalizados para garantir uma gestão mais sustentável ou consumo sustentável nas práticas turísticas. Em muitos casos, no entanto, os empresários da "indústria" do turismo afirmam que praticam a sustentabilidade, mesmo antes de abrir para consumo. É tentador argumentar ainda que, como há muita discussão em torno do verdadeiro significado de sustentabilidade e ecoturismo, tais esquemas de eco rotulagem não estará praticando a sustentabilidade com sucesso (Diamantis & Westlake, 2001).

Os termos "certificação ambiental" e "rótulo ecológico" com frequência se utilizam indistintamente, ao que significam coisas diferentes. A certificação ambiental concede-se a aquelas empresas ou atividades que cumprem totalmente com um conjunto de padrões. Qualquer empresa ou todas as empresas de um setor podem receber a certificação, desde

que cumpram a normas (Bien, 2015). As distinções ambientais mais utilizadas no turismo são os sistemas de certificação e acreditação, onde um terceiro nominalmente independente avalia empresas, operadores, guias ou produtos de acordo com critérios ambientais pré-definidos (Buckley, *Tourism Ecolabels* , 2002). A organização responsável pela avaliação deve ter a capacidade de realizar avaliações e decisões imparciais, baseadas em critérios claros e bem definidos (Bien, 2015).

Uma “Eco etiqueta” ou “rótulo ecológico” é um prêmio que diz respeito a uma empresa, atividade ou produto que tem significativamente melhor desempenho em comparação com as outras empresas do setor, num determinado período de tempo. Só as empresas que tem um desempenho melhor, as que mostram desempenho exemplar (Bien, 2015). A nível nacional e internacional, a principal função dos rótulos ecológicos no turismo é diversificar as ofertas, como um mecanismo de mercado, um componente na escolha do consumidor (Buckley, *Tourism Ecolabels* , 2002). Por exemplo, podem ser utilizados como critério pelas agências reguladoras para conceder licenças; pelas agências de promoção para inclusão em campanhas de marketing; e os subscritores de seguros para emitir políticas e fixar prémios.

Componentes comuns em alguns sistemas de certificação do turismo sustentável são a participação voluntária da empresa; normas e critérios bem definidos; avaliação e auditorias; transparência; mecanismos participativos para definir normas com atualizações; reconhecimento e licença para usar logotipo (Bien, 2015; WTO, 2003).

Este esquema de rotulagem ecológica de produtos industriais não pode ser aplicado integralmente no turismo. Os produtos turísticos diferem dos produtos industriais. Eles estão conectados ao destino ou, em outras palavras, as atrações do destino são incorporadas dentro de um produto turístico integrado. Do ponto de vista do cliente, a qualidade dos ambientes naturais, sociais e culturais faz parte do produto turístico (Mihalic, 2001). Os rótulos ecológicos e a acreditação ambiental são temas controversos no turismo. Os operadores turísticos utilizam-nos em marketing, agências de gestão de destinos nas reservas de licenças de funcionamento, agências governamentais na promoção de interesses nacionais e associações de ecoturismo para educação, lobby e geração de receita. Enquanto grupos ambientais apoiam alguns e rejeitam outros, todos esses atores esperam que os consumidores individuais prestem atenção a esse símbolo (Buckley, *Tourism Ecolabels* , 2002).

Muitos sistemas de certificação do turismo sustentável incorporam aspetos tanto da certificação para modelos mínimos, como os requisitos comparativos de uma etiqueta

ecológica (Bien, 2015). Esses sistemas devem incluir algumas componentes essenciais. Primeiro, necessita de reconhecimento de marca global e procedimentos de auditoria, e implementação local personalizada. Segundo, precisa diferentes critérios detalhados para vários tipos e escalas de alojamento de turismo, transporte, passeios e atividades. Por último, os critérios e procedimentos devem ser transparentes, com informações detalhadas prontamente disponíveis ao público, como um backup para os próprios rótulos (Buckley, Tourism Ecolabels , 2002).

No turismo tem havido um crescente consenso internacional no sentido de que os sistemas de certificação do turismo sustentável devem incorporar elementos tanto dos sistemas baseados em processos, como baseados no desempenho, mas colocando ênfase no desempenho (Bien, 2015) (ver Tabela VI).

Em geral, sistemas baseados em processos utilizam a serie ISO 9000 para sistemas de gestão de qualidade e ISO 14001 para sistemas de gestão ambiental (Bien, 2015). Estes certificam empresas que estabeleceram e documentaram sistemas para garantir um melhoramento em qualidade de desempenho ambiental. Porém, não determinam resultados específicos de desempenho, as empresas e os requerimentos por lei que determinam os seus desempenhos (SGS ICS, 2011). Devem demonstrar melhoramento contínuo, mas só em comparação ao próprio desempenho prévio. Segundo Bien (2015) dois hotéis podem ter a certificação ISO 14001 sempre que cada um possa mostrar um melhor desempenho comparado com o ano anterior, embora um tenha um sistema avançado de conservação da água e o outro um uso excessivo e desastroso consumo de água. Sempre que a empresa cumpra com a lei e haja implementado um mecanismo para garantir que seu sistema administrativo melhora de acordo com si mesmo, pode receber a certificação (SGS ICS, 2011).

Tabela VI- Comparação entre sistemas baseados em Processo e em Desempenho

Sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e programas similares)	Sistemas baseados em Desempenho
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A administração estabelece sistemas para monitorizar certos aspetos ambientais significativos; ▪ Usualmente requer consultores externos (relativamente custosos para pequenas e médias empresas); ▪ Não há modelos universais, não se pode comparar entre diferentes empresas; ▪ O logotipo se autoriza por estabelecer processos, não por metas estabelecidas; ▪ Mais apropriado para grandes hotéis. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecem critérios que permitem fazer comparações diretas entre empresas certificadas; ▪ Medem práticas, resultados e intenções; ▪ Englobam listas de verificação que são compreensíveis tanto para a empresa como para os consumidores; ▪ Incluem critérios socioeconómicos e culturais, dentro e fora da empresa, oferecem diferentes tipos ou níveis de logotipos; ▪ Apropriadas para pequenas, médias e grandes empresas.

Fonte: elaboração própria com base em: Bien (2015); SGS ICS(2011)

As várias formas dos sistemas baseados no desempenho são mais apropriadas para pequenas e medias empresas, que abarcam cerca de 80% das empresas turísticas mundiais. Em geral, são menos dispendiosos que a implementação do ISO 14001 ou que outro sistema de gestão ambiental, e permitem fazer comparações entre empresas, devido ao facto de todas as avaliações estarem de acordo com os mesmos critérios, podendo medir os critérios sociais, culturais e económicos; e não apenas o ambiental (Bien, 2015)

Um sistema de certificação baseado no desempenho poderia alicerçar uma ou várias medidas como indicadores chaves, e um sistema de gestão poderia garantir que os indicadores fossem medidos constantemente, caso houvesse uma pessoa e orçamento para fazê-lo. Os sistemas baseados em processos tendem a ser mais eficientes para estabelecimentos hoteleiros de grande dimensão, pois em muitos casos, requerem um grande investimento financeiro em equipamentos de escala e em mecanismos que só podem ser postos em prática quando há um número elevado e contínuo de clientes. Estes sistemas procuram implementar ferramentas que garantem uma melhoria na qualidade e no desempenho ambiental do alojamento,

convertendo estas ferramentas numa parte da estrutura da empresa e da sua gestão (Bien, 2015)

A influência de rótulos ecológicos e a certificação ambiental no turismo é de importância máxima para que os gerentes do destino reconheçam que, para o turista com consciência ambiental, a qualidade do ambiente é de preocupação preliminar (Mihalic, 2001). O rótulo ecológico no turismo, sem dúvida, tem um papel mais amplo e positivo a desempenhar. Além de ter como intuito "pregar aos convertidos", ou mesmo, identificar ou recompensar as boas práticas dentro da atividade, especialmente se a eco etiqueta se manifestar como uma mensagem, símbolo ou marca. Para isso, a conceção e implementação de políticas de eco rotulagem deve funcionar como um reconhecimento de diferentes formas de consumo do turismo, afim de incentivar um comportamento mais adequado do turismo e dos consumidores (Sharpley, *The Consumer Behaviour Context of Ecolabelling*, 2001).

Um albergue pequeno pode ser tão irresponsável e insustentável como um hotel grande, por isso, há a necessidade de adotar normas de sustentabilidade internacionais, embora adaptadas as realidades locais. A criação do sistema de qualidade de “5 estrelas” demora décadas, mas atualmente é aceitável mundialmente como um padrão. A certificação do turismo sustentável já existe durante mais 20 anos, mas ainda não há reconhecimento de marcas credíveis de certificação ou rótulo a nível mundial (Bien, 2015). Em outras indústrias, tais como o café, alimentos orgânicos e madeira sustentável, a procura de certificados por parte dos consumidores foi se desenvolvendo ao longo dos anos. Do mesmo modo, demorará tempo a até que se crie uma procura de produtos turísticos certificados.

5.4 Certificações e Eco etiquetas: Exemplos em Portugal

As certificações e os rótulos ecológicos são importantes para o turismo, tanto numa empresa, numa comunidade, como para os clientes. No caso das empresas turísticas, é uma forma de validar, galardoar e incentivar as suas práticas sustentáveis. Essas práticas beneficiam a comunidade onde estão inseridas. Os clientes percebem que o “produto turístico” adquirido tem um impacto positivo na comunidade, ou seja, origina uma mudança positiva a nível económico, ambiental e social no destino. Há algumas certificações e Eco etiquetas conhecidas a nível mundial Eco-Hotel TUV, BIOTUR, APCER, Green Globe 21 (GG21, Green Tourism Business Scheme (GTBS), Ecotourism Australia’s EcoCertification, Nordic Ecolabel e **EU**

Ecolabel (Diniz, s.d.; Hamele, 2001). Entre os mais variados reconhecimentos de sustentabilidade podemos destacar três que trabalham no setor dos estabelecimentos turísticos em Portugal. Duas certificações de sustentabilidade, Eco-hotel TÜV e Green Key, e um rótulo ecológico, Green Project Awards (ver Tabela VII).

Tabela VII- Comparação entre as certificações estudadas

Certificação/ Rótulo Ecológico	Sede nacional/ internacional	Campo de ação	Benefícios
Eco-hotel TÜV Rheinland (Certificação a nível mundial)	Lisboa- Portugal Colónia- Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> • Hotéis • Aldeamentos Turísticos • Apart-hotéis • Campos De Golfe 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução dos consumos de energia e água; ✓ Redução de custos operacionais; ✓ Cumprimento da legislação ambiental aplicável à atividade; ✓ Reconhecimento internacional; ✓ Gestão orientada para o meio ambiente; ✓ Motivação de colaboradores; ✓ Fornece formação a colaboradores das empresas
Green Key	Lisboa – Portugal Copenhaga, Dinamarca	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendimentos Turísticos • Alojamentos Local • Parques De Campismo • Restaurantes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Envolvimento do cliente na estratégia de proteção ambiental sem que tal signifique uma redução do conforto enquanto utilizador do empreendimento; ✓ Reconhecimento, a nível internacional, de boas práticas de sustentabilidade; ✓ Redução de impactes ambientais; ✓ Ligação à comunidade local ✓ Motivação dos colaboradores; ✓ Gestão dos recursos energéticos;

			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de resíduos, água e efluentes; ✓ Gestão de compras e de custos
GPA- Green Project Awards	Localização não divulgada	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendimentos Turísticos • Alojamentos Local • Parques De Campismo • Restaurantes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade a nível nacional; ✓ Ligação com a comunidade local; ✓ Motivação dos colaboradores; ✓ Gestão equilibrada entre o ambiente, a cultura e a economia

Fonte: elaboração própria com base em: Coelho & Llera, (2013); ABAE, (2017); Green Project Awards, (2017); TÜV Rheinland, (2017)

5.4.1. Eco-hotel- TÜV Rheinland

Eco-hotel é uma certificação executada pela empresa alemã TÜV Rheinland. A TÜV Rheinland oferece variados serviços técnicos, de segurança e de certificação. Um dos objetivos da empresa é desenvolvimento sustentável de qualidade e segurança, englobando o homem, a tecnologia e o ambiente (TÜV Rheinland, 2017). O serviço de certificação de Eco-hotel é personalizado, concebido para satisfazer as necessidades individuais da hoteleira e do turismo, baseando-se em normas internacionais, tais como a ISO 14001 (TÜV Rheinland, 2017). Uma certificação de sustentabilidade baseada em processo (Bien, 2015). Há uma simplificação dos processos, flexibilidade, permitindo o manuseamento a profissionais pouco familiarizados com os processos de certificação. Promove ainda a política dos três "R" (reutilizar, reduzir e reciclar) (Coelho & Llera, 2013). Este serviço também avalia formas de reduzir os custos e obter um maior impulso no mercado turístico.

O certificado Eco-hotel é atribuído após efetuar auditorias e o respetivo registo na base de dados da empresa, a Certipedia. Funciona também como uma empresa de auditoria ambiental, cobrando os seus serviços de acordo com o mercado. Esse serviço é privado, sendo as informações sobre critérios e taxas restritas a empresa e aos seus clientes. Essa certificação atribuída a mais de 1.000 hotéis em 20 países diferentes (TÜV Rheinland, 2017). Em Portugal, estes alojamentos turísticos já possuem o certificado Eco-hotel: Tulital - Turismo do Litoral Alentejano; Zmar; Hotel Monte Rio; Beleza do Monte - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário.; Lousa Atlântico-Turismo Lda, Palacedouro - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário; Savoy Calheta Beach; Hotel do Campo e Villas d'Água- Aldeamento turístico. Essa certificação permite proteger o ambiente, poupar dinheiro, aumento da competitividade e ganhar reconhecimento internacional.

5.4.2 Green Key

O “Green Key” é uma distinção internacional que promove o Turismo Sustentável em Portugal (Tabela-VII). A “Green Key” premeia os estabelecimentos turísticos, alojamento local, parques de campismo e restaurantes que implementam boas práticas ambientais e sociais, valorizando a gestão ambiental nos seus estabelecimentos e promovendo a Educação Ambiental para a Sustentabilidade (ABAE, 2017).

O custo simbólico da inscrição no projeto é anual, variando segundo o número de quartos, lugares ou camas. Segundo os critérios de Bien (2015), pode-se considerar uma certificação sustentável baseada em processo e desempenho das unidades hoteleiras. A entidade responsável por esta distinção é Foundation for Environmental Education (FEE), sediada na Dinamarca, em Portugal é coordenada e impulsionada pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), associação não-governamental e sem fins lucrativos (Turismo de Portugal , 2017).

Em 2009, a ABAE foi reconhecida como o estatuto de “Instituição de Utilidade Pública”. Essa iniciativa tem o apoio de entidades nacionais públicas e privadas, tais como: Global Sustainable Tourism Council (GSTC), Organização Mundial de Turismo (UNWTO), Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e a UNESCO. Esta iniciativa premiou 2900 estabelecimentos nos 50 países que está presente (ABAE, 2017; Turismo de Portugal , 2017). O programa “Green Key” tem como principais objetivos (ABAE, 2017):

- Conscientizar para a adoção de práticas e comportamentos sustentáveis entre os decisores e participantes (empresas, autoridades, clientes, fornecedores e comunidades locais) através da educação ambiental para a sustentabilidade.
- Reduzir o impacto ambiental das atividades de comércio, serviços e restauração.
- Promover a redução e eficiência no consumo dos recursos naturais.
- Facilitar estratégias de “marketing verde” e reconhecer as iniciativas de gestão ambiental.
- Contribuir para a implementação da “Agenda 21 Local” através da melhoria contínua das organizações;

O galardão tem a duração de 12 meses, sendo possível a sua renovação quando se mantêm os critérios obrigatórios exigidos para atribuição da distinção. No caso dos empreendimentos hoteleiros os critérios são divididos segundo treze áreas temáticas (ver Tabela VIII)

Tabela VIII- Áreas temáticas do Green Key

1. Gestão Ambiental;	2. Envolvimento dos colaboradores;
3. Informação aos Clientes	4. Alimentação e bebidas;
5. Água;	6. Higiene e Limpezas;
7. Resíduos;	8. Energia
9. Ambiente Interior;	10. Ambiente exterior, parques e áreas ajardinadas;
11. Responsabilidade Social e Corporativa	12. Atividades ao “ar livre”;
13. Gestão de topo	

Fonte: elaboração própria com base em ABAE (2017)

Nos anos de 2015 e 2016 vários hotéis portugueses receberam o Green Key, nomeadamente: Sheraton Porto Hotel & Spa; Lisbon Marriott Hotel; Hilton Vilamoura; As Cascatas Golf Resort & Spa; Sheraton Algarve a Luxury Collection Hotel; Graciosa Resort; Hotel Durão; Hotel The Lince Madeira, Aqua Natura Madeira Hotel; Eira do Serrado Hotel & SPA; Pestana Grand Premium Ocean Resort; e Vila Baleira – Hotel Resort & Thalasso Spa.

5.4.3. Green Project Awards

O Green Project Awards é uma iniciativa internacional, abrange Portugal, Brasil, Cabo Verde e pretende alargar as suas atividades a Moçambique e Angola. O GPA tem como objetivo principal reconhecer boas práticas e projetos que promovam o desenvolvimento sustentável. O GPA funciona em parceria com os governos locais e com instituições públicas e privadas (Tabela-I). Na inscrição do projeto é pedido um preço simbólico de acordo com a categoria da empresa. De acordo Bien (2015), é um rótulo ecológico ou Eco etiqueta baseada no desempenho da empresa.

Para análise das candidaturas e atribuição dos prémios conta com o apoio GCI, Agência Portuguesa do Ambiente e a Quercus. A GCI é uma consultora de comunicação portuguesa autónoma, que desenvolve também consultoria Sustentabilidade e Responsabilidade Social. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é uma instituição pública responsável pela gestão das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável. A Quercus é a Associação Nacional de Conservação da Natureza, uma Organização Não Governamental, que tem objetivo proteger e salvaguardar o ambiente nacional.

Os principais objetivos do Green Project Awards Portugal são (Green Project Awards Portugal , 2017):

- premiar e reconhecer boas práticas em projetos, implementados em Portugal, que promovam o desenvolvimento sustentável, como complemento ao movimento de sensibilização para as temáticas da sustentabilidade, alertando e consciencializando a Sociedade Civil para a importância do equilíbrio ambiental, económico e social;

- dar visibilidade às entidades, empresas, pessoas e/ou instituições que identificaram uma oportunidade no apoio e promoção da sustentabilidade e que atuaram positivamente na construção do desenvolvimento sustentável;
- envolver os jovens, tanto a nível individual como a nível associativo, condicionando os seus comportamentos e atitudes, adotando e criando práticas sustentáveis;
- reforçar a sustentabilidade com vista a uma repercussão positiva no comportamento dos cidadãos e decisores em geral, fazendo da inovação e eficácia um caminho para a sustentabilidade.

Atualmente, o GPA está dividido em 8 categorias: Agricultura, Mar e Turismo, Tecnologia da Informação, Produto ou Serviço, Iniciativa de Mobilização, Iniciativa Jovem, Gestão Eficiente de Recursos, Consumo Sustentável, Cidades Sustentáveis. Existe também uma distinção singular denominada de Prémio Especial Cooperação Internacional de Negócios. As empresas portuguesas premiadas no GPA podem candidatar-se aos European Business Awards for the Environment, promovidos bianualmente pela Comissão Europeia. Os projetos premiados em edições anteriores, dentro das 8 categorias, não se podem recandidatar.

Os projetos ligados ao turismo sustentável podem candidatar-se na categoria Agricultura, Mar e Turismo. Esta categoria engloba projetos, produtos ou serviços que representem “soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agricultura, do mar ou do turismo em Portugal”, tendo o enfoque na preservação do ambiente, na economia verde e na inovação social. Atualmente, o único hotel que tem este certificado é Inspira Santa Marta Hotel. Os critérios avaliados nesta categoria são:

- Impacte do projeto, produto ou serviço nos 3 pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social);
- Repercussão do projeto, produto ou serviço no comportamento/atitude dos cidadãos;
- Aplicação de práticas inovadoras que contribuam para o aumento da eficiência na utilização dos recursos naturais e para a redução da produção de resíduos e outros critérios ambientalmente relevantes, bem como o bem-estar económico e social;
- Relação entre os benefícios gerados e os custos associados ao projeto, produto ou serviço;
- Serão valorizados projetos de entidades cuja missão principal não seja de natureza ambiental ou social.

Independentemente da tipologia, os projetos deverão ter sido implementados ou mantidos nos três anos transatos, podendo ser implementados anteriormente, mas apresentar significativas alterações ou resultados nos três anos transatos. Deve haver evidência da sua implementação e respetivos resultados qualitativos e quantitativos.

6. Concelho de Anadia: território, sociodemográfica e princípios ambientais.

O concelho de Anadia localiza-se na região Centro (NUTS II) e sub-região Baixo Vouga (NUTS III), está integrado no distrito de Aveiro¹ (Câmara Municipal de Anadia, 2014). Possui na totalidade dos seus 216,6 km², confronta com os concelhos de Águeda (a norte), Oliveira do Bairro (a noroeste), Cantanhede (a sudoeste), Mealhada (a sul) e Mortágua (a este) (ver Figura 4).



Figura 4- Mapa da Região de Anadia

Fonte: Câmara Municipal de Anadia (2014)

¹ CIRA- Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro é uma instituição pública de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

O rio Cértima é o único no concelho, nasce na Serra do Buçaco e atravessa co concelho no sentido sul/norte (Rosmaninho, et al., 2007).

O município de Anadia tem 29 150 habitantes distribuídos pelas 10 freguesias: União das Freguesias de Arcos e Mogofores; Avelãs de Caminho; Avelãs de Cima; Moita; Sangalhos; São Lourenço do Bairro; União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro; Vila Nova de Monsarros; e Vilarinho do Bairro (ver Tabela IX) (Anadia, 2016, Rosmaninho, et al. 2007).

O concelho obteve foral de D. Manuel I em 1514 (Pereira, 2017; Rosmaninho et al., 2007). O atual município constituiu-se em 1839 pela junção de várias freguesias, tendo a vila sido elevada a cidade em 9 de dezembro de 2004 (Pereira, 2017).

No que se refere a geologia, podemos encontrar: xistos argilosos, depósitos de areias, calhaus rolados, grés, margas, calcários, sílex, quartzo. A maior parte dos terrenos estão aptos para a agricultura, mas em algumas partes do concelho existem terrenos com fraca capacidade agrícola (Rosmaninho et al., 2007). Há poucas informações sobre o povoamento do concelho ao longo do tempo. Existem alguns vestígios românicos, e de épocas mais anteriores como: o Paleolítico, o neolítico e Idade do Ferro (vestígios com pouca investigação) (Rosmaninho, et al., 2007).

Tabela IX -Dados demográficos da população do concelho de Anadia

Designação do Indicador	Unidade	Valor	Período
Área Total	Km2	216,6	2014
Freguesias	nº	10	2014
Densidade Populacional	hab/km2	134,58	2011
População Residente HM	Indivíduos	29 150	2011
População Residente H	Indivíduos	13 967	2011
População Presente M	Indivíduos	15 183	2011

Fonte: Câmara Municipal de Anadia (2016)

O Município tem uma localização geoestratégica privilegiada. Situa-se entre dois dos principais polos urbanos da Região Centro: Aveiro e Coimbra, com tempos de deslocação inferiores a 30 minutos no acesso a estas cidades. (Câmara Municipal de Anadia , 2017)

6.1. Cidade Sustentável- Um Objetivo

O município de Anadia tem traçado linhas orientadoras indo ao encontro da sustentabilidade do concelho. A cidade está integrada em várias iniciativas sustentáveis, aderindo ao Pacto de Autarcas em 2014. O Pacto de Autarcas é uma iniciativa da Comissão Europeia, a nível municipal, que tem como principal objetivo envolver as autarquias locais e regionais que se dedicam voluntariamente no incremento da eficiência energética e no uso de fontes de energias renováveis nos seus territórios. Esta iniciativa visa atingir o objetivo da União Europeia na redução do CO₂ em 20% até 2020. Neste sentido, a Anadia recebeu, em 2016, “Galardão ECOXXI” promovido pela ABAE, demonstrando que a cidade integra o grupo de municípios mais sustentáveis nível nacional, fazendo parte do escalão do índice global percentual de políticas de sustentabilidade segundo o referencial ECOXX (Ambiente e Sustentabilidade , 2017).

O ECOXXI reconhecer práticas sustentabilidade desenvolvidas ao nível dos municípios, tendo como base “educação no sentido da sustentabilidade e “a qualidade ambiental”. Este programa possui 21 indicadores de sustentabilidade municipal, pode-se destacar alguns tópicos como: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Civil; Instituições; Conservação da Natureza; Ar; Água; Energia; Resíduos; Mobilidade; Ruído; Agricultura; Turismo e Ordenamento do Território (ABAE, 2017). Este galardão só é atribuído aos municípios cujo índice global é igual ou superior a 50%, no caso de Anadia é de 60% a 70%.

A autarquia tem investido e promovido uma gestão ambiental eficiente (ver Tabela X). No que toca a higiene urbana, a gestão dos resíduos sólidos urbanos do município é feita pela Resíduos Sólidos do Centro, S.A (ERSUC). ERSUC é sistema multimunicipal de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos do litoral Centro, com um capital público, constituído por 36 municípios, em 1996. As pilhas e acumuladores também são recolhidas e entregues na ERSUC, sendo que em 2015, foram entregues a esta empresa 0,1 toneladas de pilhas e acumuladores.

Tabela X - Medidas de sustentabilidade energética do município de Anadia

✓ Iluminação eficiente em edifícios	✓ Gestão otimizada de iluminação pública
✓ Sistemas abertos de gestão de energia	✓ Equipamentos domésticos e escritórios eficientes
✓ Equipamentos e processos industriais eficientes	✓ Equipamentos de força motriz eficientes
✓ Energia solar térmica	✓ Sistemas de climatização e ventilação eficientes
✓ Caldeiras eficientes	✓ Biomassa e resíduos florestais
✓ Biocombustíveis e fontes de energia alternativas em transportes	✓ Auditorias energéticas, construção eficiente e certificação de edifícios
✓ Veículos e frotas eficiente	✓ LED's e luminárias eficientes em iluminação pública
✓ Mobilidade elétrica	✓ Otimização da rede de transportes urbanos
✓ Aumento da “pedonalidade” e do uso da bicicleta	✓ Otimização da vertente energética e climática do planeamento urbano
✓ Gestão sustentável de água e de resíduos	✓ Otimização da distribuição de frotas
✓ Otimização da mobilidade profissional e pendular	✓ Sensibilização e educação para a sustentabilidade climática
✓ Otimização do desempenho profissional	✓ Compras públicas ecológicas
✓ Suporte ao investimento urbano e empresarial sustentável	✓ Geração renovável integrada
✓ Redução voluntária de emissões de carbono	

Fonte: adaptado de Plano de Ação para Energia Sustentável- Anadia (2014)

Atualmente, o concelho possui três estações de tratamento de águas residuais (ETAR's), nomeadamente nas freguesias de Mogofores, Arcos e Sangalhos. A câmara municipal tem em execução a construção de um novo sistema de tratamento de águas residuais na freguesia de Amoreira da Gândara. Esta obra vem apoiar a ampliação da rede de esgotos por várias freguesias, tendo como objetivo um saneamento de 95% do território (Obras Municipais , 2017)

A Câmara Municipal de Anadia é responsável pela recolha gratuita de equipamento elétrico e eletrónico e monos de grandes dimensões. Em 2015, 9230,2 toneladas de monos foram entregues na ERSUC, em Coimbra.

A Câmara de Anadia disponibiliza contentores recolha de têxteis em todo o concelho, estes têxteis são entregues a empresa H Sarah Trading, Lda. Esta empresa fica responsável pela triagem dos têxteis e posterior entrega as instituições de solidariedade social. No caso de não apresentarem condições para ser reutilizadas, estes têxteis destinam-se à reciclagem. Em 2015, foram recolhidas 31,2 toneladas de têxteis em todo concelho.

Em todo o concelho também são disponibilizados contentores para óleos alimentares usados (OAU), que são recolhidos pela empresa Portary - Gestão de Resíduos, S.A. Em 2015, foram recolhidas pela Portary 5,03 toneladas de OAU. (Ambiente e Sustentabilidade , 2017)

7. Turismo em Anadia – principais infraestruturas, atrações e serviços turísticos

7.1. Eventos

A região de Anadia é conhecida pela qualidade do seu Espumante. “Anadia capital do Espumante”, é o slogan da Feira da Vinha e do Vinho. A primeira edição foi no Euro 2004 e já vai na 12.ª edição, seguida. A Feira da Vinha e do Vinho é o maior evento do concelho e atrai cada vez mais visitantes (Associação Comercial e industrial da Bairrada, 2008). Nos últimos anos, a autarquia tem apostado mais no marketing e na promoção do evento, trazendo um cartaz com artistas conhecidos a nível nacional e internacional.

Na feira encontramos as tasquinhas das diferentes freguesias, restaurantes e stands das adegas da região. Há também algumas tendas com artesanato, snacks, pastelaria e produto locais. Durante o verão são dinamizadas atividades de animação noturnas como concertos e encontros culturais (ver Anexo).

Há outros eventos de menor dimensão: Feira Social, Feira de Saúde e Feira Quinhentista. A Feira social reúne centros e grupos socioculturais das diferentes freguesias, dando a conhecer as atividades realizadas por esses. A Feira de Saúde tem como principal objetivo promover a saúde e bem-estar dos cidadãos, oferecendo acesso diferentes rastreios de saúde e aos serviços prestado pelas várias entidades de saúde do concelho (Câmara Municipal de Anadia, 2016). A Feira Quinhentista é uma comemoração simbólica do primeiro Foral da cidade, uma demonstração pequena de outras feiras medievais realizadas em outros locais do país. Em 2016, município teve uma nova iniciativa que foi a Feira do Ambiente “Anadia+ Verde”. Essa feira teve como objetivo dar a conhecer alternativas mais sustentáveis e ecológicas para os munícipes, reuniu alguns setores como água, solos, energia, resíduos, ar e agricultura biológica. Também pretende sensibilizar as pessoas para a cidadania ativa e para importância da tecnologia “verde” (Câmara Municipal de Anadia, 2016).

7.2. Infraestruturas de Lazer

No concelho, há locais de lazer desportivo diferenciadores como: Campo de Golfe da Curia, Velódromo de Sangalhos e Complexo Desportivo. O campo de Golf está situado na freguesia de Tamengos, com aproximadamente 2500 metros por 34 e com 9 buracos (Campo de Golfe da Curia, 2017).



Figura 5: Campo de Golfe da Curia

Fonte: Campo de Golfe da Curia (2017)

O Velódromo de Sangalhos, também conhecido como Centro de Alto Rendimento, possui uma pista de ciclismo de 250 metros e ainda uma área polivalente com 1100m² (ver Figura 6). Há um espaço extras com 16 quartos duplos, onde os atletas podem ficar durante a preparação ou recuperação de competições. Além do ciclismo, esse centro acolhe outras modalidades: Esgrima, Judo, Ginástica, Trampolins e Desportos Acrobáticos. O velódromo tem sido espaço escolhido para varias competições nacionais de ciclismo, ginástica e desportos acrobáticos (Desporto , 2017). Esse local também foi escolhido várias vezes para a realização congressos, seminários, reuniões e Workshops.



Figura 6- Centro de rendimento de Sangalhos- Anadia

Fonte: Desporto (2017)

Outra mais-valia para o concelho é Complexo Desportivo. Um espaço relativamente novo, situado mesmo ao lado da nova escola secundária. O complexo está composto por: Piscinas Municipais; Courts de Ténis; Campo de Futebol de 7; Campo de Futebol de 11; Estádio Municipal de Anadia e o Pavilhão Municipal de Desportos (Câmara Municipal de Anadia , 2017). Em todo concelho é possível encontrar locais, associações e clubes onde se pode praticar diferente modalidades desportivas (ver Tabela XI).

Tabela XI- Modalidades Desportivas de Anadia: locais, clubes ou associações

MODALIDADE DESPORTIVA	Local/ Clube/ Associação
BILHAR	Centro Cultural e Recreativo do Outeiro de Baixo – São Lourenço do Bairro
BASQUETEBOL	Sangalhos Desporto Clube
FUTEBOL	Anadia Futebol Clube Associação Desportiva de Paredes do Bairro Associação Desportiva Recreativa e Cultural da Ribeira – Azenha Atlético Clube Famalicão
FUTEBOL DE 7	Complexo Desportivo de Anadia
FUTSAL	Associação Recreativa Cultural de Vilarinho do Bairro Associação Desportiva e Cultural Ribeira Azenha
GOLFE	Associação de Golfe da Bairrada – Campo de Golfe da Curia
HIDROGINÁSTICA	Complexo Desportivo de Anadia
KARATE	Atlético Clube de Famalicão – Dojo Karate /Velódromo de Sangalhos
MONTANHISMO	Grupo Desportivo Moitense – Moita
MOTOCICLISMO	Centro Cultural Social e Recreativo da Poutena – Secção Motorismo
NATAÇÃO	Complexo Desportivo de Anadia
RUGBY	Moita Rugby Clube da Bairrada
SQUASH	Complexo Desportivo de Anadia
TÉNIS	Complexo Desportivo de Anadia
ATLETISMO	Atletismo Clube da Bairrada
BTT	Clube Angana BTT – Vila Nova de Monsarros Lobos da Montanha BTT - Famalicão
CAÇA E PESCA	Associação dos Amigos da Lagoa - Torres Clube de Caça e Pesca de Vilarinho do Bairro
EQUITAÇÃO	Hipódromo da Bairrada – Arcos
CICLISMO	Clube de Ciclismo da Bairrada (Pista / Estrada)
COLUMBOFILIA	Grupo Columbófilo da Bairrada Secção Columbófila da Casa do Povo de Avelãs de Caminho Sociedade Columbófila do Sangalhos Desporto Clube

Fonte: elaborado com base em Desporto (2017)

Devido às suas infraestruturas de lazer e desporto, o concelho candidatou-se a Cidade Europeia do Desporto em 2020. Segundo a Câmara de Anadia, o desporto é para o concelho “uma paixão cada vez mais arrebatadora, alimentada por grandes tradições, extraordinárias coletividades, exímios desportistas, excelentes infraestruturas, reconhecida vocação formativa, preocupação com a saúde e o bem-estar, fantástico espírito cívico e desportivo” (Destaques, 2017).

Mesmo ao lado do Complexo Desportivo, encontramos o Cineteatro de Anadia, um espaço de lazer e cultura. Este local tem sido uma grande mais-valia para a população. Há sempre eventos semanais como: cinema, teatro, concertos e espetáculos, colóquios, congressos e conferências.

7.3. Atrações Turísticas do Município

O concelho de Anadia integra alguns locais de interesse turístico; a nível arquitetónico, natural e termal (Câmara Municipal de Anadia , 2017). Além disso, também integra um conjunto de museus de interesse público e com alguma relevância para região, nomeadamente, o Museu do Vinho da Bairrada e *Aliança Underground Museum* (ver Tabela XII)

Tabela XII -Museus do Concelho

Locais turístico	Localização por freguesia
Museu do Vinho da Bairrada	Arcos
Museu/Palacete José Luciano de castro	Arcos
Museu Etnográfico da Pedralva	Pedralva
Aliança Underground Museum	Sangalhos

Fonte: elaboração própria com base em Turismo (2017)

O Museu do Vinho Bairrada alia na perfeição as novas tecnologias e os mais modernos meios audiovisuais, tornando assim este espaço museológico numa referência cultural (ver Figura 7).



Figura 7- Entrada do Museu do Vinho Bairrada

Fonte: Turismo (2017)

Edifício contemporâneo, inaugurado em 27 de setembro de 2003, comporta, para além da exposição permanente - Percursos do Vinho, uma componente de exposições temporárias de arte contemporânea (ver Figura 8). O espólio em exposição é, maioritariamente datado do último quartel do século XIX e primeira metade do século XX.



Figura 8- Utensílios agrícolas para manejo do vinho

Fonte: Turismo (2017)

7.3.1. Património Arquitetónico

No município de Anadia pode encontra-se património arquitetónico civil, nomeadamente o Palace Hotel Da Curia, Estação Vitivinícola da Bairrada e Estação De Caminhos-De-Ferro da Curia (Turismo , 2017)(ver Figura 9). O Palace Hotel da Curia é uma obra arquitetónica que remonta aos famosos anos 20 e o apogeu do termalismo da Curia. Fundada em 1887, a Estação Vitivinícola da Bairrada foi denominada como “Escola Prática de Viticultura e Pomologia da Bairrada”. O estabelecimento foi criado com o objetivo de “Estabelecer e arranjar novas práticas de cultura da vinha e valorizar os seus produtos”. Em 1890, nestas mesmas instalações surgiu o primeiro espumante natural na Bairrada, produzido pelo Eng.º Agrónomo José Maria Tavares da Silva. No momento, a Estação Vitivinícola da Bairrada ainda desenvolve trabalhos de investigação e experimentação com vista ao aperfeiçoamento dos meios de produção (Turismo , 2017).



Figura 9- Património arquitetónico civil de Anadia

Fonte: Elaboração própria com base em Turismo (2017)

O edifício da Estação de Caminhos-de-ferro da Curia, inaugurado em 1944, tem um interesse histórico e artístico. Neste edifício podem- encontrar-se quatro painéis de azulejos elaborados por Jorge Barradas, em 1945. Atualmente, o edifício serve de sede à Rota da Bairrada, possuindo também uma loja. Na loja é possível comprar vinhos da região da Bairrada, artesanato local e produtos regionais (Turismo , 2017). Uma estratégia de promoção dos

produtos regionais. No caso do património arquitetónico religioso é possível encontrar exemplares em quase todas as freguesias do Concelho (ver Tabela XIII).

Tabela XIII -Património Arquitetónico Religioso

<u>TIPO DE PATRIMÓNIO</u>	<u>FREGUESIA</u>
CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES	Vila Nova de Monsarros
IGREJA DE S. CUCUFATE	Moita
CAPELA DE S. SEBASTIÃO	Arcos
CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS LEZÍRIAS	São Lourenço do Bairro
SANTUÁRIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	Mogofores
IGREJA PAROQUIAL DE SANGALHOS	Sangalhos
CRUZEIRO DE SANGALHOS	Sangalhos
CAPELA NOSSA SENHORA DAS NEVES E FONTANÁRIO	Avelãs de Cima
IGREJA PAROQUIAL DE ARCOS	Arcos
IGREJA PAROQUIAL DE TAMENGOS	Tamengos
RUÍNAS DO CONVENTO DAS URSULINAS E CAPELA NOSSA SENHORA DA PIEDADE	Vale do Mó
CAPELA NOSSA SENHORA DA PIEDADE OU DOS PINTOS	Mogofores

Fonte: elaboração própria com base em Turismo (2017)

7.3. 2. Recursos turísticos naturais de importância no concelho

No concelho é possível encontrar alguns pontos de interesse ligados à natureza, nomeadamente, o Parque da Curia, a Barragem de Gralheira e a Lagoa de Torres (Turismo , 2017). No total existe 3 lagoas, 3 barragens, 1 parque e 1 mancha Vitícola ao longo de diferentes freguesias (ver Tabela XIV)

Tabela XIV-Património Natural do Concelho

Tipo de património	Freguesia
PARQUE DA CURIA	TAMENGOS
BARRAGEM DA GRALHEIRA	MOITA
BARRAGEM DO PORCÃO	VILA NOVA DE MONSARROS
BARRAGEM DO SAIDINHO	MOITA
LAGOA DO PAUL DE ANCAS	ANCAS
MANCHA VITICOLA	PAREDES DO BAIRRO
LAGOA DE TORRES	VILARINHO DO BAIRRO
LAGOA DO OLHO DE AGUIM	AGUIM

Fonte: elaboração própria com base em Turismo (2017)

7.3.3. Património Termal

O Concelho possui duas termas principais, as famosas termas da Curia e as termas de Vale de Mó, de menor dimensão e menos conhecida (Termas do Vale do Mó, 2017; Turismo , 2017).

As termas de Vale de Mó, também conhecidas como “Termas de Água Férrea”, situam-se na aldeia de Vale de Mó, a 250 metros de altitude, entre um “denso arvoredo” (ver Figura 10). Vale da Mó encontra-se à distância de 5Km da cidade de Anadia, relativamente próximo de Aveiro (35Km) e Coimbra (30 km) (Termas do Vale do Mó, 2017; Turismo , 2017). Atualmente, a Câmara Municipal de Anadia tem a tutela desta estação termal.

A água termal do vale de mó é hipotermal, nascendo bacteriologicamente pura, sem cheiro, mas com sabor ligeiramente férreo e com reação ácida. Quimicamente é uma água bicarbonatada magnesiana ferruginosa e representante singular deste tipo no património hidrológico português (Termas do Vale do Mó, 2017; Turismo , 2017).

As principais indicações terapêuticas dessa água termal são: doenças sanguíneas (anemias e outras por carência de Ferro); doenças gastroepáticas (gastroduodenais e hepatopatias); e alguns caos anorexias e convalescenças. A técnica termal utilizada é a ingestão da água. O tratamento pode ocorrer entre 14 e 21 dias, dependendo prescrição médica (Termas do Vale do Mó, 2017; Turismo , 2017). Normalmente, a época termal começa em 1 de junho e termina dia 31 de outubro.



Figura 10– Termas do Vale do Mó

Fonte: Turismo (2017)

As águas termais da Curia são as mais conhecidas da região. Os vestígios antropológicos remontam à Vila da Curia de ocupação romana, onde essa mesma vila foi conhecida como “Aquae Curiva” (Associação Rota da Bairrada , 2017). Há evidências que demonstram que os romanos conheciam as nascentes e as exploravam. O poder de cura das águas da Curia foram novamente “descobertas” entre 1862 e 1864, quando se encontrava em construção da linha férrea de Lisboa ao Porto. Um dos trabalhadores banhou-se na nascente e curou-se de um problema de pele. Depois da primeira cura, a nascente ficou famosa, muitas pessoas vinham curar-se dos seus problemas terapêuticas (Rosmaninho, A Sociedade das Águas da Curia na primeira metade do século XX, 2005).

Em 1900 foi criada a Sociedade das Águas da Curia por “rapazes de boa sociedade”, da elite bairradina, nomeadamente, Luís Navega e Albano Coutinho (Rosmaninho, 2005). As termas ficaram conhecidas e passaram a desenvolver-se enquanto infraestruturas turísticas para acolher doentes e visitantes. A criação do Palace da Curia por Alexandre de Almeida veio trazer à região o requinte, jantares à americana, competições desportivas e atividades culturais.

Este lugar passou a ser um local da elite, um local terapêutico e de lazer. Para ali vinham grandes famílias de classe social elevada de todo o país e até do estrangeiro. O Palace da Curia era considerado na altura um dos melhores hotéis a nível nacional, procurado pela elite portuguesa (Simão, 1998). A Curia chegou a ficar conhecida como “a flor da Bairrada” (Rosmaninho, 2005). Com o tempo e com o desenvolvimento do serviço de saúde em Portugal, as termas foram perdendo visitantes e “aquistas” (ver Figura 11).



Figura 11 – Bouvette das Termas da Curia

Fonte: Termas da Curia (2017)

Atualmente, as termas da Curia são exploradas pelo Hotel das Termas, ainda oferecerem alguns tratamentos termais, que une os poderes curativos das águas ao conforto e à tecnologia moderna, usada no novo edifício termal, construído em 1993. As termas da Curia têm a sua época termal durante todo o ano (Turismo, 2017). As águas termais são mineromedicinais, de natureza sulfatada cálcica e magnésica, sendo indicada para várias doenças (ver Figura 12).

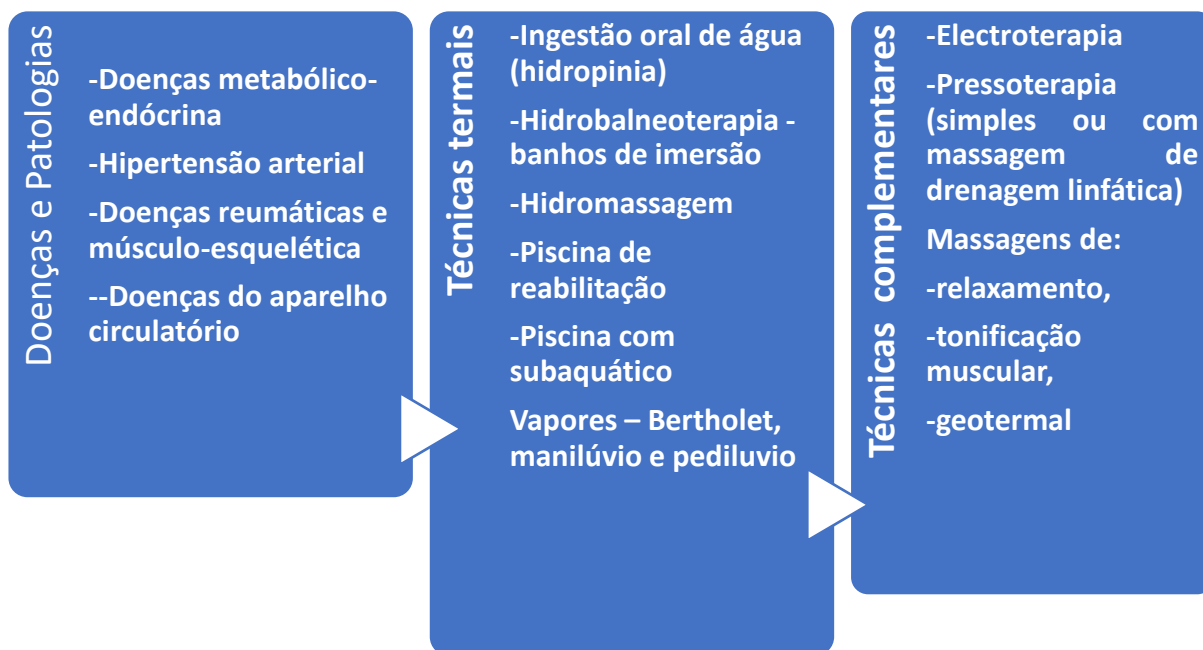


Figura 12- -Doenças e respetivos tratamentos realizados nas Termas da Curia

Fonte: elaboração própria com base em Termas e SPA (2017)

7.3.4. Gastronomia

A região da Bairrada também é conhecida pela sua gastronomia típica, com diferenciados tipos de pastelaria e cozinhados. Muitos destes pratos típicos podemos encontrar na região de Anadia, tal como o Amores da Curia, a Chanfana a Bairrada e o Leitão da Bairrada (ver Figura 13) (Associação da Rota da Bairrada, 2017).



Figura 13- Exemplos de Pratos Típicos da Bairrada

Fonte: elaboração própria com base em Pratos Típicos da Bairrada (2017)

O Leitão da Bairrada é a famosa iguaria da região da Bairrada. Esta iguaria é considerada como um dos pratos tradicionais portugueses, tendo bastante procura na região de Anadia e Mealhada (ver Figuras 14 e 15). O leitão é assado inteiro em forno de lenha num espeto, temperado forma tradicional. O seu modo particular da assadura produz pele estaladiça e vidrada do leitão (*Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2017*). Em 2011, esta iguaria foi considerada uma das 7 Maravilhas Gastronómicas portuguesas.



Figuras 14 e 15-Leitão da Bairrada

Fonte: Associação da Rota da Bairrada (2017) Confraria Gastronómica do Leitão da Bairrada (2017)

7.3.5. Enologia/ Enoturismo

A maior parte do município é agrícola ou florestal, sendo a cultura da vinha a atividade dominante. O Município de Anadia está situado na Rota da Bairrada, fazendo parte da sua associação. A Associação Rota da Bairrada foi criada 2006. Trata-se de uma associação de carácter regional, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a dinamização, promoção e valorização da atividade vitivinícola da Bairrada, e atividades afins, enquanto produtos turísticos e culturais da região. Com o lema “Unir para ir mais longe”, a associação pretende organizar, de forma estruturada “as valências que cada um tem para oferecer, de forma a conseguir criar produtos turísticos que consigam responder às exigências dos vários públicos-alvo”.

O município também integra outras associações e grupos tais como: Associação de Municípios Portugueses do Vinho, Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal e a Rede Europeia das Cidades do Vinho.

O Concelho de Anadia oficialmente possui um conjunto de 15 adegas e caves (ver Tabela XV). Deste conjunto podemos destacar três adegas com atividades de enoturismo: Aliança Vinhos de Portugal, Campolargo e Caves São João.

Tabela XV - Adega e Caves do Concelho

Adega /cave	Localidade
Quinta dos Abibes	Aguim, Anadia
Quinta do Ortigão	Arcos, Anadia
Quinta do Encontro	São Lourenço do Bairro, Anadia
Quinta das Bágeiras	Sangalhos
Quinta da Mata Fidalga	Aguim
Quinta da Lagoa Velha	Vilarinho do Bairro
Luís Pato	Amoreira da Gândara
Destilaria Levira	São Lourenço do Bairro
Caves do Solar de São Domingos	Moita
Caves São João	Avelãs de Caminho
Ampulheta Mágica	Mogofores
Cave Central da Bairrada	Arcos
Campolargo	São Lourenço do Bairro
Aliança, Vinhos de Portugal	Sangalhos
Quinta dos Abibes	Aguim

Fonte: elaborado com base em Associação Rota da Bairrada (2017)

A adega Aliança foi fundada há mais de 75 anos, em 1927, por 11 associados liderados por Domingos Silva e Ângelo Neves, em Sangalhos, na região “Demarcada da Bairrada”. Em 2007 a maioria do capital da empresa foi adquirido pela Bacalhôa Vinhos de Portugal liderada pelo Comendador José Berardo. Esta aquisição conduz à alteração da designação da empresa, em março de 2008, para Aliança - Vinhos de Portugal, SA. A empresa ganhou o prémio Wine Spectator em 2005, considerada com uma das 20 Melhores empresas do sector enológico a nível mundial (Caves e Adegas , 2017). Os seus vinhos e espumantes são conhecidos por todo o país e internacionalmente, podemos destacar dois deles: Aliança Reserva Tinto 2015 e o espumante Aliança Vintage Branco Bruto 2010.

A empresa também desenvolve um conjunto de atividade para os visitantes e turistas, como por exemplo: visita guiada com degustação de espumante e prova de vinho apelidada de “Aliança - "A Velha Amiga de todos os dias" (Caves e Adegas , 2017).

Nesta adega é possível experienciar um novo conceito de Vinho e Arte, visitando os dois atrativos em simultâneo e em perfeita simbiose, no *Aliança Underground Museum*.

O *Aliança Underground Museum* é o primeiro museu subterrâneo onde espumantes, vinhos e aguardentes estagiam em perfeita comunhão com a arte (ver Figuras 16 e 17). As oito coleções distintas que se desenvolvem ao longo das tradicionais caves da Aliança Vinhos de Portugal, versam diversas áreas como a arqueologia, etnografia, mineralogia, paleontologia, azulejaria e cerâmica, abrangendo uma impressionante extensão temporal com milhões de anos (Aliança Vinhos de Portugal, 2017).



Figuras 16 e 17 -Imagens da *Aliança Underground Museum*

Fonte: Centro de Portugal (2017)

Inseridos no grande universo da Coleção Berardo, estes acervos resultam do cuidado constante do colecionador José Berardo, em imunizar peças e obras de arte, de múltiplas origens e espécies, com significado por vezes histórico, por vez sentimental (Aliança Vinhos de Portugal, 2017).

A Adega do Campolargo é uma empresa familiar que há várias gerações se dedica à viticultura. Atualmente, a empresa explora cento e setenta hectares em duas propriedades no Concelho: a Quinta de São Mateus e Quinta de Vale de Azar (ver Figuras 18 e 19). Estão abertas aos visitantes e turistas para visitas guiadas, cursos e prova de vinhos (Caves e Adegas , 2017). Pode-se destacar alguns vinhos como o Campolargo Baga Tinto 2012 e o Calda Bordaleza Tinto 2009.



Figuras 18 e 19- Imagens da Adega Campolargo

Fonte: Adega Campolargo (2017)

As Caves São João, fundada em 1920, também são uma empresa familiar. No princípio se dedicava à comercialização de vinhos finos do Douro e licores, porém nos anos 30, foi interdita a elaboração dos vinhos do Porto fora de Vila Nova de Gaia, a empresa assim a dedicar-se ao comércio de vinhos de mesa da Bairrada (ver Figura 20 e 21).



Figura 20 e 21- Exemplo de vinhos da Caves de São João

Fonte: Caves de São João (2017)

Em 1930 começou a vender os espumantes e em 1959 começou a comercializar vinhos engarrafados de qualidade, tanto a nível nacional como internacional. Comprou a Quinta do Poço do Lobo em 1971, onde reintroduziu as variedades universais de viticultura (Caves e Adegas , 2017). Possui um serviço de restauração que junta as suas especialidades de vinhos a gastronomia da Bairrada, intitulada “Enogastronomia das Caves São João”. Está aberta para turistas e curiosos, para visitas guiadas e concurso de provas e degustação de vinhos (Caves e Adegas , 2017). Entre a variedade dos seus vinhos há alguns que se destacam com prémios e nomeações nacionais e internacionais, tais como: Quinta do Poço do Lobo Reserva Tinto 2012 e o Quinta do Poço do Lobo Tinto 1988.

7.4. Oferta de alojamentos turístico no Concelho

A maioria da oferta hoteleira do município de Anadia situa-se na freguesia de Tamengos, nomeadamente no lugar da Curia (ver Tabela XVI). Entre as 14 ofertas, 10 localizam-se na Curia. Das dez, seis são pensões. Esta realidade pode ser explicada pelo enorme sucesso das termas da Curia no começo do século XX (Turismo , 2017).

Tabela XVI- Alojamento Turístico do Concelho por freguesia

Ofertas de alojamento turístico	Freguesia
Casa de Mogofores	Mogofores
Quinta de S. Lourenço	São Lourenço
Casa Batista	Tamengos
Pensão Lourenço	Tamengos
Pensão Santa Cruz	Tamengos
Pensão Alves	Tamengos
Pensão Challet Cruz	Tamengos
Pensão casa silva	Tamengos
Grande Hotel da curia, golfe e spa ****...	Tamengos
Hotel das Termas da curia ***	Tamengos
Hotel Cabecinho ***	Arcos
Hotel do parque **	Tamengos
Estalagem de Sangalhos	Sangalhos

Fonte: adaptado de Turismo (2017)

Segundo os dados fornecidos pela Turismo Centro, podemos dizer que pernoitaram nos hotéis em Anadia, no ano 2015, 65803 turistas (ver Figura 22). Desse número total de turistas, 37643 são turistas de nacionalidade portuguesa e 28160 são turistas de origem estrangeira.

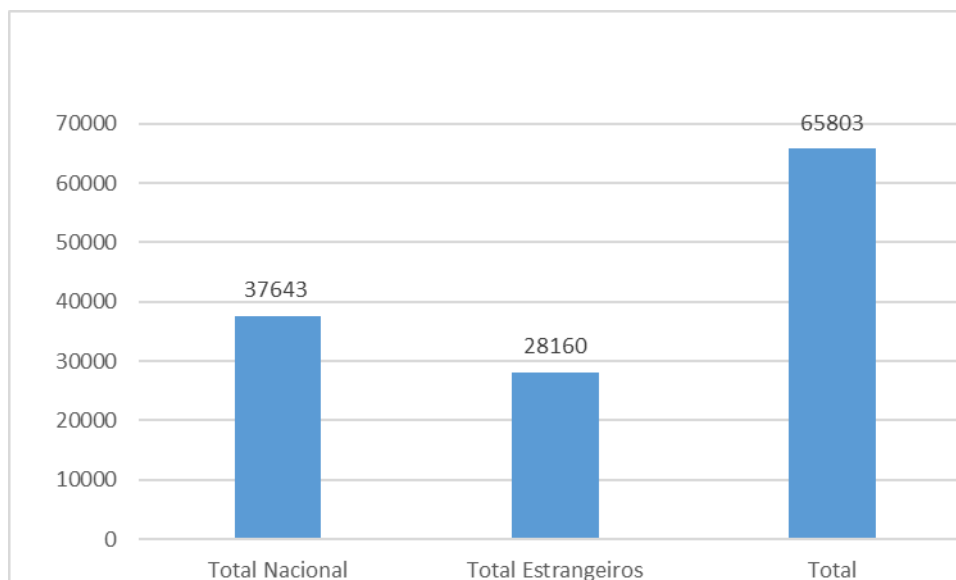


Figura 22 -Número turistas que pernoitaram em nos estabelecimentos turísticos do Concelho de Anadia no ano 2015

Fonte: Elaborado a partir dos dados cedidos pelo Turismo Centro

Entre as nacionalidades que pernoitaram no Concelho, podemos afirmar que os turistas franceses foram os que mais pernoitaram nos hotéis do Concelho (7671 turistas), seguidamente dos turistas espanhóis (5114 turistas). Os turistas provenientes do continente africano (375 turistas) e da Oceânia (79) foram os que menos pernoitaram do Concelho (ver Figura 23).

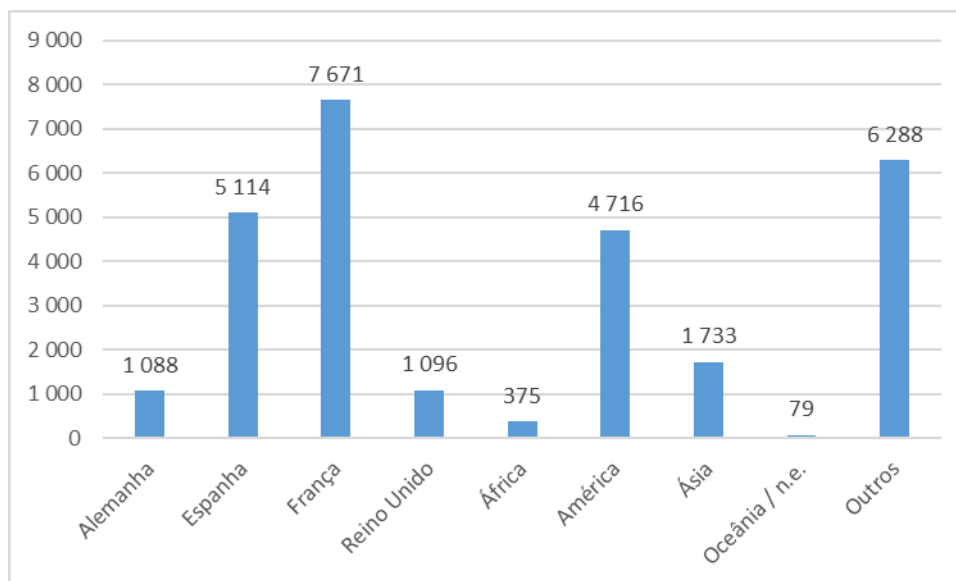


Figura 23 -Número de nacionalidades que pernoitaram em no Concelho de Anadia no ano 2015

Fonte: Elaborado a partir dos dados cedidos pelo Turismo Centro

7.5. Outros serviços de Lazer e Turismo no Município

No município também podemos encontrar outros serviços de lazer e turismo. De acordo com os dados do Registo de Agentes de animação turística, no Concelho de Anadia existe dois agentes de animação Bruno Rodrigo Vaz Quinteiro e Like Phamily Tours Unipessoal Lda. O agente de animação Bruno Rodrigo Vaz Quinteiro realiza rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património e guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial. A Like Phamily Tours Unipessoal Lda desenvolve um conjunto de atividades com momentos lúdicos, de lazer e diversão, mas exclusivamente em ambiente urbano, tais como, percursos pedestres, visitas a museus, palácios e monumentos (Turismo de Portugal , 2017).O concelho também possui um Posto de Informação Turística situado na Curia, freguesia de Tamengos.

O Município de Anadia desenvolveu o projeto B-AND com o intuito de potenciar a mobilidade e fomentar o uso de bicicleta na realização de deslocções urbanas (ver Figura 24). Segundo a Câmara, a bicicleta “favorece a intermodalidade e fortalece a identidade local, caracterizando-se por ser uma opção de transporte rápido, flexível, saudável, com baixos níveis de ruído, ocupam um reduzido espaço público, sem consumo de combustíveis fósseis e por isso sem

emissões atmosféricas”. As bicicletas podem circular na rede de ciclovias e vias de trânsito habituais. A principal ciclovia situa-se na Curia, ligando a estação de comboios ao centro da Curia, circundando o Parque da Curia (extensão 2360 m).



Figura 24- Logotipo do projeto B-AND

Fonte: Ambiente e Sustentabilidade (2017)

As bicicletas estão situadas em pontos estratégicos para o visitante na estação de comboio, parques, praças e nos alojamentos turísticos do concelho (ver Figura 25). Estas podem ser levantadas gratuitamente e poderão ser entregues em qualquer uma das estações, não sendo obrigatório devolvê-la no mesmo sítio onde foi levantada, sendo necessário apenas um Documento de Identificação (Início , 2017).



Figura 25– Bicicleta do projeto B-AND

Fonte: Ambiente e Sustentabilidade (2017)

Outra atividade turística recente é o comboio “Tschu Anadia”. Este tipo de comboio turístico faz um transporte gratuito de Anadia para Curia, nos mês de junho, julho e agosto. O horário é reduzido, mas este transporte também é garantido no fim-de-semana e nos feriados (ver Apêndice). Há também outro percurso alternativo chamado de Rota da Vinha. Este percurso começa na Curia e dar a volta por algumas das principais vinhas e adegas do concelho. Ambos percursos demoram aproximadamente 45 minutos (ver Figura 26).



Figura 26- Rota da Vinha

Fonte: Destaques (2017)

8. Hotéis em Anadia

8.1. Curia Palace Hotel SPA & Golf (4 estrelas)

O Curia Palace Hotel é gerido por o Grupo Almeida, este grupo é responsável por mais cinco estabelecimentos turísticos: Hotel Astória, Palace Hotel do Buçaco, Hotel Praia-Mar Carcavelos, Jerónimos 8 e Hotel Metrópole.



Figura 27- Ilustração da Fachada do Curia Palace Hotel

Fonte: Almeida Hotels (2017)

A história desse emblemático hotel começou com Luís Navega, diretor clínico da estância termal da Curia, que em gesto visionário, aproveitou o potencial turístico da herdade (ver Figura 27). Entre 1913 e 1915 construiu-se um pequeno hotel, um projeto de Deolindo Vieira e Rafael Duarte de Melo (Romaninho, 2007). No ano de 1921 Alexandre de Almeida adquiriu o espaço, revolucionando "a arquitetura do edifício e a própria dinâmica turística da Curia" (Simão: 1998, p. 29). Proprietário de uma rede de hotéis, o empresário contratou Manuel Joaquim Norte Júnior para executar o projeto de remodelação do hotel da Curia, integrando os edifícios originais. À época, o arquiteto, já então um profissional reputado e vencedor de vários prêmios Valmor, trabalhava em parceria com Jaime Inácio dos Santos no edifício vizinho das termas.

Só em 1926 o pequeno hotel veio a torna-se o atual Palace Hotel da Curia. o Palace Hotel foi edificado entre 1922 e 1926, num projeto de "total reconversão do conceito, organização e escala" da unidade hoteleira que aí existia desde 1913 (Rosmaninho, 2008). O complexo integra o edifício do hotel, de planta quadrangular irregular, bem como o Challet Navega, a capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento, os espaços da garagem e anexos e a piscina Paraíso, um projeto modernista de 1933-1934 (Simão, 1998; Direção Geral do Património Cultural, 2017).



Figuras 28, 29, 30 – Ilustrações do Interior do Curia Palace Hotel

Fonte: Almeida Hotels (2017)

O edifício do hotel, um notável projeto de arquitetura eclética com elementos ornamentais Arte Nova, ergue-se com fachada imponente dividida em três blocos e quatro registos, marcada pela abertura simétrica das janelas e pela forma como dispõe os corpos laterais, construídos como dois torreões em contraste com a construção central, recuada.

O interior foi projetado segundo um programa moderno que alia o lazer com a vertente medicinal proporcionada pelas termas vizinhas (Simão, 1998). Nas primeiras décadas de funcionamento, de acordo com os requisitos da arquitetura hoteleira de excelência, o hotel oferecia serviços que permitiam longas estadias, como estação de correios e telégrafo, consultório médico, bazar, cabeleireiro e barbearia, salão de jogos e salão de festas. O

programa decorativo original dos interiores foi mantido praticamente inalterado, com estuques, vitrais, azulejo, elementos de ferro forjado e revestimento de madeiras exóticas, evidenciando-se pelo requinte e elegância. (Direção Geral do Património Cultural, 2017)

Em 2003, o grupo edificado, constituído pelo Palace Hotel da Curia, Challet Navega ou Challet das Rosas, Capela da Senhora do Livramento, Piscina Paraíso, garagem e jardins envolventes, foi classificado como “Conjunto de Interesse Público” (Direção Geral do Património Cultural, 2017)(ver Figura 33) (ver Apêndice).

Entre 2002 e 2008, o espaço dessa unidade hoteleira sofre obras com vista a modernizar o espaço e recuperar o edifício (ver Figuras 28, 29, 30). Nesta renovação, foi mantida decoração da Arte Nova e adicionado algumas tecnologias como televisões, secadores de cabelo, entre outras (ver Figura 31 e 32). Além disso também, foi introduzido no edifício um Spa, com Jacuzzi, banho Turco e Sauna (Almeida Hotels , 2017). O hotel possui alguns equipamentos como piscina exterior e interior, jardim, Campo de Golf e Spa (ver Tabela XVII).



Figura 31 e 32- Espaço exterior do Curia Palace Hotel

Fonte: Almeida Hotels (2017)

Tabela XVII – Características técnicas do Curia Palace Hotel

Capacidade	
Nº camas fixas	193
Nº unidades de alojamento total	100
Exploração e Proprietário	
Entidade exploradora/ Proprietário	Hotéis Alexandre Almeida LDA
Lazer	
Sala(s) de reunião	Capacidade de 750 pessoas
SPA / Centro de bem-estar	Capacidade aproximada de 50 pessoas
Piscinas	Interior /exterior
Instalações para a prática desportiva	Golfe
Imóvel classificado	
Sim	Classificação do imóvel de interesse: Público
Sustentabilidade	
Nenhum tipo de Certificação	

Fonte: Turismo de Portugal (2017)



Figura 33- Localização do Curia Palace Hotel

Fonte: OpenStreetMap Foundation (2017)

8.2. Hotel Termas da Curia (3 estrelas)

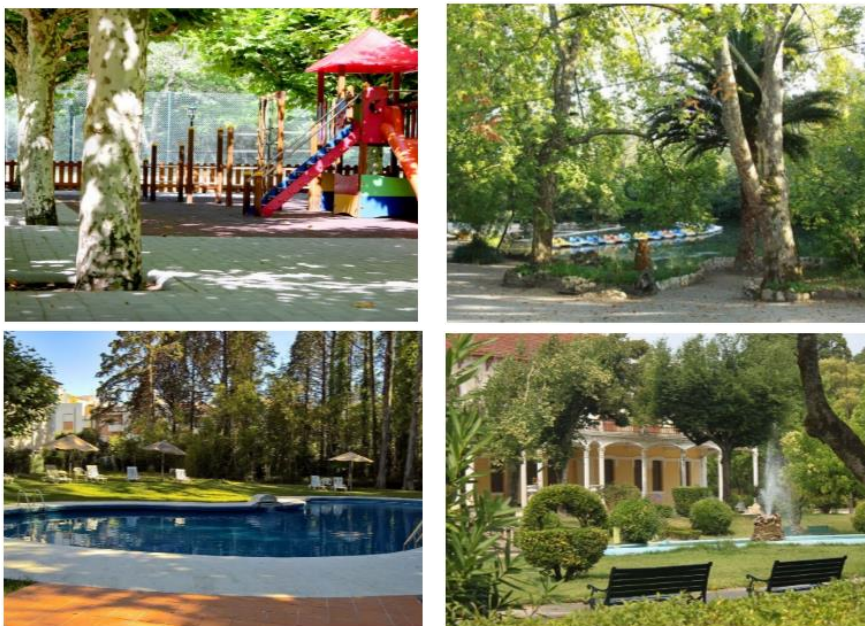
O Hotel Termas da Curia é uma área vedada de cerca de 14 hectares, com parque e um lago artificial (Termas da Curia Spa Resort, 2017)(ver Figura 34). Começou por ser a Pensão Oceano, em 1929. Ao longo do tempo foi crescendo, ampliando e se reestruturando, foram incluídos mais quartos e o Spa (ver Figuras 35, 36, 37 e 38).



Figura 34- Ilustração de uma das fachadas do Hotel Termas da Curia

Fonte: Termas da Curia Spa Resort (2017)

As águas termais da Curia foram exploradas desde 1900 pela Sociedade das Águas da Curia (Rosmaninho, 2003), mas atualmente a entidade exploradora do Hotel das Termas também responsável pela exploração termal das Águas da Curia. O hotel também inclui alguns equipamentos e serviços, tais como, estacionamento privativo, Jardim, piscina exterior, bicicletas de água, Spa e tratamento termal (ver Tabela XVIII) (ver Apêndice).



Figuras 35, 36, 37 e 38 -Ilustrações do espaço externo do Hotel Termas da Curia

Fonte: Termas da Curia Spa Resort (2017)

Tabela XVIII – Características técnicas do Hotel Termas da Curia

Capacidade	
Nº camas fixas:	201
Nº unidades de alojamento total:	101
Nº de unidades de alojamento para mobilidade reduzida:	2
Exploração e Proprietário	
Entidade exploradora/ Proprietário	Hotel das Termas - Curia
Lazer	
Piscina	Exterior
Sala(s) de reunião	Capacidade de 240 pessoas
Instalações para a prática desportiva	Ténis e Golfe
Imóvel classificado	
Não	
Sustentabilidade	
Nenhum tipo de certificação	

Fonte: adaptado de Empreendimentos Turísticos (2017)

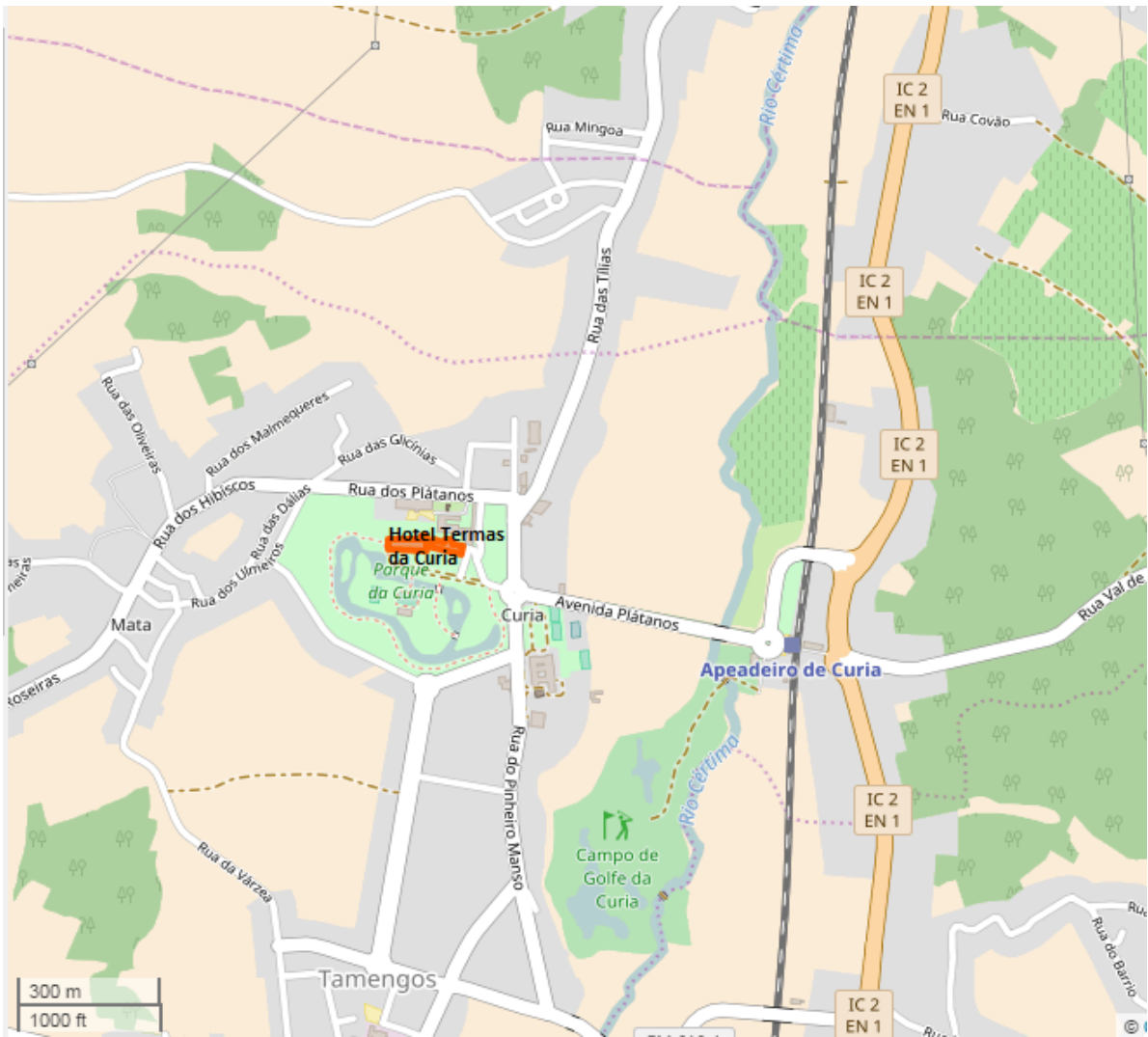


Figura 39- Localização Hotel Termas da Curia

Fonte: OpenStreetMap Foundation (2017)

8.3. Hotel Cabecinho (3 estrelas)

O hotel Cabecinho é um estabelecimento urbano que foi inaugurado em 2005 (ver Figura 40). Este hotel é uma empresa familiar, gerido pela família. Este inclui várias facilidades como: Wifi, elevador, Bar-Cafetaria e ar condicionado (ver Tabela XVIII).



Figura 40- Ilustração da fachada do Hotel Cabecinho

Fonte: Hotel Cabecinho (2017)

Este estabelecimento turístico está situado mesmo no centro da cidade de Anadia, tendo nas suas proximidades alguns pontos de interesse como o Museu do Vinho e Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada (edifício da histórica Estação Vitivinícola da Bairrada) (Hotel Cabecinho, 2017).

Tabela XIX – Características técnicas do Hotel Cabecinho

Capacidade	
Nº camas fixas:	102
Nº unidades de alojamento	51
Nº de unidades de alojamento para mobilidade reduzida	3
Exploração e Proprietário	
Diretor ou responsável	Pedro Flores
Lazer	
Sala(s) de reunião	Capacidade: 220
Imóvel classificado	
Não	
Sustentabilidade	
Nenhum tipo de certificação	

Fonte: Empreendimentos Turísticos (2017)



Figura 41- Localização Hotel Termas da Curia

Fonte: OpenStreetMap Foundation (2017)

9. Sistematização e Apreciação dos Dados Qualitativos

9.1. Entrevista- Curia Palace Hotel

Dados da entrevista

Data da entrevista	11/05/2017
Meio/local da entrevista	Curia Palace Hotel/ G-Mail
Tempo de entrevista	+/-15 min

Breve interpretação de dados

O Curia Palace Hotel tem uma longa história, sendo um dos hotéis mais antigos da região de Anadia. A logística da gestão do hotel, só permitiu falar com um dos seus colaboradores, o chefe de receção que também acumula outros cargos e que já trabalha alguns anos no hotel. Nesta entrevista podemos salientar quatro pontos. O primeiro ponto, o hotel tem uma procura sazonal, sendo os meses de inverno os mais afetam negativamente esta unidade hoteleira. Consequentemente, os meses de primavera e verão são mais procurados. Outro ponto relevante é o tipo de clientela. O hotel é bastante procurado por grupos e casais. Normalmente os grupos que estão de visita a região, com interesse cultural tanto na paisagem como na gastronomia. Outros grupos que costumam pernoitar no estabelecimento são os desportistas, participantes em atividades no velódromo, e empresários, que aproveitam as amplas salas para realizar reuniões. O hotel é procurado por casais, uma espécie de “escapada romântica”.

Em terceiro lugar, o entrevistado evidenciou que a direção do hotel está aberta para iniciativas tanto da câmara como da junta da freguesia. E além disso, alguns espaços do hotel, como o jardim e as gaiolas com aves, estão abertos a visita do público, normalmente durante o dia. É comum ver visitantes ou moradores no jardim de entrada a dar um passeio ou a tirar fotografias do espaço. A direção, sempre que possível, aceita os alunos das escolas da região que querem fazer estágios curriculares no hotel.

O último ponto que podemos realçar é o interesse da direção em diminuir os gastos através de estratégias mais sustentáveis, tais como, lâmpadas economizadoras e o sistema de reutilização de água da chuva para regar o jardim. Todo o espaço da unidade hoteleira está classificado como de interesse público, por isso é necessário seguir regras patrimoniais tanto na intervenção como manutenção do espaço, em ambos os casos é necessário um grande

financiamento. A arquitetura e a idade, tanto externa como interna, do estabelecimento limita algumas iniciativas mais modernas e sustentáveis.

Tabela XX- Análise da entrevista ao Curia Palace Hotel

Categoria	Tema de pergunta		Síntese de resposta	Observações
Sustentabilidade económica	Meses	Maior clientela	Meses de Verão	
		Menor clientela	Novembro/ janeiro/ fevereiro	
	Perfil dos clientes		Grupos e casais	Nacionais e internacionais
			Jovens e seniores	
	Motivações	Visita a região		
		reuniões/conferências		
ciclista, ginásticas,				
			entre outros desportistas para treino ou eventos no Velódromo de Sangalhos	
Sustentabilidade social	Número de empregados		30 Empregados (a maioria residentes da região ou de concelhos próximos)	
	Atividades em comunidade		Realiza atividades com a câmara e com a junta da freguesia (disponibiliza espaço para atividades) -Auxílio da câmara no projeto de B-AND Parceria com escolas do município para	

		acolher alunos em estágio curricular	
Sustentabilidade ambiental	água	Técnicas de reutilização de água	Normalmente a água é utilizada para o jardim
	energia	Utiliza técnicas de poupança de energia	Lâmpadas economizadoras e espaços com isolamento térmico
	resíduos	Os resíduos são separados e tratados pela câmara	A separação dos resíduos sólidos: papel/cartão, plástico, vidro e lixo orgânico Águas residuais são tratadas pela Câmara de Anadia
Observação geral: desconhece as certificações de sustentabilidade estudadas			

Fonte: elaboração própria

9.2. Análise SWOT Curia Palace Hotel

Ambiente Interno	Forças <ul style="list-style-type: none"> • Património arquitetónico e histórico • Jardim grande com animais e aves • Acessibilidade (estação de comboio/ perto IC2) • Ciclovia • Spa, Banho Turco, Sauna • Salão grande para festas • Capela • Piscina interior e exterior 	Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> • Longe de infraestruturas turísticas, museus, mercados, património • Oferece poucas atividades complementares • Falta de manutenção de alguns espaços • Edifício antigo • Sazonalidade
	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • B-AND • Competições de ciclismo • Enoturismo • Atividades para famílias • Combates de luta no Curia Gym (ginásio e clube de luta local) • Atividades no velódromo • Aumento do turismo em Portugal • Aumento da procura do turismo de saúde e bem-estar 	Ameaças <ul style="list-style-type: none"> • Abertura de hotéis na região ligados à saúde e bem-estar • Novo hotel de luxo em Anadia
Ambiente Externo		

9.3. Entrevista- Hotel Cabecinho

Dados da entrevista

Data da entrevista –	1-06-2017
Meio/local da entrevista	Bar do Hotel Cabecinho
Tempo de entrevista	30 min

Breve interpretação de dados

A entrevista realizada a um dos diretores do Hotel Cabecinho, permitiu perceber algumas dinâmicas do hotel, indo ao encontro dos objetivos desta pesquisa exploratória. Neste sentido, foi possível perceber quais as condições de sustentabilidade do hotel e a possibilidade de este adquirir algum tipo de certificação. Durante a entrevista, a diretora salientou que este hotel é familiar, gerido por ela e pelo irmão. Emprega 7 funcionários, que pelo que foi dito entre linhas, residem na região de Anadia. Os meses de inverno são os que têm menos clientela, sendo os meses de primavera e verão com mais reservas. Essa sazonalidade é influenciada pelo clima. Além disso, os meses de abril a setembro têm mais atividades e eventos na região, atraindo mais pessoa para o hotel.

O velódromo trouxe alguns hóspedes para o hotel, a maioria grupo de desportistas vão participar em eventos ou competições no velódromo de Sangalhos. É muito comum as competições de ciclismo e ginástica, em vários casos, desportistas internacionais. Os eventos e encontros de enologia também têm trazido alguma clientela de empresários e apreciadores de vinho ao hotel. Para além desta clientela segmentada, o hotel costuma receber grupos de viajantes que estão de passagem pela região e apenas pernoitam uma noite.

Na entrevista foi possível confirmar que o hotel não tem nenhum tipo de certificação de qualidade, ambiental ou prémio de sustentabilidade. Pode-se perceber que ainda não há ambição para obter qualquer tipo de certificação, os conhecimentos sobre estas temáticas não foram explorados. Ao nível de práticas mais “amigas do ambiente”, o hotel tem um sistema de recolha de água da chuva que, posteriormente, é tratada e utilizada alguns equipamentos e espaços do hotel. Em relação a energia, a diretora afirmou que foi pedido um orçamento para colocar painéis solares, porém os custos eram demasiado, e sem ajuda de custos, o hotel não conseguia financiar esta obra, devido a isso desistiram da iniciativa.

Oficialmente, a diretora realça que não tem nenhuma atividade oficial com a Câmara de Anadia. O hotel apenas cede o espaço para o projeto da Câmara de Anadia, o “B-AND”, e também, em algumas ocasiões, recebe alunos da escola de Anadia para estágio curricular. Nenhuma das iniciativas é feita com intenção de obter benefícios, quando há possibilidade, gostam de ser apoiar as iniciativas e ser útil para a comunidade.

Tabela XXI- Análise da entrevista ao Hotel Cabecinho

Categoria	Tema de pergunta		Síntese de resposta	
Sustentabilidade económica	Meses	maior clientela	Dependendo dos anos, alguns meses de primavera e verão	
		menor clientela	Dezembro e janeiro	
	Tipo de cliente	Motivações	Maioritariamente grupos	só para pernoitar uma noite / ou desportistas
			Desporto, negócios	
Sustentabilidade social	Número de empregados		7	
	Atividades em comunidade		Parceria com escolas do município para acolher alunos em estágio curricular - Auxílio a câmara no projeto de B-AND	
Sustentabilidade ambiental	Água		Técnicas de reutilização de água	Recolha de água da chuva, que posteriormente tratada, é utilizada em alguns equipamentos do edifício
	Energia		Nenhum	
	Resíduos		Os resíduos são separados e tratados pela câmara	
Observação geral: desconhece as certificações de sustentabilidade estudadas				

Fonte: elaboração própria

9.4. Análise SWOT- Hotel Cabecinho

Ambiente Interno	Forças <ul style="list-style-type: none"> • Localização central • Proximidade à biblioteca, museu, complexo de desporto e cineteatro • Único hotel no centro da cidade • Site bem estruturado 	Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade (transporte privado) • Não tem piscina, restaurante ou sala de reuniões • não tem espaço de lazer com jardim • falta de equipamentos
	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • B-AND • Eventos culturais municipais • Velódromo • Eventos de desportivos • Enoturismo • Turismo sustentável 	Ameaças <ul style="list-style-type: none"> • Hotel de luxo em Anadia

9.5. Entrevista- Hotel Termas da Curia

Data da entrevista	30/6/2017
Meio/local da entrevista	Hotel Termas
Tempo de entrevista	+/-15 min

Breve interpretação de dados

O Hotel das Termas da Curia engloba três partes: as termas, o hotel e o parque. Na entrevista foi possível perceber que o hotel e as termas são administrados por pessoas diferentes. Não se conseguiu clarificar a situação oficial de toda a propriedade do Hotel das Termas (não houve

disponibilidade por parte da entrevistada para dar informações sobre a gestão de toda a propriedade).

Durante a entrevista, foi salientado que o parque da Curia recebe algumas vezes ajuda por parte da câmara municipal ou pela junta de freguesia de Tamengos na sua manutenção e limpeza. A entrevistada até citou uma das últimas iniciativas de limpeza e manutenção do espaço onde se juntaram muitas pessoas do concelho. Tanto a junta de Freguesia como a Câmara desenvolvem atividades de lazer e de animação turística no espaço do parque, sempre de forma gratuita.

Os hóspedes do hotel são maioritariamente “termalistas”, que em grande parte são pessoas com mais 60 anos, salvo algumas exceções de tratamento. A maior clientela é quase sempre nos meses de verão e primavera, havendo muitas vezes casos de picos de turistas em setembro ou maio. Depende sempre dos anos e das condições meteorológicas, sendo os meses de inverno menos procurados. Em muitos casos as competições desportivas podem alterar a sazonalidade de alguns meses.

Não foi possível determinar o número de funcionários total do Hotel Termas da Curia, visto que a entrevistada não tinha a certeza do número exato dos funcionários de outros departamentos que ela não gere diretamente. Presume-se serem entre 15 a 20 funcionários a trabalhar em toda a propriedade do hotel.

A nível de sustentabilidade, o hotel tem algumas práticas sustentáveis como utilização de lâmpadas economizadoras e reaproveitamento da água pluviais. A entrevistada também realça a receção de grupos de escolas de todo o país para visitar o hotel, as termas e o parque, visitas sempre gratuitas.

Tabela XXII- Análise da entrevista ao Hotel Termas da Curia

Categoria	Tema de pergunta		Síntese de resposta	Observações
Sustentabilidade económica	Meses	Maior clientela	meses de verão	A clientela algumas vezes varia de ano para ano
		Menor clientela	dezembro, janeiro, fevereiro	
	Tipo de cliente/grupos/individuais		<p>Grupos de atletas</p> <p>Famílias</p> <p>Pessoas individuais para tratamentos termais (normalmente com mais de 60 anos)</p>	
Sustentabilidade social	Número de empregados		Entre 15-20 funcionários aproximadamente	
	Atividades em comunidade		<p>-Realiza concerto e animação turística com câmara de Anadia e com a junta de freguesia de Tamengos</p> <p>-Atualmente a limpeza de algumas áreas do parque também feita em conjunto com câmara de Anadia</p> <p>- Auxilio a câmara municipal no projeto B-AND.</p> <p>-Recebem também visitas de escolas de todo o país de forma gratuita</p> <p>-Recebem também estagiários</p>	
sustentabilidade ambiental	água		Recolha e aproveitamento da água da chuva para regar do parque	
	energia		Utilização de lâmpadas economizadoras na maior parte dos edifícios	
	resíduos		Todos os resíduos são separados e tratados pela câmara	
Observação geral: desconhece as certificações de sustentabilidade estudas				

Fonte: elaboração própria

9.6. Análise SWOT- Hotel das Termas da Curia

Ambiente Interno	Forças <ul style="list-style-type: none">• Jardim grande e com lago• Águas termais• Acessibilidade (estação de comboio)• Arquitetura / história• Campo de ténis, parque infantil• Ambiente agradável e tranquilo no verão	Fraquezas <ul style="list-style-type: none">• Má manutenção do edifício• Campo de ténis• O inverno - sazonalidade• Atividades complementares• Não tem piscina interna
	Ambiente Externo	Oportunidades <ul style="list-style-type: none">• Eventos culturais organizados pela câmara• Velódromo/ turismo desportivo• Enoturismo• Procura por turismo de saúde e Bem estar• Turismo de negócios• Eventos como casamentos

10. Sugestões e ideias de implementação nos três hotéis estudados

Vários alojamentos já possuem práticas mais sustentáveis com vista a diminuir os impactos negativos dos seus serviços e atividades. Os hotéis estudados podem implementar também ideias e projetos em conjuntos com as autoridades locais com vista melhorar o bem-estar da população e dos seus clientes. Nestas ideias e projetos pode-se oferecer atividades tanto para moradores locais como para turistas, possibilitando uma troca de informações e conhecimentos entre os participantes. Com a finalidade de melhorar o desempenho ambiental e comunitário foram sugeridas ideias e atividades que os hotéis podem implementar (ver

Tabela XXIII, Tabela XXIV e Tabela XXV). É também uma forma de criar mais oportunidades de receber uma distinção sustentável.

Tabela XXIII- Sugestões e ideias para a Sustentabilidade Hoteleira do Curia Palace Hotel

	Atividades	Objetivos
<i>Sustentabilidade económica</i>	<ul style="list-style-type: none"> -Utilizar as zonas de lazer e os cavalos para promover atividades na piscina exterior, no campo de Tênis e de Hipismo -Aproveitar o espaço verde a volta do hotel para promover atividades como birdwatching e catalogação das plantas com crianças e jovens -Criar pacotes promocionais para famílias grandes e pais/mães solteiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Atrair clientes e visitantes em épocas baixas e de maior sazonalidade
<i>Sustentabilidade Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> -Voucher para visitas Adegas e Caves do concelho ou para menus de comidas tradicionais -Voucher promocional com desconto nos museus do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> -Promover os produtos locais, nomeadamente o vinho, espumante e pratos tradicionais da região do bairrada -Incentivar e divulgar as visitas aos museus do concelho
	<ul style="list-style-type: none"> -Visitas guiadas a escola onde se explica a historia e arquitetura do hotel 	
<i>Sustentabilidade Ambiental</i>	<ul style="list-style-type: none"> -Detergente amigos do ambiente- ecológicos -Horta biológica - Promover a plantação de arvores de espécie portuguesa na Reserva Ecológica Nacional do município de Anadia em conjunto com a Quercus, ou outra entidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Os impactes negativos que o serviço tem para o ambiente -Difundir a proteção e salvaguarda da floresta portuguesa
	<ul style="list-style-type: none"> - Reutilizar os restos de comida (material orgânico) para adubo 	

Fonte: elaboração própria

Tabela XXIV- Sugestões e ideias para a Sustentabilidade Hoteleira do Hotel Cabecinho

	Atividades	Objetivos
<i>Sustentabilidade económica</i>	-Criar pacotes promocionais para desportistas, dando uso a proximidade ao complexo desportivo e o velódromo de Sangalhos	- Atrair clientes em épocas baixas e de maior sazonalidade
<i>Sustentabilidade Social</i>	-Voucher para visitas Adegas e Caves do concelho ou para menus de comida tradicional -Voucher promocional com desconto nos museus do concelho	Promover os produtos locais, nomeadamente o vinho, espumante e pratos tradicionais da região do bairrada -Incentivar e divulgar as visitas aos museus do concelho
	-Voucher promocional com descontos em atividade de lazer no complexo desportivo e no cineteatro	Dar a conhecer a população infantil e juvenil história e cultura por trás das termas, demonstrando a sua importância para a narrativa da comunidade
<i>Sustentabilidade Ambiental</i>	-Detergente amigos do ambiente- ecológicos - Promover a plantação de árvores de espécie portuguesa na Reserva Ecológica Nacional do município de Anadia em conjunto com a Quercus, ou outra entidade ambiental	- Os impactes negativos que o serviço tem para o ambiente -Difundir a proteção e salvaguarda da floresta portuguesa
	- Reutilizar os restos de comida (material orgânico) para adubo -Painéis Solares (em caso de financiamento)	- Em conjunto com as autoridades locais, utilizar as outras potencialidades que o material orgânico pode ter, evitando que esse material seja depositado em aterros. Esse material orgânico pode ser posteriormente cedido para os agricultores locais

Fonte: Elaboração própria

Tabela XXV- Sugestões e ideias para a Sustentabilidade Hoteleira do Hotel Termas da Curia

	Atividades	Objetivos
Sustentabilidade económica	<ul style="list-style-type: none"> -Festival Curia Zen - Aproveitar o Parque da Curia para promover atividades como birdwatching e catalogação das plantas com crianças e jovens - Atividades de lazer e saúde como workshops de alimentação saudável, aromaterapia, hidratação /cosmética natural, naturopatia e massagens -Criar um pacote (com nutricionista, exercício físico e terapeuta) para pessoas que queiram emagrecer ou ter um estilo de vida mais saudável 	<ul style="list-style-type: none"> - Atrair clientes e visitantes em épocas baixas e de maior sazonalidade
Sustentabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> -Voucher para visitas Adegas e Caves do concelho ou para menus com comida tradicional da região -Voucher promocional com desconto nos museus do concelho - Promover as atividades culturais e de lazer do município (no espaço hotel e na sua website) 	<ul style="list-style-type: none"> -Promover os produtos locais, nomeadamente o vinho, espumante e pratos tradicionais -Incentivar e divulgar as visitas aos museus e atividades dos concelhos
	<ul style="list-style-type: none"> -Visitas guiadas a escola do concelho onde se explica a história das termas da Curia e os seus benefícios para a saúde 	<ul style="list-style-type: none"> dar a conhecer a população infantil e juvenil história e cultura por trás das termas, demonstrando a sua importância para a narrativa da comunidade
Sustentabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> -Detergente amigos do ambiente-ecológicos -Utilizar os restos dos pães para alimentar as aves (patos e gansos) do lago - Plantar uma árvore no parque de espécie portuguesa em conjunto com a Quercus, ou outra entidade ambiental - Reutilizar os restos de comida (material orgânico) para adubo 	<ul style="list-style-type: none"> - Os impactes negativos que o serviço tem para o ambiente -Difundir a proteção e salvaguarda da floresta portuguesa - Em conjunto com as autoridades locais, utilizar as outras potencialidades que o material orgânico pode ter, evitando que esse material seja depositado em aterros. Esse material orgânico pode ser posteriormente cedido para os agricultores locais

Fonte: Elaboração própria

II. Considerações Finais

II.1. Síntese conclusiva

O turismo pode ser considerado uma das grandes tendências atuais. Muitos países apostam no turismo como forma de criar emprego e desenvolver o comércio. Na prática, muitos consideram o turismo como uma forma de gerar riqueza a nível local. Na teoria, as definições sobre o que é realmente o turismo divergem. Há sempre algum desacordo sobre a conceção teórica e a prática do turismo, tanto entre investigadores, como entre pessoas que desenvolvem atividades turísticas. Entre várias definições, alguns consideram-no como uma indústria, outros como fenómeno e outros como atividade ou um conjunto destas. Todas as definições têm a sua componente válida, porém a que mais adequa à complexidade do turismo moderno é a definição do turismo com atividade ou um conjunto de atividades. Neste sentido, o turismo reflete um conjunto de atividades que envolvem o deslocamento de pessoas de um local para outro com interesse diversos como: cultura, natureza, lazer, diversão, religiosos e etc.

Atualmente, o mais importante é perceber os impactes do turismo, tanto positivos como negativos. Sabe-se que o turismo tem muitos impactes positivos no local onde se desenvolve nomeadamente impactes económicos e criação de empregos. Pode salientar outros impactes culturais e sociais como troca de saberes, valorização e respeito cultural. Os impactes negativos passam pela degradação da paisagem natural, fauna e flora, de sítios históricos e de monumentos. Há alguns casos de alienação da comunidade local, resultando em descaracterização da cultura do lugar e em inflação e especulação imobiliária. Por isso, há a necessidade de um desenvolvimento sustentável do turismo.

O desenvolvimento sustentável é uma necessidade do milénio. Desde do relatório *Brutland* que há um crescente interesse dos vários governos mundiais em potencializar um desenvolvimento sustentável e diminuir as alterações climáticas. Indo ao encontro de um desenvolvimento sustentável mundial, ao longo dos anos foram feitos diversos congressos, cimeiras, protocolos e acordos. Destes pode-se evidenciar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Protocolo de Kyoto, Conferência de

Joanesburgo (2002), (Rio+10) e o Acordo de Paris. Todos os setores e atividades humanas devem ter como base um desenvolvimento sustentável a longo prazo, sobretudo o turismo.

O turismo sustentável deve atuar com principal objetivo minimizar os impactos negativos da atividade, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico da atividade, tendo como base um planejamento e uma gestão do turismo dos recursos ambientais, culturais e sociais.

O Turismo Sustentável é um turismo responsável que respeita a cultura local e o ambiente natural. Uma coerência cultural, moral, ecológica e da multiplicidade biológica. Conscientização e responsabilização dos atos provocados por turistas e pelo turismo. A certificação ambiental e sustentável, a ecolabel, é uma importante forma de divulgação e promoção do turismo sustentável.

Todos os intervenientes e atores do turismo podem ter o seu papel ativo no desenvolvimento sustentável do turismo, nomeadamente os alojamentos turísticos. Muitos alojamentos turísticos, em especial as unidades hoteleiras, têm procurado diminuir os impactos negativos das suas atividades e promovem a sustentabilidade destas. As ecolabels têm um importante papel de certificar e estimular estes alojamentos. Em Portugal, pode-se citar três importantes certificações sustentáveis ligadas ao turismo: Green Key, Green Project Awards e TUV-Eco-hotel.

Este trabalho de investigação centrou-se no concelho de Anadia e sobre três hotéis deste município. Em relação a Anadia, pode-se salientar o esforço em desenvolvimento sustentável da cidade, com projetos que visam a diminuição da pegada ecológica do concelho e das emissões CO². Alguns destas iniciativas são o projeto B-AND, adesão Pacto de Autarcas, o Galardão ECOXXI e o investimento no tratamento eficiente dos resíduos urbanos. Para complementar estas práticas a autarquia desenvolveu um Plano de Ação onde se incorpora medidas de sustentabilidade energética para município. Nível do turismo, nota-se uma clara aposta nos recursos naturais e culturais que o município possui. O concelho de Anadia tem alguns recursos turísticos com potencialidades, nomeadamente termas, gastronomia, enologia e desporto. Os governos locais também têm investido em animação turística e atividades de lazer para entretenimento da população local e de visitantes. Esta é uma estratégia também de atrair mais visitantes ao concelho e dinamização local. Pode-se destacar alguns eventos como Feira da Vinha e do Vinho, Feira Medieval e a Feira do Ambiente. O desenvolvimento destes

meios são uma forma de atrair mais visitantes a região e aumentar a clientela dos alojamentos do concelho.

Os alojamentos turísticos estudados foram três: Curia Palace Hotel, Hotel das Termas e Hotel Cabecinho. O Curia Palace e o Hotel das Termas criaram-se e se desenvolveram com o apogeu das termas na Curia. A primeira metade do século XX, houve um enorme crescimento e desenvolvimento na região devido as termas. Foi criada a Sociedade das Águas da Curia para administrar os recursos termais. Esta região atraiu vários visitantes e termalistas, e com eles vieram os alojamentos e a restauração. Com a modernização dos tratamentos de saúde e com a maior procura do turismo balnear, as termas desta região foram tendo cada vez menos procura. Ainda alguns visitantes e termalistas, mas em menor proporção que nos anos do apogeu.

O Curia Palace e o Hotel das Termas possuem uma grande área natural a volta dos edifícios. No caso do Hotel das Termas possui um parque natural com um lago artificial. Estas duas características permitem a criação de patos e gansos, e algumas espécies de aves migratórias. Na primavera e verão é um espaço muito fresco e sublime. Porém no outono e inverno é mais frio e húmido, sendo difícil escoar as águas no período de chuva. O Curia Palace tem uma área natural a volta onde há alguns animais, aves, cavalos e cabras. Há ainda algumas árvores frutíferas e um jardim com diversas espécies de flores. Ambos os hotéis têm muitas potencialidades, nomeadamente para uma clientela familiar e sénior, e que não está a ser bem aproveitada. Algumas das suas práticas mais amigas do ambiente (isolamento térmico dos quartos, reutilização das águas, lâmpadas mais economizadoras, etc.) têm em vista a diminuir gastos financeiros. Há outras atividades mais sustentáveis que podem ser desenvolvidas (como citado no capítulo anterior).

O Hotel Cabecinho possui características mais urbanas que não permite desenvolver atividades ligadas a natureza a sua volta. A sua volta há vários espaços de lazer e entretenimento que funcionar como atividades complementares aos seus clientes. As suas práticas mais amigas do ambiente também são limitadas, embora haja uma disponibilidade da equipa responsável para os impactos ambientais, apenas não há financiamentos. Como foi citado no capítulo anterior, este hotel também possui algumas potencialidades que podem ser desenvolvidas.

11.2. Resposta aos objetivos e limitações a pesquisa

Todos os objetivos foram cumpridos, apesar de ter sido sentidas algumas limitações e alterações ao longo da investigação como forma de se adaptar a realidade estudada. Uma das conclusões finais deste trabalho é a noção que não pode turismo sustentável se a comunidade não promover um desenvolvimento sustentável. Um hotel até pode ter práticas amigas do ambiente, mas se o município não oferecer infraestruturas que permita estas práticas e outras, este hotel vai ser apenas um caso isolado e sem grandes impactes na comunidade. O município de Anadia já deu os primeiros passos para um desenvolvimento mais sustentável. Agora cabe aos diversos setores desta comunidade, desde entidades públicas, privadas e a própria população, acompanharem a autarquia nesta iniciativa. Outra perspetiva que se pode observar nesta pesquisa é a falta divulgação por parte dos hotéis estudados das atividades de lazer e animação turística proporcionadas pela câmara, nomeadamente nos sites dos hotéis. A câmara responsabiliza-se em comunicar as suas atividades mensais tanto por meios informáticos, como através de panfletos e outros meios matérias. O desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável só são possíveis se houver um trabalho em conjunto de forma a planear, gerir e manter a sustentabilidade ambiental, social, económico e cultural.

Este trabalho de investigação contribuiu para compreender se os hotéis estudados têm práticas sustentáveis. Os três hotéis estudados possuíam algumas práticas sustentáveis, mas não as suficientes para obter nenhum dos certificados sustentáveis estudados.

Neste trabalho pode, ainda, verificar-se alguns aspetos do turismo sustentável. Um dos principais é gestão equilibrada entre os desejos dos turistas e os da comunidade recetora, procurando garantir a proteção do ambiente e do património. O desenvolvimento sustentável do turismo deve ser uma prática em todas as tipologias do turismo, tendo em atenção aos locais onde há turismo de massas, com impactes negativos que podem ser irreversíveis a médio e longo prazo. Por isso, a atividade turística tem de ser vista como o resultado da integração de questões ambientais, sociais e culturais, no sentido de minimização dos impactes negativos e manutenção dos impactes positivos.

Este trabalho foi importante para compreender melhor as três certificações sustentáveis ligadas ao turismo: Green Key, Green Project Awards e Eco-hotel TÜV Rheinland. A Green

Key premeia os estabelecimentos turísticos, alojamento local, parques de campismo e restaurantes que implementam boas práticas ambientais e sociais, valorizando a gestão ambiental nos seus estabelecimentos e promovendo a Educação Ambiental para a Sustentabilidade. A entidade responsável por esta distinção é Foundation for Environmental Education (FEE), sediada na Dinamarca, em Portugal é coordenada e impulsionada pela Associação Bandeira Azul da Europa. O Green Project Awards é uma iniciativa internacional, abrange Portugal, Brasil, Cabo Verde e pretende alargar as suas atividades a Moçambique e Angola. O GPA tem como objetivo principal reconhecer boas práticas e projetos que promovam o desenvolvimento sustentável. Para análise das candidaturas e atribuição dos prémios conta com o apoio GCI, Agência Portuguesa do Ambiente e a Quercus. Eco-hotel é uma certificação executada pela empresa alemã TÜV Rheinland. O serviço de certificação de Eco-hotel é personalizado, concebido para satisfazer as necessidades individuais da hoteleira e do turismo, baseando-se em normas internacionais, tais como a ISO 14001.

Neste trabalho foi possível conhecer algumas das potencialidades turísticas do concelho de Anadia, nomeadamente o Enoturismo e o turismo termal. Anadia possui infraestruturas desportivas, tais como o velódromo de sangalhos e um complexo desportivo, que permitem que se realize competições desportivas. As atividades desportivas podem ser completadas com atividades turísticas, como visitas aos museus. Neste trabalho também foi possível sugerir aos hotéis a implementação de práticas de acordo com as suas potencialidades e as do município.

Esta investigação teve algumas limitações que impediram ao aperfeiçoamento de alguns pontos da pesquisa. Uma das limitações foi a pouca bibliografia portuguesa sobre as certificações sustentáveis. No caso do concelho de Anadia, há pouca bibliografia recente sobre o concelho, tendo que recorrer ao site oficial da câmara municipal de Anadia para obter informações atuais.

Infelizmente, não foi possível obter mais informações sobre a ecolabel Eco-hotel TÜV Rheinland. O termo ecolabel também é difícil uma tradução exata para português, visto que o termo em inglês pode significar selo ambiental, prémio ambiental ou sustentável, certificação ambiental ou de sustentabilidade. A empresa não mostrou disponibilidade para fornecer mais informações para além daquela que já é pública. Outra limitação foi na obtenção de dados através das entrevistas, o Curia Palace Hotel e o Hotel das Termas mostraram um pouco reservados em responder algumas perguntas. No caso do Hotel da Termas não foi possível clarificar os responsáveis oficiais pela gestão do hotel, percebe-se que alguns problemas

financeiros impedem uma gestão mais eficiente do hotel. No caso do Curia Palace, houve necessidade de mostrar as questões e os temas previamente por e-mail, devido ao facto do hotel pertencer a um grupo hoteleiro e o entrevistado necessitar de autorização central para responder as perguntas. Esta pesquisa seria mais completa e eficaz se houvesse um conhecimento mais sólido, ou mesmo académico, sobre gestão ambiental e sobre gestão hoteleira.

11.3. Futuras investigações académicas

Este trabalho foi importante para compreender sustentabilidade turística no concelho de Anadia, nomeadamente em três dos principais hotéis desta cidade. A nível académico, ainda não existe nenhum que se foque neste tema e nesta localidade, tornando este estudo exploratório, e até um desafio. Porém, espera-se que este estudo não seja um caso isolado e que outros investiguem sobre o turismo sustentável, certificações de sustentabilidade e estabelecimentos turísticos, e ainda sobre o turismo no município de Anadia.

O turismo sustentável é uma área de investigação vastíssima e quem sabe a melhor opção de manutenção da atividade turística a médio e longo prazo. O turismo sustentável é uma tendência procurada por vários países e regiões. Cada vez mais que uma tendência, o desenvolvimento sustentável do turismo torna-se um objetivo para muitos territórios que promovem o turismo. Os investigadores devem estar atentos a estas tendências e mudanças de hábitos, que tanto a curto e longo prazo, são significativas para a compreensão dos vários aspetos que o turismo engloba. É importante que a investigação não se foque apenas em territórios naturais, mas desenvolva em todas as tipologias do turismo, seja turismo massa ou nichos desta atividade. A sustentabilidade deve ser um objetivo para todas e cada uma das atividades turísticas. Cabe aos governos a gestão e implementação de políticas equitativas para esta atividade, mas a academia também deve ter um papel ativo na investigação dos resultados teóricos e práticos destas políticas. Assim, o investigador deve ter um papel ativo de perceber, compreender e partilhar as mudanças ou propostas de mudanças desta atividade, não com o objetivo de informar, mas como forma de incentivo as renovações sustentáveis da atividade turística e de aperfeiçoamento desta.

As ecolabels turísticas são um tema que já vem sendo estudado por muitos investigadores internacionais. Em Portugal, embora ainda exista poucos estudos académicos sobre este tema, já existem alguns entidades e estabelecimentos turísticos que possuem ecolabels,

nomeadamente, alojamentos em áreas naturais e unidades hoteleiras de categoria elevada. Tal como a categoria baseado em Estrelas de difundiu e hoje é comum na maior parte dos países, a sustentabilidade dos estabelecimentos turísticos avança para se tornar também uma categoria de qualidade e de distinção dos estabelecimentos turísticos. Por isso, este tema deve chamar a atenção para os pesquisadores, não só para perceber como se estrutura este tipo de certificação, mas também para compreender como elas funcionam e seus impactos práticos. A perspectiva dos estabelecimentos turísticos que aderem a este tipo de certificação também deve ser tida em conta. Um dos motivos é entender as suas motivações para aderir a práticas mais sustentáveis. Por outro lado, demonstrar vantagens e limitações que uma ecolabel pode conter para um estabelecimento turísticos. O estudo e divulgação de ecolabels e práticas sustentáveis nos estabelecimentos turísticos podem ser uma forma de incentivo e promoção da sustentabilidade turísticas.

O município de Anadia teve um grande apogeu turístico e termal na época dos anos 20 e que se prologou até aos anos 60. Progressivamente foi diminuindo até aos dias atuais. Atualmente, ainda há procura significativa da vila da Curia para tratamento termal, mas também para lazer e turismo. Anadia também tem outras mais valias que a atual administração do concelho tem promovido, tais como: gastronomia, enoturismo e desporto. Atualmente, o concelho tem procurado investir em práticas ambientais, económicas e social sustentáveis. Outros municípios também estão na mesma vanguarda de Anadia, sendo indispensável que haja estudo sobre estes municípios. A nível turístico, é útil perceber como um concelho promove e incentiva o turismo sustentável no seu território, desde planos, estrutura, gestão e manutenção de um desenvolvimento turístico sustentável.

12. Bibliografia

- Associação da Rota da Bairrada. (14 de 05 de 2017). *Hotel Cabecinho* . Obtido de Rota da Bairrada : http://www.rotadabairrada.pt/entidade/hotel-cabecinho_pt_80/
- Câmara Municipal de Anadia. (02 de 06 de 2016). *Freguesias* . Obtido de Município de Anadia: <http://www.cm-anadia.pt/#>
- ABAE. (20 de 5 de 2017). *Programa ECOXXI*. Obtido de ECOXXI: <https://ecoxxi.abae.pt/plataforma/index.php?p=programaecoxxi>
- Abreu, D. (2006). *Análise de Dados II. Programa*. Lisboa: Centro de Estudos Geograficos da Universidade de Lisboa .
- Adega Campolargo. (14 de 05 de 2017). *Galeria*. Obtido de Campolargo: <http://www.campolargovinhos.com/galeria/default.aspx?idioma=pt&idcont=45&title=adega>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2015). *Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Orientações comunitárias e nacionais*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido em 5 de 12 de 2016, de <http://www.apambiente.pt>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (23 de 11 de 2016). *Acordo de Paris* . Obtido de Ambiente Portugal- Ambição para o futuro: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=1367>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (27 de 12 de 2016). *Protocolo de Quioto*. Obtido de Ambiente Portugal- Ambição para o futuro: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=119&sub3ref=500>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (Dezembro 2015). *Relatório do Estado do Ambiente 2015*. Portugal: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de <https://www.apambiente.pt/>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (Janeiro de 2008). *Estratégia Nacional De Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*. Em *Estratégia Nacional De Desenvolvimento Sustentável -ENDS 2015* (pp. 9-54). Portugal: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Aliança Vinhos de Portugal. (10 de 05 de 2017). *Aliança Underground Museum*. Obtido de Aliança : <http://www.alianca.pt/pt/enoturismo/list/scripts/core.htm?p=enoturismo&f=list&lang=pt&idcont=619>
- Almeida Hotels . (10 de 05 de 2017). *Curia Palace Hotel SPA & Golf*. Obtido de Alexandre de Almeida Hotéis : <http://www.almeidahotels.pt/pt/hoteis-em-coimbra>
- Associação Comercial e industrial da Bairrada. (Janeiro de 2008). Anadia, Cidade do Desporto, Anadia, Capital do Espumante. *Turismo na Bairrada '08*, pp. 4-6.
- Associação da Rota da Bairrada. (16 de 05 de 2017). *Pratos Típicos da Bairrada* . Obtido de Rota da Bairrada : <http://www.rotadabairrada.pt/saborear/pratos.aspx>

- Associação Rota da Bairrada . (12 de 05 de 2017). *Caves e Adegas* . Obtido de Rota da Bairrada : http://www.rotadabairrada.pt/irt/caves-e-adegas_pt_1
- Associação Rota da Bairrada . (12 de 05 de 2017). *Termas da Curia* . Obtido de Rota da Bairrada : http://www.rotadabairrada.pt/irt/show/termas-da-curia_pt_169
- Associação Rota da Bairrada . (10 de 05 de 2017). *Termas do Vale do Mó*. Obtido de Rota da Bairrada : http://www.rotadabairrada.pt/irt/show/termas-de-vale-da-mo_pt_170
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projeto de investigação- Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.
- Beni, M. C. (2001). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC.
- Bien, A. (2015). *Manual 1- Una Guía Simple Para La Certificación Del Turismo Sostenible Y El Ecoturismo*. Washington, DC: Center for Ecotourism and Sustainable Development.
- Briassoulis, H. (2002). Sustainable Tourism and the Question of the Commons . *Annals of Tourism Research*, 29, 1065–1085.
- Brito, M. B. (2015). *Percursos de sustentabilidade : políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento turístico no Município de Sines* . Paris : Nota de Rodapé.
- Bruns-Smith, A., Choy, V., Chong, H., & Verma, R. (1 de março de 2015). Environmental Sustainability in the Hospitality Industry: Best Practices, Guest Participation, and Customer Satisfaction. 15, 6-16. Cornell Hospitality Report.
- Buckley, R. (2002). Tourism Ecolabels . *Annals of Tourism Research*, 183–208.
- Buckley, R. (2012). Sustainable Tourism Research . *Annals of Tourism Research*, 39, 528–546.
- Budeanu, A. (2005). Impacts and responsibilities for sustainable tourism: a tour operator's perspective. *Journal of Cleaner Production*, 13, 89-97.
- Câmara Municipal de Anadia. (20 de 06 de 2017). *Destaques*. Obtido de Município de Anadia : <http://www.cm-anadia.pt/destaques/1013-anadia-2020>
- Câmara Municipal de Anadia . (2014). *Plano de Ação para Energia Sustentável- Anadia* . Anadia : Câmara Municipal de Anadia .
- Câmara Municipal de Anadia . (10 de 05 de 2017). *Acessibilidades*. Obtido de Investe em Anadia: <http://www.cm-anadia.pt/investemanadia/>
- Câmara Municipal de Anadia . (10 de 05 de 2017). *Campo de Golfe da Curia*. Obtido de Município de Anadia : <http://www.cm-anadia.pt/campo-de-golfe-da-curia>
- Câmara Municipal de Anadia . (10 de 05 de 2017). *Desporto* . Obtido de Município de Anadia : <http://www.cm-anadia.pt/2014-04-02-14-53-54/modalidades-desportivas-do-concelho>
- Câmara Municipal de Anadia . (10 de 05 de 2017). *Início* . Obtido de B-and: <http://www.cm-anadia.pt/b-and/>
- Câmara Municipal de Anadia . (10 de 05 de 2017). *Turismo* . Obtido de Município de Anadia: <http://www.cm-anadia.pt/locais-a-visitar>

- Câmara Municipal de Anadia. (18 de 05 de 2017). *Ambiente e Sustentabilidade* . Obtido de Municipio de Anadia: <http://www.cm-anadia.pt/2014-04-02-11-27-47/edu>
- Câmara Municipal de Anadia. (15 de 05 de 2017). *Obras Municipais* . Obtido de Municipio de Anadia : <http://www.cm-anadia.pt/2014-04-02-16-13-56/obras-em-execucao/495-sistema-integrado-de-drenagem-e-tratamento-de-aguas-residuais>
- Coelho, A. C., & Llera, C. (2013). Sustentabilidade no setor do turismo: esquemas de reconhecimento e certificação existentes. *International Business and Economics Review*, 340-363. Obtido de <http://hdl.handle.net/10437/5988>
- Comissão Europeia . (2013). *Caixa de ferramentas do Sistema Europeu de Indicadores de Turismo para Destinos Sustentáveis*. Luxemburgo : União Europeia.
- Comissão Europeia. (2010). *Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Comunicação da Comissão Europa 2020* (pp. 1-39). Bruxelas: Comissão Europeia.
- Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992. (2005). *Agenda 21 : programa de acção para o desenvolvimento sustentável : declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento : declaração de princípios sobre florestas* . (M. Mesquita, M. F. Strong, & P. M. Território, Edits.) Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. (2012). *O Futuro Que Queremos. Declaração Final Da Conferência Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20)* (pp. 1-55). Rio de Janeiro, Brasil: Conferência Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20).
- Confraria Gastronómica do Leitão da Bairrada. (16 de 05 de 2017). *Galeria* . Obtido de <http://www.leitaobairrada.com/index.php>
- Conselho da União Europeia. (26 de Junho de 2006). *Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas: União Europeia.
- Costa, R. (2012). *Introdução à gestão hoteleira*. Lisboa: Lidel.
- Cravidão, F. D. (2006). Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares . Em M. L. Fonseca, *Desenvolvimento e Território. Espaços Rurais e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (pp. 269-278). Lisboa: Centros de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa .
- Cunha, L. (2003). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cunha, L., & Abrantes , A. (2013). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Lidel.
- Cupeto, C., & Marcos, J. (2007). *Guia agenda 21 local : um desafio para todos : manual*. (C. Cupeto, & J. S. Marcos, Edits.) Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Diamantis, D., & Westlake, J. (2001). Ecolabelling in the Context of Sustainable Tourism and Ecotourism. Em X. Font, & R. Buckley, *Tourism Ecolabelling: Certification and Promotion of Sustainable Management* (pp. 27-41). United Kingdom: CABI Publishing.
- Dicionário de Geografia Aplicada* (1ª ed.). (2016). Portugal: Porto Editora.

- Dief, M. E., & Font, X. (26 de Janeiro de 2010). The determinants of hotels' marketing managers' green marketing behaviour. *Journal of Sustainable Tourism*, 18, 157-174.
- Diniz, A. M. (s.d.). *Artigos Práticos*. Obtido em 15 de 02 de 2017, de Naturlink: <http://naturlink.pt/article.aspx?cid=93282&menuid=59&bl=1&viewall=true>
- Direção Geral do Património Cultural. (10 de 04 de 2017). *Património* . Obtido de Património Cultural- Direção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/5085388/>
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (16 de 05 de 2017). *Pratos à base de carne*. Obtido de Produtos Tradicionais Portugueses: <https://tradicional.dgadr.pt/pt/cat/pratos-a-base-de-carne/779-leitao-da-bairrada>
- Erdogana, N., & Baris, E. (2007). Environmental protection programs and conservation practices of hotels in Ankara, Turkey. *Tourism Management*, 604-614.
- EUROPARC. (2010). *European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas*. Regensburg, Alemanha: EUROPARC Consulting Limited .
- Eurostat. (2016). *Tourism statistics*. European Union. doi:10.2785/12765
- Evans, N. G. (2016). Sustainable competitive advantage in tourism organizations: A strategic model applying service dominant logic and tourism's defining characteristics. *Tourism Management Perspectives*, 18, 14-25.
- FEE. (05 de 02 de 2017). *Our history*. Obtido de Foundation for Environmental Education : <http://www.fee.global/our-history/>
- Fonseca, A. (20 de 04 de 2015). *Boa Cama Boa Mesa*. Obtido de Expresso: <http://boacamaboamesa.expresso.sapo.pt/boa-cama/2015-04-20-hoteis-amigos-do-ambiente-em-harmonia-com-a-natureza>
- Fotos . (14 de 05 de 2017). Obtido de Caves de São João : <https://www.facebook.com/caves.saojoao/>
- Gallastegui, I. G. (2002). The Use of Eco-Labels: A Review of the Literature. *European Environment*, 316-331.
- Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Governo da República Portuguesa. (20 de 05 de 2017). *Notícias* . Obtido de República Portuguesa : <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/meco/noticias/20170206-set-turismo.aspx>
- Green Project Awards Portugal . (15 de 02 de 2017). *GPA*. Obtido de Green Project Awards: <https://gpa.pt/>
- Hamele, H. (2001). Ecolabels for Tourism in Europe:the European Ecolabel for Tourism? Em X. Font, & R. Buckley (Edits.), *Tourism Ecolabelling: Certification and Promotion of Sustainable Management* (pp. 175-189). New York- USA: CABI Publishing.

- Hotel Cabecinho. (14 de 05 de 2017). *Hotel*. Obtido de Hotel Cabecinho- Anadia: <http://www.hotel-cabecinho.com/>
- Hotel Cabecinho. (14 de 05 de 2017). *Hotel*. Obtido de Hotel Cabecinho: <http://www.hotel-cabecinho.com/>
- Hotelandia. (06 de 05 de 2014). *Inspiração*. Obtido em 15 de 02 de 2017, de Hotelandia- Os melhores hotéis de Portugal: <http://www.hotelandia.pt/5-hoteis-ecologicos-sustentabilidade-ambiental/>
- Hu, W., & Wall, G. (2012). Interpretative guiding and sustainable development: A framework. (E. Ltd., Ed.) *Tourism Management Perspectives*, 80-85.
- Hunter, C. (1997). Sustainable development as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 850-867.
- Hunter, C. (2002). Sustainable Tourism and the Touristic Ecological Footprint. *Environment, Development and Sustainability*, 7-20.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (09 de 12 de 2016). *Turismo de Natureza* . Obtido de ICNF: <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ts/cets>
- Instituto de Estatística Nacional . (2016). *Estatísticas do Turismo 2015*. Lisboa : INE.
- ISMH. (10 de 03 de 2017). *Prémios*. Obtido de Inspira Santa Marta Hotel: <http://www.inspirahotels.com/media/pdfs/pt-partners-certifications-awards-performance-indicators.compressed.pdf>
- Jennings, G. (2009). Methodologies and Methods. Em T. Jamal, & M. Robinson, *The SAGE Handbook of Tourism studies* (pp. 672-692). Thousand Oaks: CA:SAGE Publications.
- Leal, J., & Faria, P. (Edits.). (1998). Turismo (termas da Curia). *O nosso Concelho- Anadia*, p. 25.
- Leiper, N. (2004). *Tourism Management* (3 ed.). Londres: Arnold.
- Mamede, G. (2002). *Manual de direito para administração hoteleira : incluindo análise dos problemas e dúvidas jurídicas, situações estranhas e as soluções previstas no direito*. São Paulo : Editora Atlas.
- Marujo, M. N., & Carvalho, P. (10 de 2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo & Sociedade*, 3, 147-161.
- Mason, P. (2003). *Tourism Impacts, Planning and Management*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Mihalic, T. (2001). Environmental Behaviour Implications for Tourist Destinations and Ecolabels. Em X. Font, & R. Buckley, *Tourism Ecolabelling :Certification and Promotion of Sustainable Management* (pp. 57-71). United Kingdom: CABI Publishing.
- Mowforth, M., & Munt, I. (2009). *Tourism and Sustainability: Development globalisation and new tourism in the Third World* (3 ed.). United States: Routledge.
- Oliveira, E., & Manso, J. (2010). Turismo sustentável: utopia ou realidade? *Revista de Estudos Politécnico*, VIII, 235-253.

- Oliveira, G. N., A., F. d., & M. C. & Souza, V. (2015). Certificação ambiental na hotelaria: Principais ações mencionadas pelos hóspedes em suas avaliações online sobre empreendimentos hoteleiros certificados. *Tourism and Hospitality International Journal*, 5, 110-134.
- OMT. (1999). *Código Mundial de Ética do Turismo*. Santiago do Chile: Direção- Geral do Turismo- Portugal .
- OpenStreetMap Foundation. (20 de 05 de 2017). *Search Results*. Obtido de OpenStreetMap: <https://www.openstreetmap.org/search?query=hotel%20curia%20palace#map=15/40.4235/-8.4612>
- Pereira, C. (10 de 05 de 2017). *Anadia*. Obtido de Memória Portuguesa: <http://terrasdeportugal.wikidot.com/anadia>
- Quierohotel S.L. (14 de 05 de 2017). *Hotel Cabecinho* . Obtido de Quierohotel.com: <http://pt.quierohotel.com/hoteis-anadia-hotel-cabecinho-1C6506.htm>
- Rodriguez, V. J. (2009). *Desenvolvimento Sustentável- Uma introdução Crítica* . Parede : Príncipe Editora .
- Romaninho, N. (Junho de 2007). Cronologia da Curia. *Aquanativa- Revista de Cultura da Região da Bairrada*, 32, pp. 42-60.
- Rome, A., Crabtree, A., Russillo, A., & Honey, M. (2015). *Manual 4- Financiamiento de Programs de Certificación* . Washington, DC: Centro para el Ecoturismo y el Desarrollo.
- Rosmaninho, N. (Dezembro de 2003). Cronologia da Curia. *Aquanativa-Revista de Cultura da Região da Bairrada*, 25, pp. 54-72.
- Rosmaninho, N. (Junho de 2005). A Sociedade das Águas da Curia na primeira metade do século XX. *Aqua nativa- Revista cultural da região da bairrada*, 28, pp. 38-50.
- Rosmaninho, N. (Junho de 2005). Cronologia da Curia . *Aqua nativa- Revista de Cultura da região da Bairrada* , pp. 21-38.
- Rosmaninho, N. (Junho de 2008). Cronologia da Curia. *Aquanativa- Revista de Cultura da Região da Bairrada*, 34, pp. 45-56.
- Rosmaninho, N., Santos, A. P., & Gonçalves, R. M. (2007). *Anadia-relance histórico, artístico e etnográfico*. Anadia: Reviver editora.
- Sancho-Perez, A. (2000). Development. Em A.A.V.V, & J. Jafari (Ed.), *Encyclopedia of Tourism* (Vol. 1, pp. 147-150). London: Routledge.
- Santagata, W., Russo , A. P., & Segre, G. (2007). Tourism quality labels: An incentive for the sustainable development of creative clusters as tourist attractions? Em G. Richards, & J. Wilson, *Tourism, Creativity and Development* (pp. 107-125). United States: Routledge.
- SGS ICS. (2011). *O Caminho para a ISO 14001:2004 - Evitar as armadilhas* (Vol. 1.2). (A. C. Simões, Trad.) Portugal: Serviços Internacionais de Certificação. Obtido de www.sgs.com

- Sharpley, R. (2001). The Consumer Behaviour Context of Ecolabelling. Em X. Font, & R. Buckley, *Tourism Ecolabelling: Certification and Promotion of Sustainable Management* (pp. 41-57). United Kingdom: CABI Publishing.
- Sharpley, R. (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* London : Earthscan.
- Silveira, J., & Cunha, L. (Mai/Ago de 2012). Metodologia de pesquisa para construção de modelo de apoio à decisão na gestão de recursos naturais em empreendimentos turísticos. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 5, 315-334.
- Simão, M. C. (Junho de 1998). A Estância termal da Curia-história e arte. *Aquanativa- Revista de Cultura da Região da Bairrada*, 14, pp. 22-34.
- Souza, V. S., & Sampaio, C. A. (2006). Em busca de uma racionalidade convergente ao ecodesenvolvimento: um estudo exploratório de projetos de turismo sustentável e de responsabilidade social empresarial. *RAP*, 40, 411-425.
- Termas da Curia Spa Resort . (12 de 05 de 2017). *Termas e SPA*. Obtido de Termas da Curia Spa Resort : <http://www.termasdacuria.com/termas-e-spa>
- Termas da Curia Spa Resort. (12 de 05 de 2017). *Hotel*. Obtido de Termas da Curia Spa Resort: <http://www.termasdacuria.com/hotel-overview.html>
- Turismo de Portugal . (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa : Turismo de Portugal .
- Turismo de Portugal . (2015). *Perspetivar 2020 – Turismo*. Lisboa : Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal . (15 de 05 de 2017). *Agentes de Animação Turística*. Obtido de Registo Nacional de Turismo : <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True>
- Turismo de Portugal . (3 de fevereiro de 2017). *Destaques* . Obtido de Turismo de Portugal : <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/destaque/Pages/Secretario-GeraldaOrganizacaoMundialdoTurismovisitaPortugalparaconhecerprojetosdelnovacaoEmpreendedorismo.aspx>
- Turismo de Portugal . (10 de 05 de 2017). *Empreendimentos Turísticos*. Obtido de Registo Nacional de Turismo : <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&MostraFiltro=True>
- Turismo de Portugal. (2015). *Desempenho Ambiental do Alojamento em Portugal 2015- Boas Práticas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos*. Lisboa.
- Turismo de Portugal. (2015). *Turismo 2020: cinco princípios para um ambição*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal. (7 de dezembro de 2016). *Media*. Obtido de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/media/Docu>

ments/PR2015/07.05.2015-Portugal-sobe-5-lugares-ranking-Global-Travel-Tourism-Competitiveness-Index-World-Economic-Forum.pdf

Turismo de Portugal. (14 de 05 de 2017). *Centro de Portugal*. Obtido de Guia Técnico de Enoturismo: <https://guiastecnicos.turismodeportugal.pt/pt/enoturismo>

Turismo em Portugal. (2015). *TURISMO 2020: Plano de Ação*. Lisboa : Turismo em Portugal.

Turismo, O. M. (10 de 06 de 2015). *Panorama OMT del turismo internacional*. Obtido de unwtoelibrary : <http://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284416875>

TÜV Rheinland. (15 de Fevereiro de 2017). *Certificação Eco-Hotel*. Obtido de TÜV Rheinland Portugal:

http://www.tuv.com/pt/portugal/servicos/gestao_sistemas/turismo_lazer/certificacao_eco_hotel/certificacao_eco_hotel.html

Umbelino, J. (2013). Crises próprias e crises alheias: Análise de Impates na oferta turística . Em F. Cravidão, & N. Santos , *Turismo e cultura: destinos e competitividade* (pp. 37-45). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

UNEP/WNTO. (2005). *Making Tourism more Sustainable-A Guide for Policy Makers*. Madrid/Paris: World Tourism Organization/United Nations Environment Programme.

UNEP; UNWTO. (2005). *Making Tourism More Sustainable*. (G. Bird, Ed.) Madrid/Paris : World Tourism Organization/United Nations Environment Programme.

UNWTO. (2013). *Sustainable Tourism for Development Guidebook*. Madrid : World Tourism Organization.

UNWTO. (2016). *Tourism Highlights*. Madrid: World Tourism Organization. Obtido de <http://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418145>

Veal, A. (2006). *Research Methods for Leisure and Tourism- A practical guide* . Inglaterra : Pearson education limited .

Visão Impresa Publishing S.A. (19 de 02 de 2017). *Dormir*. Obtido em 05 de 02 de 2016, de Visão Viagens: <http://visao.sapo.pt/visaoviagens/dormir/o-hotel-mais-mais-sustentavel-de-portugal=f785833>

Wall, G. (2000). Sustainable Development. Em A.A.VV, & J. Jafari (Ed.), *Encyclopedia of Tourism* (Vol. 1, pp. 566-568). London: Routledge.

World Economic Forum. (12 de Janeiro de 2017). *Reports*. Obtido de weforum: <https://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2015/economies/#economy=PRT>

WTO. (2003). *Recommendations To Governments For Supporting And/Or Establishing National Certification Systems For Sustainable Tourism*. Madrid : World Tourism Organization .

Apêndice

Guião de Entrevista

Sustentabilidade e Hotelaria em Anadia

Samara Santos

As perguntas estão divididas pelos três pilares da sustentabilidade: económica, ambiental e social.

Parte económica

Quais os meses com menor clientela?

Qual o tipo de clientela que costumam receber? Exemplos: família, casais, jovens, seniores, etc.

Costuma receber grupos organizados?

Costumam receber grupos de desportistas quando há eventos no velódromo?

Parte ambiental

Utiliza algum tipo de energia alternativa? Por exemplo, energia de painéis solares

Tem algum tipo de pratica para poupar energia? Por exemplo, lâmpadas economizadoras, isolamento térmico ou vidros duplos, etc.

Há alguma técnica de poupança ou reutilização de água?

O tratamento de águas residuais é feito pela câmara? Ou o hotel tem outra técnica

Parte Social

Utiliza produtos regionais?

Qual o número de empregados que tem atualmente no hotel?

Realiza alguma atividade em conjunto com a Junta de Freguesia ou como a câmara? Exemplos

Costuma participar ou patrocinar alguma atividade da Junta de Freguesia ou como a câmara?
Exemplos

Tem algum tipo de projeto com as escolas do concelho?

Muito obrigada pela disponibilidade

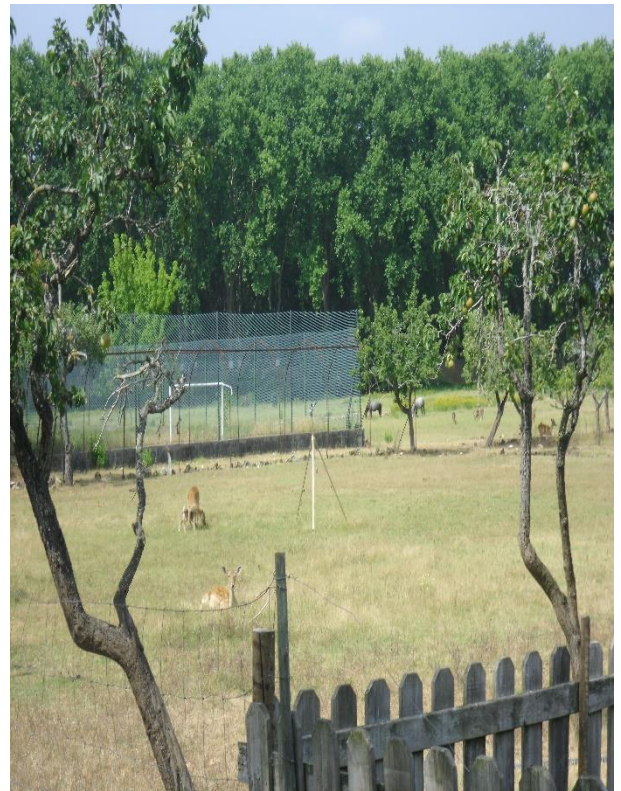


Figura 1, 2, 3 e 4- Espaço exterior do Curia Palace Hotel

Fonte: elaboração própria

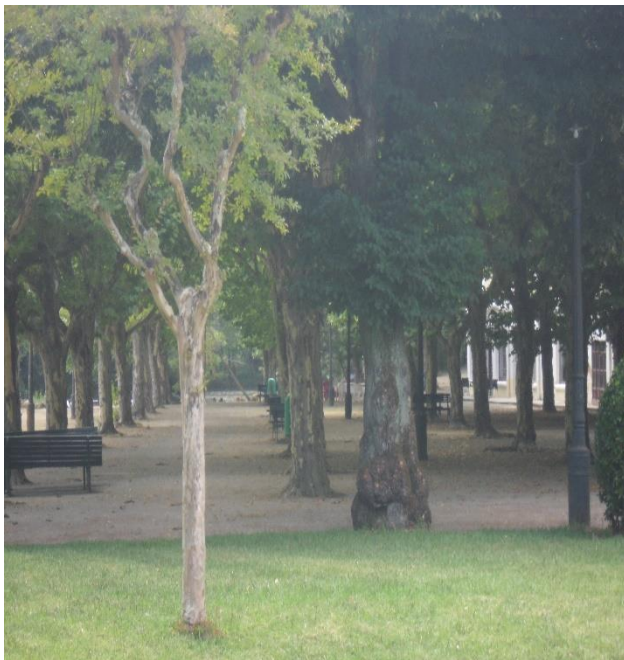


Figura 5, 6, 7 e 8- Espaço exterior do Hotel Termas da Curia

Fonte: elaboração própria

Tabela I - Horário “Tschu Tschu”

Curia (Largo Dr. Luís Navega)	Horário	Anadia (Praça da Juventude)	Horário
Dias úteis	17:45		17:00
	19:15		18:30
Fins-de-Semana e	16:45		14:30
Feriados	19:45		17:30
Rota da Vinha - Começo e fim de percurso na Curia (Largo Dr. Luís Navega)			
Fins-de-Semana e	10:30	11:15	
Feriados	15:15	16:00	
	18:15	19:00	

Fonte: elaboração própria com base em Destaques (2017)

Anexo

às sextas na praça
na praça da Juventude

26 MAIO	INCANTUS	04 AGOSTO	RODRIGO MAURÍCIO - ACORDEÃO
02 JUNHO	SAXOBOX	11 AGOSTO	LUÍS PORTUGAL
09 JUNHO	TOQUES DO CARAMULO	18 AGOSTO	DINA PINTO - FADO
16 JUNHO	ROB'S ANGELS	25 AGOSTO	ORQUESTRA DESIGUAL DA BAIRRADA + KURT & CÉTROS
07 JULHO	BALUARTE/ ANADIA'S JUNIOR TALENTS	01 SETEMBRO	MENINOS DA SACRISTIA
14 JULHO	MAGICAR	08 SETEMBRO	ECOS D'ADEGA
21 JULHO	ROCK IN SOUL	15 SETEMBRO	GONÇALO TAVARES
28 JULHO	LUÍSA SOBRAL - 1a PARTE - MUSICORDIS	22 SETEMBRO	BANDA KAOS

* TODOS OS EVENTOS - ANADIA/ PRAÇA DA JUVENTUDE - 22:00H

Animação CURIA 2016

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
<p>9 (sáb.) 21h00 - FLAMENCO PASSION Largo Dr. Luís Navega</p> <p>10 (dom.) 16h00 - SONS DE AVELÃS Largo Dr. Luís Navega</p> <p>16 (sáb.) 21h00 - GRUPO CORAL DA BAIRRADA 22h00 - ORQUESTRA DESIGUAL DA BAIRRADA Jardins do Palace Hotel da Curia</p> <p>17 (dom.) 16h00 - GRUPO FOLCLÓRICO DA PEDRALVA Largo Dr. Luís Navega</p> <p>23 (sáb.) 21h00 - THE YANKEES Hotel do Parque</p> <p>24 (dom.) 16h00 - RANCHO DA CASA DO POVO DE VILARINHO DO BAIRRO Largo Dr. Luís Navega</p> <p>30 (sáb.) 21h00 - COIMBRA GOSPEL CHOIR Jardins do Palace Hotel da Curia</p> <p>31 (dom.) 16h00 - GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DE PAREDES DO BAIRRO Largo Dr. Luís Navega</p>	<p>5 (6ª f.) Todo o dia - FESTA DO LEITÃO E DO ESPUMANTE Parque das Merendas</p> <p>6 (sáb.) 10h00 - ENCONTRO DE CICLOTURISMO Todo o dia - FESTA DO LEITÃO E DO ESPUMANTE Parque das Merendas</p> <p>7 (dom.) Todo o dia - FESTA DO LEITÃO E DO ESPUMANTE Parque das Merendas 15h00 - CICLISMO / CIRCUITO DA CURIA Curia</p> <p>13 (sáb.) 21h00 - BANDA TEMPO Pharmacy Hostel</p> <p>20 (sáb.) 21h00 - FADOS DE COIMBRA Parque das Termas da Curia</p> <p>21 (dom.) 16h00 - PROFESSOR JOTA Espaço Bairrada (Estação da Curia)</p> <p>27 (sáb.) 18h00 - BAIRRADA SUNSET COM DJ MR T Espaço Bairrada (Estação da Curia)</p>	<p>3 (sáb.) 21h00 - ANTÓNIO CHAIHO E CONVIDADOS: RÃO KYAO, NUNO GUERREIRO E FILIPA PAIS Parque das Termas da Curia</p> <p>4 (dom.) 16h00 - RANCHO FOLCLÓRICO OLHITOS DA BAIRRADA Largo Dr. Luís Navega</p> <p>10 (sáb.) 21h00 - JAZZ NA CURIA Bar Café Camelo / Quinabiba / D. João</p> <p>FEIRA DE ARTESANATO E VELHARIAS todas as terças-feiras e terceiros domingos de cada mês</p> <p>ENTRADAS GRATUITAS</p> <p>município de anadia</p>

Figuras 9 e 10- cartazes de eventos em Anadia

Fonte: Destaques (2017)

